

O QUE ESTÃO FAZENDO OS PADRES?

**Dr. Aníbal Pereira dos Reis
(ex-padre)**

Edições Cristãs

ÍNDICE

À guisa de preliminar

Ineptos na administração de suas instituições

No contexto da crise

A Universidade Católica de Salvador

A Universidade de Helder Câmara e a de Evaristo Arns

E o que fazem os “padres” em Campinas?

A PUC-RJ, reduto marxista

Opressores dos miseráveis

Os “bispos” e os “conflitos da terra”

Duas soluções ao alcance dos “bispos”

Quando o silêncio vale ouro

E o que fazem os “padres” com as terras deles?

Cabecilhas de arruaças

Subterfúgios e violências na rota da política clerical

“A voz dos que não têm voz” ou ventríloquos de Marx

A “igreja” contra a “igreja”

A greve

O fim da greve com a derrota dos “bispos”

Disparates dos “bispos” progressistas

Outros crimes que os “padres” estão fazendo

O clero devasta o Brasil

Um “bispo” e um “padre” dão péssimo exemplo

Debalde a tentativa do Balduino Baldoso

Banqueiro de confiança do Vaticano vai para a cadeia

Clínica de “padres” ávida por grandes lucros

O “custo de vida”

A expulsão de um estrangeiro

Aborto do “padre”

A família dos frades pobres

O que os “padres” estão fazendo?

À GUISA DE PRELIMINAR

Ominosos são os nossos tempos! Tempos de um novo culto. Culto dos quebra-luzes. Das dubiedades crepusculares. O pagão de remotas eras adorava a lua. Hoje adora-se a lua minguante! Porque se preferem os aspectos esbatidos das horas cinzentas, das sombras indecisas e das fisionomias irreconhecíveis. Da deformação enganosa...

Pisa-se o terreno das dissimulações, do tortuoso, das covardias, do inconfessável...

As palavras servem apenas de inexpressiva roupagem à efigie de interesses escusos. Apenas cobrem o pensamento que se quer ocultar.

Intrépidos, os autênticos cristãos devem obstruir o curso reinante da filosofia do adiamento. Ê-lhes já impossível dizer: “Banqueteemo-nos alegremente e amanhã cuidaremos deste caso”, porque, durante a noite, o sono da digestão poderá ser interrompido e ai de quem repousa no travesseiro das dilatações!

Sem transigir, é hora de sermos coerentes com aquilo que dizemos crer. E apregoá-lo com palavras claras, precisas e definitivas.

Ficaremos sozinhos?

E o que importa?

Porventura seguir a maré montante da maioria nos credita fatores de honorabilidade? Adulá-la, torná-la nossa admiradora e disposta a preencher os vazios que a incoerência caiu em nosso coração?

Ou o aplauso da maioria não se constitui apanágio dos falsários? Dos embusteiros?

Se ser coerente com a Verdade nos impõe a solidão, é preferível mil vezes ser só. Porque sozinhos seremos mui bem acompanhados. “*NON SUM SOLUS, SED VERITAS MECUM*”, proclamava, no delírio de servir à Verdade, Martinho Lutero. “Não estou sozinho, a Verdade está comigo”.

No último ato da peça *O Inimigo do Povo*, do drama do cumprimento do dever e da incompreensão dos beneficiados, o herói de Ibsen, o dr. Stockmann, aos assustados protagonistas confidenciava: “O homem mais forte do mundo é aquele que está mais sozinho”.

Tão mais forte se fez Jesus Cristo quando, sob todos os vilipêndios e em extrema solidão, solidão até do Pai, se deixou crucificar. Em

companhia da Verdade, fortificado na solidão absoluta, remiu a Humanidade.

É a hora de decisão! Do plenilúnio! Das formas definidas e linhas nítidas. Da coerência com os valores imutáveis das nossas convicções enraizadas nas Sagradas Escrituras. Coerência sem subterfúgios. Sem eufemismos. Coerência até às últimas consequências...

Tergiversar com o adversário porque, com ele emparceirados, anelamos conviver com a maioria, é expor-se ao ridículo da tolerância. “O inimigo tolera-nos; é a sua maneira mais eficiente de aniquilar-nos”, previne-nos com acuidade um lúcido pensador patricio.

A conduta dos cultores dos quebra-luzes e da lua minguante que cortejam as massas, imbecilizando-as e fanatizando-as com palavras ocas, discorda dos seus pronunciamentos... Querem-nas dominar e sobre elas impor o seu arbítrio!

Dos outros exigem tudo! De si nada oferecem... Senão palavras, palavras... E somente palavras!

Os capítulos deste livro objetivam arrancar máscaras. As máscaras dos que falam, falam...e agem ao contrário... **“Dizem e não fazem”** (Mateus 23.3) As máscaras dos clérigos festivos, teologastros do profetismo ideológico marxista, encapuzado na “teologia da libertação” consubstanciada na cantada e decantada

“opção preferencial pelos pobres”.

Capítulo após capítulo, enfileiremos fatos. Fatos provados e comprovados. Indiscutíveis. Atuais. Inarredáveis da História!

Consignamo-los por considerá-los úteis à análise sincera dos que querem ser coerentes.

Fatos que, expostos à luz, arrebatam máscaras.

Dr. Aníbal Pereira dos Reis

S. Paulo, 1º de maio de 1981

.oOo.

Observações:

1ª) Oposta à minha vontade injuriar o “bispo” católico quando, no decurso destas páginas, denominá-lo de ORDINÁRIO. Por exemplo, quando, ao me referir ao sr. Evaristo Arns, chamá-lo de ordinário da Arquidiocese de S. Paulo ou o ordinário Arns.

Neste livro, este termo está expungido de qualquer sentido depreciativo como vulgar, medíocre, grosseiro, mal-educado, reles, sem caráter, ruim...

Emprego-o, sim, consoante o mais lido uso canônico, pois é o termo que, na linguagem eclesiástica, significa o “bispo” residencial de uma diocese.

2ª) Entreaspeio os vocábulos “papa”, “bispo” e “padre” por recusar semelhante terminologia aplicável aos hierarcas e clérigos vaticanos.

“PAPA” quer dizer “pai dos pais”, ou seja Deus. Portanto, este vocábulo é inaplicável a qualquer ser humano. “BISPO” é a palavra sinônima de “presbítero, pastor, ancião” aplicada pelo Novo Testamento aos dirigentes natos de uma igreja local, também nos moldes das igrejas do Novo Testamento. Por conseguinte, o termo “bispo” é de uso inapropriado para o hierarca romanista. “PADRE” é “pai”. Jesus Cristo, categórico e inapelável, à exceção desse tratamento ao nosso genitor carnal, preceitua: **“A ninguém sobre a terra chameis vosso pai; porque só um é vosso Pai, Aquele que está no céu”** (Mateus 23.9). Em consequência, ao clérigo destoa este título, mesmo porque o celibato lhe veta o privilégio da paternidade humana.

Entreaspeio a palavra “IGREJA” quando aludo ao catolicismo por me opor à competência dessa reputação. A Igreja do Novo Testamento, em sua natureza e em sua atuação, por completo difere do catolicismo. O catolicismo se limita a uma instituição político-financeira disfarçada com uma terminologia bíblica de significado deturpado e com uma dogmática aberrante.

3ª) Em matéria política, sou um desiludido. Desiludido de todos os partidos do passado, do presente e do futuro porque os estatutos deles todos são iguais na sua vacuidade de ideias. Aliás, o próprio vocábulo “partido” quer dizer “divisão”. Partido também na política é retalhação. É cisão em proveito dos menos capazes de realizar e mais hábeis de manobrar as massas em proveito pessoal.

Desiludido, outrossim, de todas as formas de Governo experimentadas no mundo. Todas sempre fracassaram e hão de fracassar. As experiências do passado não as credenciam à credibilidade. Quanto ao marxismo ou socialismo, tenho horror. Horror em consequência dos desastres por ele provocados nos países onde se implantou a sua experiência. Horror em consequência das vítimas que vem fazendo.

Horroriza-me o socialismo tendo em vista a hecatombe ocorrida na Rússia (150 milhões de assassinados pela fúria totalitária), o sufocamento em 1956 da revolução popular húngara e em 1968 da Primavera de Praga, o malogro da economia russa, o indescritível sofrimento e a bancarrota da Polônia de 1980 e 1981, o desastre de Cuba, de onde fogem milhares e milhares de cubanos.

Repudio o socialismo porque sou inteligente e me desiludo das outras formas de Governo por vê-las todas fracassadas. Qualquer forma de Governo é formada de homens. Se estes são corrompidos, também corrompidas são as suas estruturas. A modificação destas depende da transformação dos homens, seus componentes, nas posições de mando e na postura de simples cidadãos.

.oOo.

INEPTOS NA ADMINISTRAÇÃO DE SUAS INSTITUIÇÕES

Ó clero, **“tu tens a testa de uma prostituta,
e não queres ter vergonha”**

(Jeremias 3.3)

.oOo.

NO CONTEXTO DA CRISE

Na cobiça de se impor, o clero católico atua de várias maneiras e se vale de diversos métodos. Como nenhuma outra instituição, sabe ele adaptar-se às circunstâncias. E, quando estas lhe são por completo desfavoráveis, sabe subjugá-las aos seus interesses e caprichos.

Sua capacidade maquiavélica de se sobrepujar a qualquer poder, também o Poder Civil, é assombrosa e explica a sua sobrevivência séculos em fora. Na política, age como o mais finório espertalhão. Nas finanças, com usura inigualável. Na religião, com desplante insuperável, à semelhança da desavergonhada prostituta.

A todos os recursos recorre no intuito de manipular a opinião pública e sobre ela preponderar.

Sua iniciativa nas áreas de instrução, dado o desenvolvimento das escolas oficiais, vinha perdendo o mercado do ensino secundário, através do qual dominava as classes mais favorecidas. Sem querer perder este senhorio, lançou-se, no aparente objetivo de formar elites cristãs para a sociedade e, graças ao auxílio financeiro público, no mercado do ensino superior brasileiro.

O atual ensino superior, à semelhança de muitas outras nações, sofre, desde há vinte anos, de tremenda crise, partindo mesmo do obliterado conceito de Universidade. Com efeito, após longos debates, promulgou-se, em fins de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cujo Artigo 79, em sua estreiteza, limita-se a definir a Universidade como se constituísse a “reunião, sob administração comum, de cinco ou seis estabelecimentos de ensino superior”.

A Universidade, nesse caso, é concebida como mera reunião de Faculdades, tendo em comum apenas o laço administrativo, destinadas a ministrar o ensino superior.

No transcurso da década de 60, contudo, acentuou-se no próprio seio do magistério o amadurecimento da ideia universitária a exigir a reformulação do próprio conceito e papel da instituição.

Essa ideia universitária postula, antes e acima de tudo, dentro de um clima de correta liberdade de espírito, um compromisso com a busca da Verdade, desembaraçada de preconceitos e ideologias.

Em decorrência, a Universidade seria, num ambiente de fecunda vida espiritual e criadora, uma comunidade viva de mestres e discípulos que, a partir do mais acendrado respeito mútuo, se consagrasse ao ideal da Verdade.

Ainda na década de 60, corporificou-se a pressão social por meio dos chamados “excedentes”, causados pela crescente procura de maiores oportunidades de instrução superior.

Revelou-se o Poder Público brasileiro sensível a esses dois fatores atuantes e se esforçou por atender à reformulação da idéia universitária, sobretudo através do Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1967, complementado em seguida pelo Decreto nº 252, de 28 de fevereiro de 1968; decretos esses que encaminharam a Reforma Universitária de 1968 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e do Decreto-Lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969.

Infelizmente, a compreensão da ideia e da incumbência dessa instituição ficou em grande parte na lei inexecutada, ou apenas na teoria, porquanto a maioria das Universidades Oficiais incorporou-a só nos Estatutos.

Por culpa dos homens, falhando na prática a implantação de uma correta conceituação de Universidade, fracassou também o plano previsto pelos documentos da Reforma Universitária de um crescimento equilibrado do sistema de ensino, gerando uma Universidade como mera instituição de massa.

A massificação da Universidade, no seu crescimento gigantesco de número de docentes, discentes e funcionários, leva-a a rebaixar-se ao nível das aspirações estranhas ao seu espírito. Voltada apenas, como observa Karl Jaspers, “à preparação dos trabalhadores e funcionários para todos os ramos da atividade, os quais exigem que se aprenda alguma coisa para ser capaz de trabalhar”, tornou-se ela, segundo a consideração de muitos, uma instituição superada e morta.

O que interessa é a posse de um diploma a favorecer emprego de maior remuneração, embora esse diploma não signifique bagagem de cultura, elevação ética e dignidade pessoal.

O resultado é a transformação da Universidade numa comunidade de conflitos extra-universitários, marcada por frequentes movimentos reivindicatórios de massa, por completo alheios à natureza e objetivos da instituição.

No terrível quadro da “patologia pedagógica”, por muitos já considerada “comédia pedagógica”, em que, de modo acentuado, se encaixa a Universidade.

Com os seus treze estabelecimentos universitários que detêm 20% do alunado superior brasileiro, o clero, se capaz e sincero, poderia ter influenciado beneficemente no sentido da superação da crise e mesmo se teria evitado o “espírito de crise”.

Não são as leis que fazem as estruturas sociais. São os homens, seus componentes. As próprias leis, na sua execução, aliás, dependem dos homens.

O esforço do Governo em implantar uma justa Reforma Universitária, apesar de revelado em sábia legislação, redundou em fracasso à falta de uma verdadeira conversão espiritual por parte dos que pertencem à Universidade, conversão essa que é, por definição, um ato pessoal.

A suplantação da crise não se obtém por meio da aplicação de substanciais recursos financeiros. Conquanto estes sejam indispensáveis, “todos os meios financeiros são vãos”, conforme, com acerto, sublinha Karl Jaspers, “se as condições espirituais não são preenchidas e se cada um não se arma com a vontade de servir, por meio de todas as atividades particulares, à Verdade total, e a ela só – e de realizá-la a partir da ideia da Universidade”.

Nessa “revolução interior”, que, aliás, é um desafio permanente, deveria atuar o clero dentro dos limites de suas Universidades. Seu exemplo e os efeitos positivos de sua atuação influenciariam nos setores educacionais e superar-se-ia a crise.

Ao contrário, porém, se conduziu o clero. E, de certo, por interesse de casta. Ao invés de influir, foi e está sendo influenciado. Seu nulo poder espiritual, enfim, é a indiscutível causa da crise pedagógica e, de modo específico, da Universidade da qual nem se vislumbra uma saída.

Suas treze Universidades, com mais de 20% dos universitários do país, favorecem-lhe acentuada penetração na alta burguesia.

Diz-se o clero investido do múnus, à luz do Cristianismo, de plasmar a sociedade. Em sua missão docente e científica, por conseguinte, competiria às Universidades Católicas, consoante sua proposta original, formar elites cristãs para os postos dirigentes e as lideranças política, empresarial e religiosa da sociedade.

A realidade, contudo, contrasta com esse apregoado objetivo.

O cardeal Newman, de resto, em seu livro “Origem e Progresso das Universidades”, já previa o fracasso, sem ter ele ainda sequer a remota ideia da fermentação marxista em seu seio. Dizia ele encontrarem-se a força e a fraqueza dessas instituições na sua capacidade de reunir estudantes. E a sua impotência na absoluta incapacidade de preservá-los e de edificá-los.

Observação terrível e justa. Verdadeira!

Onde em nossa Pátria as elites cristãs saídas dessas escolas católicas?

É de se estarrecer diante do fato dramático de as Universidades que se dizem “católicas” de católicas terem muito pouco, porquanto, ideologizando-se, marxistizam muito mais do que as Universidades Públicas, talvez porque o laicismo destas as preserve melhor da “tentação totalitária” do que o catolicismo romanista.

As Universidades Católicas do Brasil, todas elas sem exceção, atestam aos berros a falência total do episcopado. Se os “bispos” tivessem um mínimo de pudor e dignidade, recolher-se-iam aos seus palácios e limitariam sua atuação a enfeitar solenidades religiosas e sociais.

O “espírito de crise” que assoberba essas instituições clericais, crise, não só de identidade ou política, institucional ou didática, mas também uma prosaica crise financeira, revela, com exuberância incontrovertível, a completa incapacidade da hierarquia clerical também quanto à administração dos seus próprios bens materiais.

A economia católica, que é fabulosa, saliente-se, só vai bem e cresce com a exploração do sentimento religioso do povo. Quando parte para a gestão comercial é um fracasso e só se sustenta com alentadas transfusões do dinheiro público.

Apesar de serem altas suas mensalidades, chegando à sua faixa limite de possibilidade com uma exploração comercial e níveis de calamitosa usura, as Universidades Católicas do Brasil estão às portas da falência, num gritante atestado de incompetência dos “bispos”.

O prelado Serafim Fernandes de Araújo, arcebispo coadjutor de Belo Horizonte, é um “expoente” nas áreas educacionais. É reitor da Universidade Católica de Belo Horizonte, presidente do Conselho Federal de Educação e presidente da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC).

Deve, por conseguinte, saber o que diz! Eis alguns de seus pronunciamentos à Imprensa: “As PUCs (Pontifícias Universidades Católicas) são consideradas inviáveis economicamente... Todas elas enfrentam crônicos e acumulados déficits” (O ESTADO DE S. PAULO, 08/07/79).

E, de fato, todas as treze Universidades Católicas estão bancarroteadas. A do Rio de Janeiro, em meados de 1979, devia três milhões e 600 mil dólares (O ESTADO DE S. PAULO, 08/07/79). A de São Paulo, 70 milhões de cruzeiros, sem se levar em conta os 160 milhões que devia ao Fundo de Assistência Social (O ESTADO DE S. PAULO, 02/03/80). A de Pernambuco, 12 milhões de cruzeiros (id., 08/07/79). A dívida da de Campinas (SP) se eleva a 300 milhões (O ESTADO DE S. PAULO, 25/05/80). A de Belo Horizonte deixou 1978 com o déficit de 39 milhões de cruzeiros. A de Santa Maria é a empresa do Rio Grande do Sul que mais devia ao INPS (O ESTADO DE S. PAULO, 26/09/79).

A Lavoura, a Indústria e o Comércio não desfruem jamais da possibilidade do recurso ao erário público. Se levam prejuízo, seus impostos devem ser pagos sob as sanções da Lei.

Conquanto redutos da alta burguesia e fontes de vultosíssima renda, Serafim, no estado falimentar das PUCs, a exigir compactas doses de verbas governamentais, apregoa uma real “socialização dos seus prejuízos”: “Se o governo não se sensibilizar com o problema das Universidades Católicas, muitas fecharão”, clamou, patético, a O Estado de S. Paulo (06/04/79).

Se o clero episcopal fracassou na administração financeira de suas instituições, se o seu poder espiritual nem lhe facilita um assopro de apagar velinhas de aniversário, que direito tem ele de exigir a injeção de doses maciças de verbas governamentais, se estas não resolvem a crise do ensino brasileiro?

.oOo.

A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR

No seu drama pré-falimentar, exemplifica ela a tragédia das suas companheiras.

Analisaremos apenas os anos de 1979 e 1980 de sua agonia financeira, enfocando alguns dos seus transe.

A contradizer a eufórica onda igualitarista marxista do clero festivo, a UCSal (Universidade Católica de Salvador) reparte seus cursos em “pobres” e “ricos”. Os “pobres” são os de Filosofia, Teologia, Enfermagem, Serviço Social e Educação. Os “ricos”, Administração, Engenharia e Direito.

E, a justificar a acepção, os professores dos “cursos ricos”, que não vivem do magistério, tendo outras atividades e fazendo do ensino um “bico”, em 1978, ganhavam 260 cruzeiros por hora/aula. Os dos “cursos pobres”, que vivem exclusivamente do magistério, tinham o salário aviltante de 43 cruzeiros por hora/aula.

A injusta diferença de salários atinge também os humildes funcionários. Enquanto um pedreiro percebia 4.700 cruzeiros mensais, um pintor, um porteiro ou uma telefonista tinham 2.592 cruzeiros.

A injustiça clamorosa procedente de semelhante desnível nunca sensibilizou o arcebispo da Bahia, como nunca chamou a atenção dos bispos progressistas. Insurgem-se estes contra as indústrias metalúrgicas do ABC, nas circunvizinhanças de São Paulo, mas em

nada lhes afetam a consciência as gritantes injustiças perpetradas por gente do seu próprio bando.

A Avelar Brandão, cardeal-arcebispo da Bahia e grão- chanceler da UCSal, carecia tempo para olhar semelhante esbulho da Justiça agravado com o atraso dos minguados salários.

Falhadas todas as tentativas suasórias e pacíficas, depois do descumprimento por parte da reitoria do acordo trabalhista firmado em fins de 1978 entre os sindicatos dos professores e dos estabelecimentos de ensino particular, dos setecentos professores da UCSal, em princípios de 1979, duzentos partiram para a greve.

Aumento extorsivo

Os “bispos” da alegre quermesse socialista protestam contra o alto custo de vida. Contudo, em frontal desrespeito ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), que autorizou para 1979 o aumento de 38% sobre as taxas do ano anterior, a UCSal aumentou em 45%. Sete por cento a mais!

Paralisação declarada e engrossada

Já influenciados pela situação dos professores em parede, nove mil alunos rebelaram-se contra o absurdo aumento e, mal começara o ano letivo, também entraram em greve. Greve essa que, logo em abril, abrangeu 13 mil estudantes.

Vilela, o cardeal chanceler, e matreiro!

Tentou contemporizar o problema e induzir os grevistas à desistência da rebelião, agora já engrossada com a adesão dos alunos de Direito, um dos “cursos ricos”. Pediu nesse intuito criarem-se comissões para discutir “os problemas de natureza prática, em espírito construtivo, sem prazos fatais, imediatos e irreduzíveis” (O ESTADO DE S. PAULO, 06/04/79).

Eles são assim mesmo! Com as injustiças e esbulhos que praticam não querem “prazos fatais”!

Desabafou o cardeal: “Sei que é um gesto de precipitação que a juventude comete, levada pelos ardores do seu próprio estado emocional. Apesar de tudo, no entanto, continuo acreditando nos jovens” (JORNAL DA BAHIA, 06/04/79).

O palafrório do purpurado caiu no vazio, que é o lugar dele, e a rebeldia dos injustiçados se sustentou firme.

A 10 de abril, o movimento paredista ia no seu sexto dia e encaminharam-se à Reitoria vinte e três reivindicações, oito das quais deveriam de imediato ser atendidas.

Pelo Ato nº 058/79, pressionada pela circunstância reivindicatória, e não por senso espontâneo de Justiça, a Reitoria da UCSal decidiu voltar o aumento aos 38% estabelecidos pelo MEC e reduzir a 5% a multa por atraso de pagamento. (As Universidades Católicas, embora atreladas ao carrossel marxista, cobram, no bom estilo capitalista, multa por atraso de pagamento!!!).

O Ato aludido, porém, omitiu o compromisso de melhoria do nível de ensino avacalhado de já muito pela incompetência de certos professores e pela pobreza das bibliotecas.

O reitor desmoralizado

Monsenhor Eugênio de Andrade Veiga, Reitor do estabelecimento, completamente desmoralizado, desacreditado, viu seu Ato nº 058/79 e outros documentos firmados anteriormente serem avacalhados. A greve prosseguiu!

A situação atingiu sintomas dramáticos na assembleia da noite de 20 de abril com pesadíssimas denúncias contra o desmoralizado reitor Eugênio de Andrade Veiga. Acusou-se o controle da Universidade Católica de Salvador manipulado por catorze membros da família dele. Um autêntico nepotismo ao sabor católico medieval (JORNAL DA BAHIA, 20/04/79).

Entrementes, surgiu uma nova reivindicação: A do afastamento definitivo daquela direção da UCSal dada a sua incapacidade.

Esta providência extrema foi tomada inicialmente pela Comissão Executiva do movimento paredista e, por unanimidade, ratificada pela assembleia geral da classe, que exigiu a substituição do Reitor como condição para o reinício das conversações, visando ao atendimento das reclamações dos professores.

Os injustiçados pelo clero da UCSal explodiam em desabafo: “A Reitoria só tem-se preocupado em escamotear os compromissos assumidos publicamente” (A TARDE, 22/04/79). Considerou-se o reitor Veiga, “incapaz e irresponsável” (JORNAL DA BAHIA, 22/04/79).

O coagido e desmascarado reitor rebateu as denúncias e afirmou sua decisão de não renunciar ao cargo.

Diante da grave conjuntura, o rechonchudo cardeal grão-chanceler Avelar Brandão Vilela adoeceu.

Sérgio Guerra, presidente da Associação dos Professores Licenciados do Brasil, secção da Bahia, e membro da Comissão executiva do movimento grevista, sem se comover com a “doença” do purpurado, mas premido pela realidade dos fatos reveladores da desonestidade e da inépcia do clero, sustentou as denúncias contra o reitor monsenhor Veiga: “As declarações do monsenhor demonstram o seu grau de irresponsabilidade, na medida em que ele não reconhece

uma paralisação que, excepcionalmente, atinge professores e alunos, demonstrando a incapacidade com que estão sendo geridos os negócios da UCSal pelo seu atual governo. Nós acreditamos, de fato, que o problema não é do reitor, porque não se pode atribuir culpa a pessoas que não têm controle da sua capacidade mental, demonstrando em sucessivas fugas de compromissos assumidos publicamente com o professorado em presença e com o aval do cardeal Avelar”.

E, ao hipotecar a sua adesão às reivindicações dos professores e alunos, já nesta altura solidarizados pelos alunos da Universidade Federal da Bahia, considerou-o “inidôneo, irresponsável e incapaz” (A TARDE, 25/04/79).

A proposta do cardeal

A semelhantes clamores, resolveu o hierarca romanista da Bahia fechar os ouvidos. Numa reunião, em 27 de abril, que durou quatro horas, entre o Avelar Brandão, o monsenhor Veiga, o superintendente administrativo e acadêmico, “padre” José Hamilton, os dois vigários gerais da Arquidiocese de Salvador, três professores e cinco estudantes, decidiu-se pela manutenção do Reitor.

O cardeal, interferindo diretamente na crise, prometeu reduzir para 38% os aumentos das anuidades, consoante permissão do MEC, e a criação de três Comissões: uma de apoio a fim de manter contatos com alunos e professores; outra, para o exame específico da contabilidade da instituição; e uma de alto nível técnico incumbida da realização do diagnóstico da Universidade por intermédio de um levantamento financeiro, econômico, acadêmico e organizacional da UCSal, por uma comissão de comprovada idoneidade técnica. E garantiu afastar em 1980 do cargo de reitor o monsenhor Veiga. Prometeu ainda um encontro seu, Avelar, todos os meses com os representantes dos alunos para a revisão de programas acertados.

Munidos da maior boa-vontade, boa-vontade maior que a do clero, anuíram os estudantes à proposta cardinalícia e, aos 2 de maio, após 28 dias consecutivos de greve, voltaram às aulas.

Diante do descalabro, nova paralisação e o enterro do reitor

Em junho, novamente recrudesciu a crise. A UCSal, apesar de tantas promessas, ainda não saldara seus compromissos com os professores, aos quais devia há um ano e três meses.

Ao contrário das promessas do cardeal, as comissões por ele formadas se conservavam inoperantes dados os óbices levantados pelo reitor interessado em lhes embaraçar as competentes atividades.

Apesar de obstaculadas pelo monsenhor Andrade Veiga, as notícias das mazelas começaram a surgir. O descalabro administrativo era tamanho que havia professores apaniguados da Reitoria que há anos tinham deixado de ensinar na UCSal e ainda recebiam salários; outros, em atividade, recebiam-nos duas vezes (TRIBUNA DA BAHIA, 25/06/79). Outros, porém, estavam um ano e três meses sem receber o que por Justiça lhes era devido!

E tudo isto numa instituição católica! Numa Universidade do clero! Desse clero comprometido com a opção prioritária pelos pobres...

Onde estão os “padres” que não enxergam esses desmandos ocorridos dentro de sua própria casa e praticados por gente de sua caterva?

Alunado e professorado resolveram preparar um dossiê de denúncias sobre as gravíssimas irregularidades da UCSal, a ser remetido à CNBB, ao MEC, ao nuncio apostólico e à Congregação das Universidades Católicas.

Pura perda de tempo, pois esses órgãos católicos já estavam mais informados desses desmandos do que os próprios alunos e professores. Quem teria que agir mesmo seria o MEC, no caso, representante dos poderosos, hoje atacados pelos “padres” da “opção preferencial pelos pobres”.

A desonra do reitor atingiu o cúmulo com o seu enterro simbólico, que percorreu as ruas da capital Salvador na noite de 25 de junho de 1979, porquanto os estudantes queriam “extravasar toda a insatisfação diante dessa estrutura falida da UCSal” (JORNAL DA BAHIA, 26/6/79).

Após o préstito fúnebre de protesto, efetuou-se uma assembleia quando, oficiosamente, estourou a notícia da dívida da UCSal nas alturas dos 30 milhões de cruzeiros, somente de salários atrasados.

Levantou-se, diante da informação, a proposta extrema: a sumária extinção da Universidade bancarroteada, através de uma ação trabalhista coletiva com a finalidade de exigir o pagamento de todos os atrasados, incluindo os juros e correção monetária (JORNAL DA BAHIA, 28/06/79).

A desmoralização do cardeal

E o próprio Avelar Brandão Vilela, cardeal da Bahia, arcebispo primaz do Brasil, e grão-chanceler da Universidade, caiu em deslustre, apesar da considerável boa-vontade dos professores e alunos, que agora lhe desconsideraram todos esses pomposos títulos. É o resultado de suas tergiversações jesuíticas.

Foi o brado de sustentação da greve: “Não acabaremos com a greve, sem o atendimento das reivindicações, porque não acreditamos mais no cardeal. Ele não tem força junto ao reitor” (TRIBUNA DA BAHIA, 25/06/79).

Desluzimento, outrossim, comprovado pelo repúdio do seu ofício por meio do qual apelava ao retorno às aulas com a promessa do pagamento dos atrasados e também o reajuste de 48%, a partir de 1º de maio de 1979, para os professores, calculado sobre os pisos salariais fixados para 1978.

À comissão que o procurou em 4 de julho demonstrou-se extremamente irritado diante da informação de que o problema seria levado ao MEC. Agastado, disse que tomava essa deliberação como uma afronta pessoal e que, se já se colocava em dúvida sua capacidade e sua disposição, fossem logo diretamente ao papa (JORNAL DA BAHIA, 05/07/79).

Aliás, a palavra do purpurado Brandão, por ser tão falha, mereceu rejeição dos grevistas. Com efeito, em dezembro de 1979, os professores ainda não tinham recebido o pagamento relativo a uma parcela dos salários devidos de 1978, os de outubro e novembro de 1979 e mais a quantia correspondente ao décimo terceiro salário.

Como prover as necessidades básicas da família sem os seus vencimentos? Deveriam os professores mandar esposa e filhos comer hóstia até se saciarem?

O pavor do deslustrado cardeal, no entanto, não procedia das consequências da injustiça cometida pela UCSal, mas da ameaça de recurso ao MEC

Habitado a tergiversar, ocultou à Imprensa o seu medo e o pormenor de já estar informado dessa ameaça por parte dos prejudicados. “O cardeal D. Avelar Brandão afirmou ontem que desconhece ‘categoricamente’ a informação de que o MEC iria intervir na UCSal com vistas a uma solução da problemática atual” (JORNAL DA BAHIA, 04/07/79).

Outra forma de pressão

Mais forte do que outra greve! Decidiram os professores pela não entrega das notas, sem as quais a Universidade se vê impossibilitada de organizar a lista dos alunos a se submeterem aos exames finais.

Condoídos dos estudantes, que sempre estiveram do seu lado, resolveram, afinal, evitar esse tipo de pressão.

Posteriormente, todavia, deliberaram não entregar no período determinado os resultados das provas a fim de impedir a entrega do diplomas.

Uma verba de 10 milhões

Em vista da gravidade da crise, que afetava diretamente professores e funcionários da UCSal, o MEC destinou e liberou essa quantia em favor da instituição. E, para calamidade das pobres vítimas da inépcia do clero, a verba, em dezembro de 1979, ainda não chegara à Universidade porque o MEC, com justíssima razão, passou a exigir a prestação de contas das verbas concedidas anteriormente (A TARDE, 05/12/79).

Para cúmulo dos desmandos, a UCSal nem prestava contas das importâncias recebidas!

Afinal chegaram as férias de fim-de-ano e a crise, como as aulas, entrou em recesso...

No fim de fevereiro de 1980, com os preparativos do reinício das aulas, a gangrena da crise voltou a purgar.

Os compromissos financeiros com os professores permaneciam sustados.

Durante as férias, a UCSal tentou, sem êxito, um empréstimo bancário de 25 milhões de cruzeiros. A sua desmoralização não lhe permitiu semelhante crédito.

E “padre” José Hamilton de Barros, superintendente acadêmico da Universidade, assegurou que “se as aulas não forem reiniciadas em março, a situação econômica da UCSal ficará péssima” (A TARDE, 26/02/80).

Seria possível conjuntura mais péssima?

E o que fazem os sacerdotes da teologia da libertação em face da fome dos injustiçados pelos seus colegas baianos?

As pobres vítimas transformadas em rés

É o noticiário da Imprensa!

“O cardeal Brandão Vilela ameaçou ontem adotar medidas externas com base na legislação para enfrentar o agravamento da crise da UCSal com a decisão dos professores de não retornarem às aulas até a liberação dos salários atrasados.

“O grão-chanceler chegou a sugerir que os professores insatisfeitos recorram à Justiça do Trabalho e saiam da Universidade. Para ele, se ocorrer o desligamento em massa dos professores reclamantes, a Universidade não será fechada, pois aqueles profissionais serão substituídos por outros... Os professores estão ultrapassando o bom senso ao insistirem em manter a greve pelo pagamento dos seus salários...

“Revelou, outrossim, que estão sendo estudadas soluções para a crise da UCSal, mas afastou a possibilidade de pagar os salários em atraso...”

E, nos paroxismos da desfaçatez, em palavras textuais, o cardeal da “igreja” engajada na “opção preferencial pelos pobres”, propõe: “Mas nenhum professor tem direito de fazer greve e sim, de deixar a Universidade se está insatisfeito, para não atrapalhar a vida daqueles que desejam trabalhar” (A TARDE, 04/03/80).

É isso aí! É próprio do mau pagador exasperar-se quando lhe cobram a conta e determinar aos prejudicados por ele que “limpem a área”...

A possível ajuda de outro cardeal

Embora muito menos longo, simultaneamente, aconteceu na região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), nas proximidades de São Paulo, o movimento paredista dos metalúrgicos.

Assanharam-se os “bispos” auxiliares de S. Paulo e o sufragâneo de Santo André. Em extremo assanhou-se o cardeal Evaristo Arns, o político de plantão. Arregaçaram as mangas da camisa (já não usam mais a batina) e, punho trancado, num gesto de violência, partiram para a insuflação da greve, sem medir quaisquer consequências. Templos foram franqueados para as assembleias dos paredistas, muitos dos quais sem o mínimo de educação para reprimir palavrões no recinto religioso. Missas com sermões incendiários foram celebradas nas concentrações públicas. Era a guerra declarada contra os patrões, os poderosos da indústria... E em nome da “opção preferencial pelos pobres”...

De Brasília correu ao ABC o senador Teotônio Vilela, irmão sanguíneo do Avelar Brandão Vilela, cardeal da Bahia, a juntar seu sopro de incentivo ao sopro dos “bispos”.

Se o cardeal Arns e sua matula de “bispos” auxiliares se sensibilizaram (?) com a situação dos metalúrgicos do ABC e, em nome dos espoliados (?) pelos poderosos da indústria, insuflaram a greve, por que se omitiram diante da gritante injustiça sofrida durante longos meses pelos professores e funcionários da UCSal?

Será que os professores, pela desdita de serem professores de escolas católicas, não têm estômago? Não se vestem? Não têm família?

Só os metalúrgicos têm necessidades?

E por que o senador Teotônio Vilela não correu a Salvador a instigar os grevistas, como fez no ABC? No ABC onde deitou falação diante dos microfones das emissoras que o entrevistaram? Acaso ficaria mal ao seu mano purpurado?

Calar-se deveriam os “bispos” arruaceiros: Arns e seus auxiliares, Casaldáliga, Helder... Quem tem telhado de vidro não atira pedras no telhado vizinho... E quem tem o rabo na ratoeira?

“Uma bagunça”

Assim a revista VEJA classificou a situação da UCSal e acentuou: “Uma Universidade onde tudo vai mal, até o reitor”. E comentou: “A Universidade Católica de Salvador está um caos. Ninguém sabe informar, a esta altura do ano, quantos alunos foram aprovados e reprovados no ano passado e quantos poderão matricular-se em cada série, já que o número de vagas permanece um mistério.

“O reitor tem-se preocupado bastante em garantir bons empregos para seus parentes na Universidade. Há, pelo menos, dezoito casos conhecidos. Um deles, seu sobrinho Benedito Araújo Veiga, ocupa sete cargos na Universidade e, no total, ganha 80 mil cruzeiros. Um irmão do monsenhor Veiga, Eduardo, é superintendente administrativo. Este cargo, aliás, era ocupado antes por outro irmão, que morreu. A mulher de Eduardo é diretora do Colégio de Aplicação da Universidade Católica. Em meados do ano passado, quando as dívidas passavam de 70 milhões de cruzeiros e os professores já reclamavam dos salários, ela teve um aumento de 100%” (VEJA, nº 600 – 05/03/80).

Apesar do desespero da fome, fala mais alto o coração

Os professores da Universidade Católica de Salvador têm mais sensibilidade humana do que a padralhada toda. Seu único recurso de pressão contra a UCSal era a greve. Retinham as notas das provas tentando forçar a reitoria a cumprir suas obrigações salariais. A retenção dos resultados das provas, contudo, só prejudicaria os alunos, muitos dos quais pleiteavam a transferência, impossível sem as notas dos exames anteriores.

E, com o intuito de não prejudicar seus alunos, num gesto de lúcida compreensão, entregaram as notas.

Outra greve marca o início de 1980

O novo ano letivo principiou sombrio. O movimento reivindicatório, agora engrossado também com os funcionários mais humildes, reclama salários vencidos e “a reconstrução moral e democrática da Universidade” (TRIBUNA DA BAHIA, 13/03/80).

O retardamento dos salários gera extremas necessidades que obrigam os professores e funcionários a se valerem dos alunos, aos quais se juntam, na montagem de um pedágio em

frente do Campus da Universidade Federal para a constituição de um “fundo de greve” (Id., ibid.).

É uma vergonha! Assalariados de sacerdotes a pedir esmolas na rua porque seus patrões clérigos não lhes pagam aquilo a que têm direito!

Mais irregularidades!

Em marco de 1980 mais malversações perpetradas pela UCSal vêm à tona. Descobriram-se as duas cópias do Orçamento de 1978 enviadas pelo reitor, “pe.” Veiga, ao Conselho Universitário. Cotejando-se as duas cópias, a olho nu, verifica-se uma diferença de cinco milhões de cruzeiros.

Descobrem-se gastos exorbitantes com insignificâncias (ah!, as mordomias!) e pagamentos a funcionários fictícios. E ainda a falta de prestação de contas das verbas doadas pelo MEC (TRIBUNA DA BAHIA, 13/03/80).

É a real conclusão: a causa da insolvência financeira da UCSal reside na sua profunda crise político-administrativa marcada por desmandos e corrupção.

Aliás, um manifesto do DCE (Diretório Central de Estudantes), de 10 de março de 1980, acusou o próprio cardeal de “responsável-mor pelo que vem acontecendo e se mostrando claramente favorável às posições dos corruptos”.

O caos

A Católica está caótica. Aliás, católico e caótico se identificam em consequência do esbulho doutrinário praticado contra as Escrituras Sagradas pela teologia romana, em consequência da sua teologia moral imoralíssima, em consequência do desespero em que se afogam os seus fiéis sinceros e devotos...

Católica, caótica é a sua situação!

Com a greve dos funcionários de limpeza, que nem tinham dinheiro para a energia elétrica de suas casas, o Campus da UCSal se transformou num caos. Lixo espalhado por toda a parte. Serviço de telefonia paralisado. Estacionamento e portaria sem funcionar. Salas em abandono. A fedentina a exalar dos sanitários imundos.

É o retrato da Católica em caótica crise! E desmoralização total!!!

Em pontos estratégicos, nos muros e paredes, cartazes com dizeres exigindo a encampação da Universidade pelo MEC.

Quando o urubu está azarado...

Conquanto não acredite em urucubaca, o provérbio vem a calhar.

Dentro da grande crise, os fatos se atropelam para agravá-la.

De todas as Faculdades da UCSal a mais equilibrada era a Faculdade de Direito, um dos “cursos ricos”. Apesar de seu diretor, o professor Mário Ribeiro, alvitrar pela espera do desdobramento dos acontecimentos, decidiu apoiar a resolução da Congregação da Faculdade de Direito no sentido de sua completa autonomia, separando-a da Universidade. “Só queria salvar a Faculdade de Direito, a única incólume da situação em que se encontra a Universidade Católica de Salvador”, esclareceu (A TARDE, 28/03/80).

Em votação unânime, os trinta e quatro componentes da Congregação decidiram pela autonomia da Faculdade de Direito.

Na manhã de 27 de março, convocada pelo cardeal Brandão Vilela, reuniu-se com ele a Congregação, de cujos trinta e quatro membros nem a metade compareceu numa cabal demonstração de despreço ao arcebispo grão-chanceler.

Apesar das insistências do cardeal, temeroso da desagregação completa da UCSal com uma possível “bola de neve” que desencadearia o êxodo geral de outras unidades, manteve-se a decisão.

Uma nova reunião da Congregação, ao invés de atender às ponderações do desesperado e desluzido cardeal, resolveu referendar a decisão de autorizar o desmembramento da Faculdade de Direito, recuperando a sua autonomia didática, pedagógica, financeira e administrativa.

Decidida por unanimidade a autônoma dessa escola, contudo não se fixou prazo para a sua execução. A Congregação da Faculdade pensa em não precipitar o desfecho exatamente em atenção aos professores e funcionários mais diretamente prejudicados.

A deliberação, porém, revela ainda mais o caos da UCSal.

Quem não tem competência, não se estabeleça!

É o ditado sempre repetido por meu pai quando alguém lhe narrava um fracasso. Que não se estabelecesse a Universidade se falta ao clero pessoal competente para administrá-la. É norma de juízo.

O próprio Avelar admite a incompetência a partir da própria criação da instituição: “A UCSal foi criada sem planejamento, com um crescimento por justaposição e não por assimilação, gerando crises de identidade e de crescimento” (A TARDE, 18/03/80).

E, a comprovar a sua incompetência e a de seus “padres”, nessa entrevista ao jornal baiano A TARDE, pede ao Ministro da Educação, em visita à Bahia, a presença de seus assessores credenciados pelo MEC a fim de “acompanhar a situação de emergência que se encontra instalada”.

Sem qualquer subterfúgio, o cardeal Brandão admite ser “muito grave a situação, semelhante a uma espécie de convulsão social, passando o assunto a interessar também às autoridades do País e aos órgãos especializados do Governo” (TRIBUNA DA BAHIA, 13/03/80).

Que diabo de clero! Não vive por aí a arrotar diretrizes sócio-econômicas aos governantes? Não vive a reclamar dos padrões melhoria de condições para os operários?

Só critica quem tem soluções. Criticar por criticar é asneira, viu, sr. Arns? Asneira ou “arnsnice”.

A solicitação de assessores especiais do MEC já é a confissão pública de réu confesso de incompetência.

Quatro ou cinco dias após o pedido, chegam a Salvador três técnicos do MEC com o propósito de estudar a situação e sugerir medidas para a reorganização administrativa da UCSal (JORNAL DA BAHIA, 19/03/80).

Em férias o reitor

Em 20 de março de 1980, dia seguinte à chegada dos técnicos do MEC, monsenhor Eugênio de Andrade Veiga, o sacerdote reitor da UCSal, sai em gozo de férias sem prazo estipulado. Foi a maneira elegante de se afastar da reitoria. E até agora ninguém pensou, e muito menos o cardeal Brandão, na instauração de um inquérito administrativo destinado a apurar responsabilidades diante dos desmandos de sua péssima administração. A clericatura neste País desgraçado pelo clero lhe favorece impunidades...

Foi-se de férias o monsenhor deixando em seu rastro os escombros de uma instituição moral e financeiramente falida com um déficit operacional mensal superior a 2 milhões de cruzeiros, perfazendo durante todo e só no ano de 1980 um rombo de 25 milhões de cruzeiros, além do débito antigo a orçar a cifra de 170 milhões, incluindo-se os 39 milhões de diferença salarial de 1978-1979, os 40 milhões e 300 mil cruzeiros de encargos sociais (A TARDE, 08/04/80) e os 53 milhões à TELE-BAHIA referentes à conta telefônica (A TARDE, 15/04/80).

A intervenção do MEC

Por que não correu a socorrê-la Helder Câmara? Ou Evaristo Arns? Ambos, dentre outros, de língua mole para desancar os Poderes Públicos?

Justamente, dada a incompetência administrativa de todos os hierarcas ordinários, o MEC, um dos órgãos do Poder Público, estabeleceu a intervenção na UCSal.

Com efeito, na Sessão Plenária de maio de 1980, o Conselho Federal de Educação do Ministério da Educação e Cultura, tendo como relatora a conselheira Esther de Figueiredo Ferraz e sob a presidência do “bispo” Serafim Fernandes de Araújo, por unanimidade, foi aprovada a Católica de Salvador, suspendendo-lhe a autonomia e autorizando o MEC a nomear o reitor *pro-tempore*.

Para descrédito dos hierarcas festivos da “igreja” progressista, impôs-se a intervenção pelos seguintes motivos:

- a) em benefício dos alunos, professores e funcionários;
- b) deficiência qualitativa do corpo docente;
- c) irregularidades numerosas nas atividades acadêmicas;
- d) falta de estrutura adequada para a administração acadêmica;
- e) falta de seriedade e realismo de administração financeira;
- f) uma entidade mantenedora juridicamente inconsistente;
- g) justaposição de institutos;
- h) um estatuto omissivo em pontos essenciais e inexistência de um regimento geral.

Que vergonha para a padralhada, se a tivesse!

Querem os sacerdotes se apresentar como administradores e altamente gabaritados como educadores! Pois bem, à UCSal nem um regimento geral foram capazes de dar e o seu estatuto era omissivo, lacunoso, em partes essenciais, vitais para a instituição...

E para o cúmulo da irrisão, recorde-se, o presidente do Conselho Federal de Educação é um “bispo” romanista. Ali, nas suas barbas, assistiu ao fracasso da UCSal perante o maior órgão de Educação deste País.

A importância do ato

A maior delas é o atestado de incompetência dos “padres”, incapazes de gerir suas próprias instituições. O valor de ordem prática, contudo, é o do alívio das tensões provocadas pela longa crise. E o outro enfoque dessa importância é que essa presença do MEC abriu campo à participação efetiva do Governo do Estado, disposto a uma ação solidária para tentar o salvamento da UCSal, disposição essa impossível sob a gestão clerical.

A permanência do MEC, é evidente, é limitada e sem a possibilidade de solver todos os antigos compromissos, pois há outras instituições semelhantes padecendo de problemas idênticos.

À intervenção é impossível a solução completa e definitiva da calamitosa crise, porquanto no mais curto prazo precisa devolver a autonomia da UCSal, que voltará a encontrar-se sozinha sob a inépcia do clero, para lutar contra velhas dificuldades, inevitavelmente agravadas.

Outro crime de malversação dos bens alheios

Nos 170 milhões que a UCSal devia, incluía-se a vultosa soma de 40 milhões de cruzeiros à Previdência Social: ao INPS 21 milhões, ao FGTS 18 milhões, e ao IR, pela retenção na fonte, 1 milhão e 278 mil cruzeiros (TRIBUNA DA BAHIA, 03/06/80).

A direção da Universidade descontava dos professores e funcionários e não recolhia essas contribuições, servindo-se desonestamente desse dinheiro que não era seu e desviando-o para outras aplicações.

Mais um sintoma da “bagunça”

“Bagunça” na classificação correta da revista VEJA a se denunciar também no fato de manter a instituição contas em 18 estabelecimentos bancários, sendo que, em apenas um banco, havia onze contas em nome da UCSal (TRIBUNA DA BAHIA, 03/06/80).

O reitor *pro-tempore*, professor José Simões, informou ainda que a Universidade mantinha, quando ele assumiu a sua reitoria, um corpo de funcionários 40% a mais do suficiente (TRIBUNA DA BAHIA, 03/06/80).

Outra inverdade

O abismo de uma iniquidade atrai outro abismo de iniquidades. Avelar Brandão é exímio em subterfugar e à farta manipula eufemismos.

Quando os alunos, vimo-lo em tópico anterior, decidiram recorrer ao MEC e denunciar-lhe a situação caótica da Universidade, no sentido de ser ela encampada por aquele Ministério, Brandão, o grão-chanceler, insurgiu-se contra semelhante deliberação e, mesmo num desabafo, mandou os paredistas que procurassem o “papa”.

Ainda às vésperas da intervenção, esteve ele em Brasília e avistou-se com o Ministro da Educação e, ao retornar a Salvador, fez questão de salientar que não haveria a propalada intervenção. Certamente suas conversações com autoridades do MEC visavam simplesmente a obtenção de verbas substanciais.

Consumada a medida extrema e nomeado o reitor *pro-tempore* na pessoa do Professor José Simões e Silva Júnior, o cardeal, com a cara mais lambida do mundo, assegurou haver ele próprio solicitado a intervenção.

Ao finalizar este capítulo, omitimos quaisquer outras considerações. Os lances do dramático episódio, que se arrastará em longa agonia até a morte definitiva da UCSal, revelam o que os “padres” estão fazendo.

Fazendo? Fazendo NADA!!!

Nada por incompetência e inépcia!

.oOo.

A UNIVERSIDADE DE HELDER CÂMARA E A DE EVARISTO ARNS

Exímios são eles na censura aos Poderes Públicos e aos poderosos. Se criticam desmandos ocorridos nas esferas oficiais e se se insurgem contra a opressão dos poderosos sobre os pequenos, veremos se têm eles autoridade que lhes abone, endosse e ratifique os pronunciamentos.

Sair às ruas a insuflar rebeliões é muito fácil e granjeia aplausos da massa ignara. Vamos verificar, porém, como agem eles para com os seus subordinados e como gerem suas instituições.

Querem eles que os detentores do Poder Civil ajam democraticamente e escancarem as portas dos seus gabinetes aos reivindicadores. Eles, todavia, se conduzem de maneira diferente.

Helder Câmara, fautor do poder econômico

A Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), a de Helder Câmara, contradizendo o palafrório do “arcebispo-voador”, para 1980, aumentou as anuidades em 50%, quando o MEC estabeleceu o índice de 35% sobre as cobradas em 1979.

O reitor, por detestar a democracia, se esconde

Os alunos, em face do extorsivo aumento, sentindo-se prejudicados, organizaram na noite de 2 de abril de 1980, uma concentração com o objetivo de entregar ao reitor, “padre” Amaral Rosas, os carnês de pagamento. Encimava a concentração um gigantesco boneco, espécie de espantalho, a representar a instituição deficitária e esbulhadora. Alegando o risco de palavras ásperas contra si, escondeu-se o “pe.” reitor. Dispôs-se a comunicar com os insatisfeitos apenas através de ofício.

Da outra concentração, acontecida dois dias depois, também fugiu o Amaral Rosas. Enviou um recado repetindo sua condição de só se comunicar mediante ofício. Esquivou-se outra vez de se submeter a encontros pessoais com o alunado descontente.

Alegou, outrossim, não terem os alunos pedido licença para a assembleia e ser essa atitude um desrespeito à vida universitária.

Mas é inquestionável! O reitor fujão jamais autorizaria a assembleia, caso lhe fosse solicitada permissão.

Outra vez é indiscutível! Maior violação à normalidade da vida universitária é a do escorchante aumento de 50%.

A UNICAP em rumo do poder econômico

Agravou-se a extorsão em vista do emprego do numerário. Se, na UCSal, a dilapidação do dinheiro era clamorosa, na UNICAP, que pauta seus objetivos em se engrandecer com o poder econômico cada vez maior, ocorre a inadequada utilização dos recursos financeiros.

Sob este fator de ganância de poder econômico, apesar de, quando nos outros, duramente combatido por Helder Câmara, a Universidade Católica do Recife emprega os recursos financeiros na expansão desnecessária do *campus*, na aquisição de terrenos ou imobilizações excessivas, que, aliás, não promovem a qualidade do ensino (FOLHA DE S. PAULO, 03/04/80).

Recusa conversar com os alunos, mas aceita o debate com os poderosos

É sempre a repetida acepção de pessoas!

Se com os alunos não quis uma discussão franca do problema, Amaral Rosas recebeu a comissão parlamentar de deputados estaduais criada para intermediar negociações.

Esta tentativa também resultou em nada porque o “pe.” reitor, fincando pé na sua decisão irredutível, recusou a proposta de reduzir o aumento das anuidades (O ESTADO DE S. PAULO, 10/04/80).

No intento de esvaziar a ameaça de greve, o reitor estabeleceu um recesso de todas as atividades universitárias.

Irredutível na sua determinação espoliadora, reafirmava: “Não existe nenhuma possibilidade de diálogo com os estudantes numa mesa de negociações, pois a UNICAP não cederá em nada” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 08/04/80).

Se o “pe.” reitor se recusou receber os alunos e se se manteve irredutível perante a comissão de deputados que o procurou, de maneira diferente se comportou o Ministro da Educação. Recebeu este em seu gabinete a comissão de estudantes da Católica do Recife, cujo propósito em ir à presença daquela autoridade era o de solicitar-lhe garantias para uma Universidade tranquila e eficiente.

A PUC de Evaristo Arns em trotes, debates e

reivindicações

A violência dos trotes assinalou a recepção dos calouros em 1979 ao embalo da violência perpetrada pela direção da PUC, disposta a um exorbitante aumento das anuidades e indisposta quanto à remuneração condigna do seu corpo docente.

Uma solução fácil

As anuidades escolares das instituições particulares são tabeladas pelo MEC como, por órgãos competentes, tabeladas são as tarifas de ônibus, os preços das corridas de táxi. Quase todos os serviços públicos, senão todos, têm seus preços estipulados por índices próprios. Encaixam-se nesse esquema também as Universidades Católicas.

Configuremos uma situação! Exemplifiquemos com uma empresa de ônibus urbanos. Tem as suas dezenas de veículos a trafegar em vários itinerários. Seus proprietários arcam com sérias despesas como a da renovação da frota, a da manutenção dos carros, a do consumo de combustível, a dos salários dos motoristas, cobradores e fiscais, a do pessoal e do material de escritório, a dos impostos e encargos sociais... Um mundo de despesas!

Em certa altura, a empresa, por qualquer razão, se torna deficitária. Decai o serviço de manutenção e os ônibus se quebram nas ruas. Atrasam-se os salários do pessoal. Os impostos e as contribuições previdenciárias se acumulam em débito. Grassa o descontentamento entre os empregados. É o problema!

Porventura existe um MEC que corra a dotar a empresa pré-falimentar com verbas especiais e subvenções de ajuda? Nem MEC algum ou nem qualquer outro órgão público vai em auxílio pecuniário à firma de finanças combalidas.

Se persiste a crise, decreta-se a sua falência. E, nesta eventualidade, com a hasta pública dos seus possíveis bens remanescentes ou com nova direção que assumira todo o ônus do déficit, os salários atrasados são os primeiros a serem cobertos, bem como as contribuições previdenciárias com juros e correção monetária. Depois, vão-se saldando outros débitos e, se sobrar alguma coisa, o empresário falido é contemplado com esse resto.

As Universidades Católicas, por sofrer em suas finanças, reclamam substanciais dotações do Poder Civil que as tirem da insolvência. Essa maciota precisa ter fim. Devem elas se convencer da injustiça dessa acepção. Se não se sustentam com os seus próprios recursos, encerrem suas atividades. Já se imaginou se as empresas em crise financeira fossem reclamar do Governo injeções de cruzeiros?

Com o aumento do preço da gasolina, forçosamente os táxis têm suas tarifas aumentadas. Em conseqüência, rareiam os passageiros. Os motoristas, justamente aflitos, propuseram ao Governo lhes favorecesse uma verba especial. Assim pagariam o combustível e o preço da corrida seria razoável para o povo. Por inviável, a proposta dos motoristas caiu no vazio.

Mal-acostumados

Os clérigos, em suas obras educacionais e sociais, sempre receberam dotações dos cofres oficiais, nem sempre aplicadas consoante sua destinação.

No caso da PUC de S. Paulo, até 1962, ela era mantida pelo MEC, que se responsabilizava por 76,47% do seu orçamento geral (O ESTADO DE S. PAULO, 20/03/80). Vejam! Naqueles tempos das “vacas gordas” para o clero, ele mamava à solta nos úberes do erário público. Modificaram-se os tempos! A dotação atual é de apenas 6,12%. E é muito!

Por isso que, no passado, os sacerdotes faziam “boca de siri” aos desmandos dos “pelegos” montados nos postos do Governo. Hoje gritam e deblateram contra os poderosos exatamente por isso. Porque eles lhes oferecem “vacas magras” de tetas secas.

O Governo deve estar mais pela opção dos pobres

Não me entusiasmo por qualquer regime político até agora experimentado no Brasil. E por nenhum de outro país. Esta declaração serve para prevenir qualquer juízo apressado de alguém que me queira ver apoiar o que aí está em matéria de política.

Apregoam hoje os “bispos” a sua “opção preferencial pelos pobres”. Bonito palavreado! Apregoam o jargão, mas fazem diferente.

Evaristo Arns, o cardeal dos católicos paulopolitanos, é dessa cruzada da “opção preferencial”, é propugnador dos Direitos Humanos, é cabecilha de greves operárias. Pura fanfarronada!

A PUC de S. Paulo, da qual ele é o grão-chanceler, tem dezoito mil alunos. Com poucas exceções, dezoito mil filhinhos de papai. Dezoito mil moços e moças de famílias de recursos. Ou que fingem tê-los. Gente que tem casa, roupas da moda, cigarros caros, bons passeios, automóvel,... Gente que tem tudo isso e que, por conseguinte, pode pagar a escola.

Agora, a PUC reclama como minguiadas as verbas que o MEC lhe destina e exige com urgência um substancial reforço. Aliás, em dezembro de 1980, o presidente da Associação Brasileira de Escolas

Superiores Católicas, “irmão” Norberto Ranch, informou ao Ministro da Educação que as Universidades Católicas do Brasil necessitam de imediato de 720 milhões de cruzeiros para cobrir seus débitos atuais e solucionar apenas de modo circunstancial o problema (O ESTADO DE S. PAULO, 18/12/80).

A atender a solicitação cobrindo as dívidas das Católicas, incluindo-se os 108 milhões e 985 mil cruzeiros de déficit só da PUC de S. Paulo em apenas 1980, o Governo teria de se valer, é óbvio, dos impostos pagos pelo povo. Pelo povo pobre. Pelo carente agricultor. Pelo operário que madruga e enfrenta ônibus superlotados. Pelo pequeno industrial e pelo pequeno comerciante, sempre oprimidos por tributos cada vez mais elevados. Por aqueles que muito mal podem ver seus filhos concluir o curso primário.

Já chegam as verbas destinadas às Universidades Católicas. São demais! Tiradas desse povo sofredor! (E que vá alguém solicitar ao cardeal Arns uma vaga com preço mais módico...).

Verbas tiradas dos impostos e a favor dos filhos dos poderosos com os quais sempre se mancomunam os padres. Esses rapazes que, em seus carros pelas ruas dos grandes centros atravancam o trânsito em intermináveis passeios a queimar gasolina...

O próprio vice-reitor da PUC de S. Paulo, o “pe.” Edênio Valle, na 12ª Assembleia Geral da Conferência dos Religiosos do Brasil, realizada no Colégio de S. Bento, no Rio, foi obrigado a reconhecer: “O negro nunca teve vez no sistema escolar católico”. (É só chegar lá na PUC de Arns e contar quantos alunos negros lá estão). E confessou também aquele sacerdote: “O sistema de ensino católico é elitista e muito aquém dos parâmetros de Justiça Social preconizado pela Igreja de hoje” (O ESTADO DE S. PAULO, 30/07/80).

E que vá alguém, um pobre operário, à porta de um médico formado por qualquer Universidade Católica pedir-lhe uma consulta de urgência. É escorraçado sem qualquer consideração. O próprio atendimento do INAMPS demonstra a insensibilidade da maioria esmagadora dos médicos, todos eles devedores ao povo por seus estudos...

E que vá alguém procurar um advogado. Desses formados por qualquer das treze Católicas! Se não tem ali os cruzeirões que ele exige, ficará sem assistência advocatícia. E, se confiar no advogado gratuito estabelecido pelo Juiz, irá para a cadeia em resultado da displicência do seu doutor.

Por “opção preferencial pelos pobres” é que o Governo deveria recusar qualquer dotação para as Universidades Católicas e para todas as outras escolas do clero.

Liquidar o mal pela raiz

Num digressão, essas considerações levam-nos à análise do atual elitismo do corpo discente das Universidades Federais e Faculdades sustentadas com os tributos pagos pela coletividade. Um verdadeiro sinônimo de injustiça social e aberrações administrativas!

As injustiças e os privilégios na distribuição da educação começam nas escolas primárias, nos ginásios secundários e nos colégios intermediários. Enquanto as famílias de alto poder aquisitivo encaminham seus filhos a tradicionais instituições particulares, as pobres recorrem ao ensino público. A diferença qualitativa entre ambas as formações é imensa, ao ponto de, nos exames vestibulares, os melhores classificados costumam ser, exatamente, os candidatos preparados pela rede de ensino particular.

Setenta e cinco por cento do ensino superior é pago e 25% é gratuito. A este recorrem os rapazes da elite econômica. Os recursos públicos custeiam as suas Universidades!

É flagrante a injustiça de se exigir do pobre o custeio da educação dos filhos das famílias de alto poder aquisitivo. Tanto mais porque, se estes sustentaram o ensino do primeiro e segundo graus, por que razão teriam o privilégio de frequentar faculdades públicas sem pagar a preparação que, ao final do curso, lhes dará um meio de vida muito acima da média brasileira?

Essa média brasileira de vida baixa e injusta, comprova, de resto, pelos próprios levantamentos estatísticos das instituições governamentais, como o IBGE, o BNH, o Ministério da Previdência e os órgãos de Planejamento. Dos 120 milhões da nossa população, cerca de 34% ganha menos de um salário mínimo; cerca de 24,5% ganha entre um e dois salários mínimos; e pouco mais de 10% recebe de dois a três salários mínimos. Há 22 milhões de analfabetos acima dos sete anos de idade, 2 milhões de menores abandonados, 20 milhões de carentes totais, 55 milhões vivendo em precaríssimas moradias, 40 milhões sem luz elétrica e 12 milhões de favelados. E apenas 42 milhões formam a população economicamente ativa.

Esse doloroso quadro de pobreza e miséria, se não for enfrentado e corrigido em tempo hábil, conduzirá o País a uma irreprimível exploração das tensões sociais.

Impõe-se profunda reforma de nossas instituições, se desejamos uma sociedade melhor.

A Universidade é um dos principais instrumentos de transformação social. Se ela precisa de cabal recuperação, esta recuperação não pode fugir do enfoque de nossa realidade econômico-social.

O ônus do sustento dos 25% do ensino gratuito e das vultosas verbas para os outros 75% das escolas superiores de ensino pago, esse ônus recai sobre os recursos públicos. Livres os cofres públicos de tamanho peso, com seus recursos muitas outras necessidades básicas das populações poderiam ser atendidas.

Medidas paliativas só contemporizam o mal com a agravante de torná-lo cada vez mais agudo. A massificação do ensino universitário implantado desde os primeiros anos da década de 70 já demonstrou seu fracasso. A ampliação de crédito bancário aos estudantes carentes também é inviável. A bem da verdade, a democratização das instituições universitárias só pode começar pela adoção do ensino pago, cuja implantação, sem dúvida, acarretará consideráveis custos políticos para os governantes que quiserem enfrentá-la.

No caso de rapazes pobres, desde que seu desejo de frequentar faculdades coincida com uma verdadeira e comprovada vocação, poderiam se valer de bolsas escolares.

Sei perfeitamente que o tema do ensino pago em todas as Universidades e Escolas Superiores é um assunto explosivo porque fere interesses financeiros de muita gente. Que os susceptibilizados apresentem seus argumentos e, principalmente, soluções no sentido da superação da crise universitária e, mais ainda, da crise social oriunda da baixa e injusta média brasileira.

Encerrada a digressão, volvemos ao nosso assunto!

Também fora da tabela

Para 1980, o MEC autorizou o aumento de 35% sobre as anuidades de 1979. A PUC de S. Paulo, à imitação da UCSal, da do Recife e de todas as outras co-irmãs, sempre solertes em cobrar além do permitido, quer 18% de acréscimo ilegal e abusivo.

Rebelaram-se os alunos e, no que fizeram muito bem, decidiram boicotar as mensalidades do mês de maio.

Sacrificados os “cursos ricos”

Se em Salvador os oprimidos por atrasos de minguados salários são os professores dos “cursos pobres”, em S. Paulo são também os professores dos “cursos ricos”. Em consequência, no dia 17 de junho de 1980, mantiveram-se em greve a fim de forçar o pagamento dos salários de dois meses atrasados dos docentes da Faculdade de Medicina e de um mês dos das Escolas de Economia e Direito. Ao todo, mil e duzentos professores em parede.

E a desculpa da reitoria foi a da recusa da parte dos alunos em pagar o repasse de 18% de aumento.

A calamitosa situação foi sanada emergencialmente e em parte por uma dotação especial de 3 milhões e 500 mil cruzeiros vinda do MEC, dos poderosos do Poder Público, combatidos nas arengas do Arns.

Disse em parte sanada a situação porque mestres de outras escolas ficaram sem receber (O ESTADO DE S. PAULO, 04/07/80).

Falece-lhes a razão quando pretendem os “bispos” da quermesse alegre do socialismo clerical responsabilizar o Governo pela falência de suas Universidades.

Gritam contra o alto custo de vida e, nos seus aranzéis de protesto pelas panelas vazias, reclamam providências que coíbam o aumento das mercadorias. Mas, quando lhes afeta a situação, se queixam do Governo por lhes barrar os aumentos das taxas escolares.

No Boletim 145 do CIE (Centro de Informações Ecclesia) aponta-se como causa da situação pré-falimentar das Universidades Católicas “a sufocante política federal de controle das anuidades”.

Querem assim: Para os outros a repressão de preços e para eles a liberdade total de suas taxas e os contínuos reforços por meio de substanciais subvenções.

.oOo.

E O QUE FAZEM OS “PADRES” EM CAMPINAS?

Campinas é, com os seus 800 mil habitantes, uma notável cidade do interior de S. Paulo, distante uns 100 quilômetros da Capital. Destaca-se como centro estudantil em consequência do expressivo número de escolas também de nível superior.

No passado, dentre seus conceituados mestres, distinguiu-se o monsenhor Emílio José Salim, respeitado por sua cultura, sua oratória e sua didática. Idealizou e impulsionou a Faculdade Católica de Campinas, origem da atual Pontifícia Universidade Católica de Campinas, a PUCAMP, da qual foi a alma e o cérebro. A PUCAMP “possui atualmente o maior patrimônio de ensino superior privado do País” (O ESTADO DE S. PAULO, 15/10/80).

Falecido monsenhor Salim, a PUCAMP foi acometida de anemia crônica em suas finanças e de deterioração irreversível em sua eficiência.

E onde estão hoje os “padres” da Arquidiocese de Campinas habilitados a substituir Salim? Dentre eles, porventura não há um com a capacidade dele para reger a PUCAMP?

A PUCAMP não é uma instituição religiosa católica? E por que em seus muros se repetem escândalos?

Destes escândalos enumeraremos apenas dois ou três.

A “taxa do bicho”

Transformou-se este País num imenso cassino onde impera a jogatina desbragada. Desde a loteria federal a se emparceirar com a loteria esportiva que ilude o pobre povo. E aí está atuante, conquanto ilegal e numa notória clandestinidade, o jogo do bicho.

Neste cenário de imenso cassino nacional, à PUCAMP dever-se-ia arrumar uma TAXA DO BICHO, uma espécie de “caixinha” de instituições larapias e indivíduos inescrupulosos. Destina-se ela aos diretórios acadêmicos. A anomalia começou nos idos de 1971. O vestibulando, há dez anos passados, ao se inscrever, era forçado a pagar 200 cruzeiros. Parte desta quantia, 120 cruzeiros, correspondia à taxa máxima fixada pelo MEC.

Os clérigos são assim! O MEC baliza em 120. Eles nunca cobram menos... É a pantagruélica ganância clerical, a mórbida *auri sacra fomes* (= a sagrada fome de ouro) a corroer as entranhas dos sacerdotes.

Além dessa importância, exigiam mais 80 cruzeiros (40% do total cobrado) correspondentes à TAXA DO BICHO (O ESTADO DE S. PAULO, 18/12/71).

A despeito do sofisma do reitor: “O que a lei não veda é permitido”, essa taxa é um esbulho, pois “vestibulando não é calouro”.

Se o candidato for reprovado nos vestibulares, por que forçá-lo em prol dos diretórios acadêmicos da PUCAMP da qual ele não é aluno e dos quais não se utilizará?

E essa balela clerical de que aquilo “que a lei não veda é permitido” só cabe na moral imoralíssima do clero crápula e odiento.

Eu pergunto: Qual é a lei que veda alguém tomar a hóstia “consagrada” e jogá-la no chão e sobre ela sapatear? Em qual código se encontra semelhante proibição?

Portanto, segundo o arrazoado do reitor, esse ato é permitido.

Vá alguém fazer isto num templo romanista!

Barba de molho?

É o caso, não de pô-la de molho, mas de raspá-la.

Como se não bastassem os graves problemas da instituição, surge em seu seio uma inusitada polêmica. Um quartanista de Odontologia da

PUCAMP, Gilberto Emílio Nogueira, vinha cultivando pequena e bem aparada barba. Um dos professores, porém, condicionou-lhe assistir às aulas de cirurgia buco-maxilo-facial, o raspá-la, sob a alegação de comprometimento de assepsia.

Este motivo invocado pelo professor, no entanto, é contestado por pareceres e informes da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas e da Associação dos Cirurgiões Dentistas, os quais garantem ser aquele argumento desprovido de sustentação.

Na mesma cadência da falência

Todas as treze Universidades Católicas estão numa conjuntura de insolvência. Irremediavelmente serão bancarroteadas se não lhes revigorar as finanças o socorro do Poder Público. A de Campinas não faz exceção. De resto, emparelha-se com a de Salvador.

Ocupa ela o primeiro lugar na calamitosa projeção deficitária, constituindo-se clamoroso atestado de incompetência clerical. Aí estão os fatos!

Em maio de 1980 o assessor financeiro da sociedade mantenedora da PUCAMP, Osmar Gonçalves, informou elevar-se sua dívida a 300 milhões de cruzeiros (O ESTADO DE S. PAULO, 25/05/80). Dívida financeira essa a crescer em ritmo galopante a ponto de, em setembro do mesmo ano de 1980, ir além dos 400 milhões (Idem, 17/09/80). Já em outubro elevava-se a 500 milhões de cruzeiros, com um déficit operacional de 30 milhões por mês (CORREIO POPULAR, Campinas, 15/10/80). Nesse caso, o déficit já atinge a quarta parte do valor do patrimônio, avaliado em 2 bilhões de cruzeiros. A prosseguir neste ritmo, daqui a pouco o montante da dívida corresponderá ao valor patrimonial da Universidade, se é que a essa altura já não chegou lá...

Fontes do gabinete da reitoria veem como única saída possível dessa circunstância de insolvência a venda de parte do patrimônio. Aventou-se mesmo em instalar um *shopping center* no prédio onde funciona a administração central da Universidade, ligado à história de Campinas por haver pertencido ao Barão de Itapura e por ser um dos últimos exemplares da arquitetura do Segundo Império (O ESTADO DE S. PAULO, 17/09/80).

Fim da camuflagem

A situação levou os seus responsáveis a uma devassa interna nos balancetes da PUCAMP referentes ao período de 1975-1980. Lancetado o cancro econômico-financeiro da instituição, revelou-se a gravidade que vinha sendo camuflada com números falsos.

“Com o seu patrimônio imobiliário avaliado em 2 bilhões, hipotecado, diversos títulos protestados em bancos nacionais e estrangeiros, uma dívida superior a 500 milhões de cruzeiros, além de um déficit operacional mensal entre 25 e 30 milhões, a PUC de Campinas encontra-se hoje praticamente em estado de insolvência” (O ESTADO DE S. PAULO, 16/10/80).

Paredes na PUCAMP

E nem podiam faltar! Se os “bispos” da esquerda festiva insuflam greves entre os metalúrgicos, por que não ocorreriam elas por parte dos prejudicados, dada a péssima administração das instituições clericais?

Na dramática conjuntura deficitária, a reitoria da PUCAMP apelou, como alternativa de sua solução, ao achatamento dos salários dos professores já sacrificados com o atraso pela quarta vez até setembro de 1980.

Outra providência adotada foi a do aumento ilegal e exorbitante de 50% em pleno caminhar do segundo semestre letivo, causa do boicote às mensalidades pelos alunos inconformados. Agravada a situação deficitária, com seus vencimentos retardados, os professores entraram em greve por tempo indeterminado (O ESTADO DE S. PAULO e CORREIO POPULAR, 14/10/80).

A reitoria viu no movimento paredista uma razão para pressionar os alunos a darem fim ao boicote, alegando-lhes ser a retenção das suas mensalidades a causa do atraso do pagamento dos salários. A APROPUC (Associação dos Professores da Pontifícia Universidade Católica de Campinas), contudo, pronunciou-se com opinião contrária ao acentuar em seu boletim de 13 de outubro: “O atraso no pagamento e as dificuldades financeiras da Universidade não têm origem no boicote ao aumento das mensalidades desenvolvido pelos estudantes, mas sim em toda a política administrativa da PUC nos últimos anos. Os estudantes estão boicotando a mensalidade de outubro e, no caso, os professores não receberam setembro” (CORREIO POPULAR, 14/10/80).

Vexames sobre vexames

Sem retornar ao exercício de suas funções, os professores, em 17 de outubro, receberam sob protesto a metade de seus salários vencidos.

Apesar desse recebimento, os professores foram, pela premência das necessidades, forçados a fazer “empréstimos bancários enquanto a Universidade não efetua o pagamento total de seus salários. Mas até isso está sendo difícil conseguir porque os bancos não querem mais aceitar o *hollerith* da PUC como garantia.

“Enquanto a reitoria se recusa fazer empréstimo no banco para nos pagar”, confirma Carlos Martins, presidente da APROPUC, “os professores estão pagando esses juros porque não recebem o pagamento do mês”.

A maioria dos 1.150 docentes depende basicamente da Católica para se manter, mas mesmo aqueles que têm outro emprego já gastaram tudo com as despesas forçadas e estão, como os outros, sem dinheiro para as compras essenciais” (JORNAL DE HOJE, Campinas, 17/10/80).

Em fins de outubro, sob promessa de pagamento de todos os atrasados, os mestres volveram às aulas num gesto de nobreza e com o intuito de se evitarem maiores prejuízos para o alunado.

A PUCAMP é especial num caso inédito

7.238, dos 17 mil candidatos inscritos para o vestibular unificado de 1980 prestaram, em primeira fase, seus exames nos dias 15 e 16 de dezembro de 1979.

Ao se fazerem os confrontos de praxe, os membros da Comissão Permanente do Vestibular verificaram fundados indícios de fraude (O ESTADO DE S. PAULO, 19/12/79).

Com efeito, constataram quatro provas idênticas, tendo todas as questões marcadas com a mesma resposta.

Os candidatos que fizeram essas provas são três concorrentes a Medicina e um a Odontologia. Informaram eles haverem pago 25 mil cruzeiros pela cópia xerográfica do gabarito da prova. Os quatro também notificaram à Polícia conhecerem certo indivíduo possuidor de cópias do gabarito da segunda fase do Vestibular.

Em resultado da burla, a primeira fase foi por completo anulada, devendo todos os 17 mil candidatos inscritos, com exceção dos implicados, serem chamados para a segunda.

Logo no início das investigações aventou-se a razoável hipótese da participação de funcionários da Universidade, uma vez que as provas foram rodadas na gráfica do próprio estabelecimento (O ESTADO DE S. PAULO e JORNAL DA TARDE, 20/12/79).

Afinal, de todos os vinte suspeitos, funcionários da gráfica, a denúncia recaiu sobre Alceu Amauri Costa, identificado como o funcionário da Universidade que teria elaborado todo o plano de contrabando das cópias. O denunciado, de 21 anos de idade, trabalhava na aludida gráfica fazia quatro anos com o salário, em fins de 1979, de 8 mil cruzeiros (O ESTADO DE S. PAULO, 22/12/79).

A ocorrência, é evidente, revela pouca vigilância por parte dos responsáveis pela PUCAMP, que se tornam assim onerados com o fato perante a opinião pública!

Recorde-se! Quando em 1971 impôs-se a arbitrariedade da cobrança da TAXA DO BICHO aos vestibulandos inconformados, o reitor, na cadência da imoralíssima teologia moral católica, sofismou: “O que a lei não veda é permitido”. Ora, há juristas, como o advogado criminalista José Yahn Ferreira, que não vêem, em face do Código Penal, crime algum neste tipo de fraude. Essa quebra de sigilo, conforme o causídico mencionado, não chega sequer a constituir um ilícito penal. Trata-se “exclusivamente de um problema de ordem interna”. E conclui o advogado: “Tudo não passou de um simples caso de cola, que existe em qualquer escola do País” (Idem, 28/12/79).

Por conseguinte, a fraude, à luz do sofisma do reitor, é permitida. Nesse caso, jamais dever-se-ia ter importunado a Polícia, movimentado os dispositivos judiciários, suspeitado dos vinte funcionários da gráfica, denunciado o pobre Alceu Amauri Costa, incomodado os pais de vários vestibulandos. E muito menos dever-se-ia ter cancelado a primeira fase do vestibular que, com novo exame, molestou 7.238 candidatos.

Se tudo o que a “lei não veda é permitido”, consoante a conveniência do reitor, não houve burla alguma.

É por este motivo que as centenas e centenas de milhares de pessoas das profissões liberais formadas pelas Universidades Católicas deste País são incapazes de exercer, como fermento a levedar a massa, qualquer influência benéfica em prol da elevação moral da Sociedade Brasileira.

O episódio confirma ainda outra vez estar eu carregado de razão quando proclamo como lei da História que onde o clero católico predomina a moralidade pública é sempre baixa.

Diploma para os apaniguados e rua para quem denunciou a mazorca

Nem bem a PUCAMP se refizera da balbúrdia causada pelo contrabando das cópias do gabarito da primeira fase do Vestibular, estoura o caso dos SUPERALUNOS do curso de Jornalismo.

Os superalunos foram aprovados com nota 10 sem terem frequentado regularmente as aulas e sem terem prestado as provas finais. Dentre os indiciados na marroteira estão o próprio reitor Benedito José Barreto da Fonseca, o secretário geral da Universidade José Antonio Trevisan, o vereador Rui de Almeida Barbosa e Odilon Garcia, diretor de uma emissora local (O ESTADO DE S. PAULO, 06 e 07/02/80).

Por dois meses a fraude foi objeto de perícias e inquéritos dentro dos muros da Universidade. Embora houvessem sido apontadas as irregularidades num extenso relatório, o próprio presidente da

Comissão de Sindicância deu o seu parecer favorável ao reitor e ao secretário geral. E no episódio dos superalunos “o dito ficou pelo não dito” e tudo em favor do Benedito, que é o reitor.

O castigo recaiu pesado em cima do denunciante, Adalberto Paranhos. Arbitraria e ditatorialmente foi ele demitido do magistério da PUCAMP, apesar de ser também presidente da Associação dos Docentes dessa Universidade.

Além da trapaça, que favoreceu os superalunos, o professor Paranhos denunciou a insolvência da instituição e a grilagem de terras praticada por elementos de sua alta direção.

Na dança do arcebispo chanceler

O titular do Arcebispado de Campinas é o sr. Antonio Alves da Siqueira. Seus 73 anos, agravados com problemas de saúde, impedem-lhe maior presença. Em consequência, de há alguns anos a Santa Sé concedeu à Arquidiocese campineira um arcebispo coadjutor na pessoa de Gilberto Pereira Lopes. Em se agravando cada vez mais a situação da PUCAMP e pelo fato de não renunciar ao cargo de arcebispo titular o sr. Siqueira, a Santa Sé, em princípios de fevereiro de 1980, delegou mais amplos poderes a Gilberto, com a sua designação para o cargo de administrador apostólico com sede plena. Na prática, dessa forma, incumbe-se-lhe toda a autoridade do governo da Arquidiocese, sendo Alves Siqueira apenas figura decorativa na sua corcundinha devota.

Em passando às mãos do administrador apostólico todo o governo arquiépiscopal, tornou-se Gilberto o grão-chanceler da Universidade.

Atarantado, contudo, o neo grão-chanceler tem-se conduzido muito mal no encaminhamento de soluções para a crise da instituição.

Em agosto de 1980 ocorreram as eleições do reitor. Sem disfarçar suas simpatias por Heitor Regina, Gilberto chegou ao cúmulo do arbítrio pressionando o antigo reitor Benedito José Barreto da Fonseca a demitir-se vinte dias antes do término do mandato, que aconteceria a 30 de junho. Intimado pelo arcebispo a demitir-se, recorreu Fonseca ao nuncio apostólico, em Brasília, que o aconselhou a manter-se no cargo. A despeito desse poderoso aval do nuncio, as pressões de Gilberto continuaram, ao ponto de levarem a vítima a entrar em contacto com o Vaticano, sem, todavia, lograr êxito diante do arbítrio.

A seguir, Gilberto nomeou reitor *pro tempore* o próprio Heitor Regina, candidato de sua inocultável preferência (JORNAL DA TARDE, 26/08/80), pois deseja um novo dirigente para a Universidade que seja afinado com a tendência “progressista” dominante na CNBB (O ESTADO DE S. PAULO, 03/06/80).

A gravidade de sua interferência não está tanto no afastamento antecipado de Fonseca, já sem condições de comando. A gravidade recaiu

no fato de haver o arcebispo grão-chanceler prejudicado o andamento normal da escolha democrática do novo reitor por não lhe ser simpática a pessoa de Álvaro César Iglesias, diretor da Faculdade de Direito, forte candidato (Idem, 08/06/80).

São essas algumas das muitas e lamentáveis ocorrências sob os olhares incompetentes dos “bispos” acontecidas a lhes desautorizar condições de se pronunciarem acerca de problemas sociais e econômicos. Quem tem telhado de vidro não atire pedras no telhado vizinho...

.oOo.

A PUC-RJ, REDUTO MARXISTA

A conferir com a realidade, a sigla PUC deveria ser PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE COMUNISTA. E não Católica!

A Imprensa séria, descomprometida, tem acusado as PUCs como agentes esquerdizantes. A do Rio de Janeiro, então, de modo além de escandaloso, pois nela o marxismo é cultuado “como a única leitura imaginável dos fatos sociais, e os textos que não se conformam a seus ensinamentos são simplesmente expurgados. Os professores não alinhados com seus dogmas são boicotados e postos em situação tal que terminam pedindo demissão”.

E prossegue o editorial do JORNAL DA TARDE, destacado órgão da Imprensa Paulista: “Com sua visão exclusivista do mundo, seus dogmas não admitem contestação e nem mesmo exame, e seu conhecido unilateralismo, o marxismo, imposto por professores inescrupulosos a jovens imaturos e ainda intelectualmente despreparados termina fechando-lhes a inteligência e impedindo-os de ver a realidade, a não ser pelo prisma ideológico. Qualquer doutrina ou teoria que contradiga os dogmas oficiais é sumariamente posta de lado, sem nem mesmo o benefício de um exame” (20/03/79).

Miguel Reale é preterido

Qualquer jurista patricio que preze sua formação reconhece no Dr. Miguel Reale um dos máximos expoentes da cultura jurídica brasileira. Reitor da USP, aliás de indiscutível brilho em sua magnífica gestão, tem produzido livros de notável valor.

A professora Anna Maria Moog Rodrigues, da disciplina História do Pensamento, selecionou textos do livro, obra de repercussão internacional, PLURALISMO E LIBERDADE, de autoria do insigne mestre Reale para a apostila a ser utilizada pelos alunos de sua matéria.

Pois bem, o Departamento de Filosofia da PUC-RJ surpreendeu a mestra com a decisão de excluir todos os textos do Dr. Miguel Reale.

Com justa razão pode-se chamar de terrorismo cultural essa supressão sumária e unilateral do pensamento alheio. O mestre Reale, vítima desse preconceito ideológico, ainda observa: “Existem múltiplas formas de sectarismo que determinam atitudes inexplicáveis como esta, e que atentam, de maneira flagrante, contra a liberdade de cátedra, expressamente assegurada na Constituição” (JORNAL DA TARDE, 17/03/79).

Os incomodados que se retirem

Anna Maria Moog Rodrigues, coerente com o seu conceito de notável professora, preferiu exonerar-se a submeter-se a semelhante censura discriminatória e ideológica. O ambiente de terrorismo cultural implantado na PUC-RJ, nos moldes do da Rússia, forçou-a a reconhecer-se demissionária.

Anna Maria não é a primeira a sofrer coação ideológica naquela Universidade. Também o sociólogo Arthur José Rios, que exerceu o cargo de diretor do Departamento de Sociologia da PUC-RJ, por discordar da metodologia marxista ali imposta, foi pressionado a demitir-se. “As pressões”, relata ele, “acentuaram-se no ano de 1976, quando já estava há dois anos dirigindo o Departamento de Sociologia e acabaram levando-me a também solicitar minha exoneração, pois comecei a sentir que eram boicotados os cursos que ministrava”. Informa, outrossim, haver encontrado a Biblioteca da Universidade “atracada de autores marxistas” (JORNAL DA TARDE, 17/03/79).

A professora Cleuza Capalbo, de Fenomenologia e Ciência, também sofreu pressões sutis e subreptícias que a levaram a exonerar-se da PUC-RJ, onde lecionou dez anos (Idem, 20/03/79).

O professor Antonio Paim, também há dez anos na Universidade, pressionado pelo terrorismo ali instalado, se viu na contingência de se admitir exonerado. Ao procurar o reitor, “pe.” João Mac Dowell, reconheceu-o solidário e conivente com os poderosos tiranos.

O professor demitido, no final de 1979, publicou, em compilação de todo o material referente à crise surgida com a censura arbitrária dos textos de Miguel Reale, o livro LIBERDADE ACADÊMICA E OPÇÃO TOTALITÁRIA. Destaca-se no bojo do documentário, é verdade, a completa negligência da autoridade eclesiástica para pôr cobro à

situação denunciada e o completo desvirtuamento do ensino da filosofia na PUC-RJ.

Essa omissão, de resto, é a responsável pelo esvaziamento cultural da instituição, o que a transforma em terreno propício ao florescimento do marxismo.

O episódio da censura ideológica ocorrido em 1979 na Universidade Católica do Rio envolveu também o professor Aroldo Rodrigues, marido da professora Anna Maria Moog Rodrigues, por haver sido o autor das denúncias sobre a atuação das “patrulhas ideológicas” dentro da PUC-RJ. Nenhuma consideração lhe tributaram, ou pelos serviços prestados como mestre de Psicologia durante vinte anos, ou pelas cinquenta publicações de sua autoria sobre Psicologia Social. Ao ser demitido, em consequência do ambiente opressivo criado pelos “patrulheiros ideológicos”, o ilustre professor Rodrigues revelou: “Hoje, na Universidade, existe uma hiper-estrutura que discrimina, persegue, censura, cria uma casta de favorecidos, expurga, enfim, age a serviço de um conjunto de valores professados, tornando o ambiente acadêmico insuportável” (O ESTADO DE S. PAULO, 11/07/79).

A advertência de Sobral Pinto

Advogado de alto conceito no Rio de Janeiro, Sobral Pinto tem muitas vezes patrocinado as causas comunistas, como Luiz Carlos Prestes, de quem, aliás, se reputa amigo. Nem por isso, contudo, deixa de ser ferrenhamente contrário ao comunismo.

Convidado pela reitoria da PUC-RJ a dar a aula inaugural do ano letivo de 1980, à solenidade do dia 12 de março compareceu ele e proferiu sua tese acerca da infiltração marxista nos redutos católicos e, de modo particular, nas Universidades Católicas.

Admoestou: “Modernamente, a Pontifícia Universidade Católica defronta, entre nós e em todas as nações, com um grande, terrível e sinistro perigo: a infiltração, em seus cursos, da filosofia marxista.

“Ninguém, tanto entre nós, quanto em alheias terras, tem o direito de se iludir: o marxismo quer implantar no seio de todas as nações o que ele chama uma nova civilização. É seu propósito destruir, liquida e aniquilar sobretudo a civilização que se baseia na existência de Deus e na da alma espiritual e sobrenatural. É mister não esquecer nunca esta afirmação de Gustavo A. Waltter: ‘Marx tomou de Feurach a idéia que não é Deus que criou o homem, mas o homem que criou Deus, à sua imagem e à sua semelhança’ (L’IDEOLOGIE SOVIETIQUE CONTEMPORAINE - T. I - p. 255). Mais ainda, o mesmo expositor adverte, com precisão: ‘O comunismo declara à religião uma luta sem piedade, pois ele a considera como um reflexo da realidade essencialmente falsa e um meio nas mãos dos exploradores para chegar

a seus fins'. Lenine chama esta luta contra a religião de o 'ABC de todo o materialismo e, por conseguinte, do marxismo' (Ibid., p. 257)" (JORNAL DA TARDE, 15/03/80).

Jamais alguém poderia ter sido mais oportuno com semelhantes declarações no antro esquerdista da PUC-RJ.

No dia seguinte, a comprovar ter o juriconsulto sobejas razões em suas advertências, foi ameaçado de morte e descobriu-se uma bomba sob um banco na porta do seu escritório (JORNAL DA TARDE, 14/03/80).

No capítulo primeiro desta parte do livro enfocamos as causas da "patologia pedagógica" em cujo contexto se destaca em exacerbação aguda a crise das treze Universidades Católicas. Impossibilitadas estas de suplantar sua problemática situação, tornaram-se incapazes de exercer qualquer influência no sentido de superação do drama pedagógico que sacode a Universidade Brasileira.

Nem como exemplo de vida universitária pode-se apresentar qualquer uma das Católicas.

Observou muito bem Karl Jaspers, um dos mais lúcidos filósofos da Universidade, a inutilidade de recursos monetários para a recuperação dessas instituições. Com sabedoria e argúcia acentua ele a imprescindibilidade de adequadas condições espirituais norteadoras da busca da Verdade Total.

Pois bem, o clero nem estas condições espirituais pode produzir em seus próprios estabelecimentos universitários. Impotente em provocar a "revolução interior" em seu próprio meio ambiente, falta-lhe autoridade moral diante da Universidade Brasileira. Afinal, o completo fracasso das Universidades Católicas confirma de sobejo a observação do cardeal Newman quanto à sua incapacidade de edificar seu alunado.

Focos de marxismo materialista, ao invés de servirem o Homem, as Universidades Católicas levam-no às extremas consequências da deformação do caráter.

Diante desta dramática situação de impotência, torna-se prosaica a sua crise financeira. Seus reitores reclamam da parte das Autoridades Educacionais certa "atitude de indiferença" para com a situação pré-falimentar dos seus estabelecimentos. Querem eles um plano de emergência de repasse de uma substancial dotação e um plano de longo alcance que envolva as Universidades Católicas na política educacional do País.

Que proveito traria para a Nação e para a Educação Brasileira o atendimento do Governo a essas duas propostas básicas dos reitores? Tornar-se-iam suas Universidades capazes de provocar a "revolução interior" em seus corpos docente e discente?

Bem ao contrário! Prova-o seu passado. Semelhante deferimento, além de onerar o País já de finanças combalidas, sustentaria o cancro das Universidades Católicas.

A esclarecida consciência nacional aplaudirá o Governo se cerrar seus ouvidos aos reclamos das Católicas. Ótimo será quando elas encerrarem suas atividades. A Nação respirará aliviada por se libertar da mazela.

Os problemas decorrentes do definitivo fechamento das treze Universidades Católicas serão de fácil solução. Muito mais fácil do que a ereção de estacas que sustentem a comédia da educação católica ministrada nas Pontifícias Universidades Católicas, as quais, com melhor propriedade, deveriam ser cognominadas de Pontifícias Universidades Comunistas.

.oOo.

OPRESSORES DOS MISERÁVEIS

**“Acaso não entendem os obreiros da iniquidade?
Esses que devoram o Meu povo, como quem come pão?...**

**A sua boca era mais macia que a manteiga,
porém no coração havia guerra;
as suas palavras eram mais brandas que o azeite,
contudo eram espadas desembainhadas”**

(Salmo 53.4; 55.21).

.oOo.

OS “BISPOS” E OS “CONFLITOS DA TERRA”

Em fevereiro de 1980, em Itaici, no município de Indaiatuba, Estado de S. Paulo, 281 “bispos” celebraram a 18ª Assembleia Extraordinária da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) a reafirmar, “mais uma vez, o compromisso da Igreja Brasileira, com o pobre, com o oprimido”, desta feita alçando vôo na rota da reforma fundiária.

Pobres e oprimidos, sobretudo eles, instalaram-se no conforto “freiristicamente” cuidado daquele mosteiro, dispondo até de serviços especiais como o de marcar passagens aéreas (pobre anda de avião?) e o de providenciar desde remédios até cigarros (seus encontros são uma atmosfera carregada de fumaça poluente do tabaco). A preocupação requintada da hospedagem nababa previu ainda dispositivos especiais para troca de botões de roupa.

Burgueses montados no sistema capitalista da super-multinacional da credence, que é o catolicismo romano, discutiram o problema da terra.

Eles, os representantes, ou melhor, componentes da hierarquia latifundiária. “Os conflitos da terra no Brasil atingem um estágio crônico e, antes que a situação evolua, a CNBB espera poder influir no tratamento do problema e mesmo sugerir às Autoridades algumas providências”, definiu os objetivos da Assembleia o sr. Ivo Lorscheider, presidente da CNBB (O ESTADO DE S. PAULO, 05/02/80).

No transcurso dos dez dias do burguês encontro episcopal, “houve uma verdadeira ‘chuva’ de denúncias sobre os conflitos pela posse da terra, que já assumiram a forma de verdadeira guerra de extermínio”, e, ao final, os “bispos” assumiram a “tarefa política de denúncia da situação calamitosa da propriedade fundiária no País, e o compromisso pastoral de lutar em favor de uma reforma agrária” (O S. PAULO, 22 a 28/02/80).

“Tarefa política”?

Asseguram-se os “bispos” sucessores dos Apóstolos (pretensão absurda, equivocada e contrária às Sagradas Escrituras do Novo Testamento). Se, de fato, o fossem, incumbir-se-iam do múnus religioso, espiritual, como, de resto, resumiram-se as atribuições por Jesus Cristo estabelecidas para os Apóstolos.

A 18ª Assembleia propôs-se tratar do problema da terra e da catequese. A “tarefa política”, contudo, exacerbou a sensibilidade dos hierarcas e olvidaram eles o tema da catequese, que lhes deveria ser específico. A exacerbação política ativou-lhes o vocabulário em proporções muito mais acentuadas do que as preocupações catequéticas. Daí ocupar o manifesto A IGREJA E O PROBLEMA DA TERRA 23 laudas e AS ORIENTAÇÕES PASTORAIS SOBRE A CATEQUESE mal cobriram 2 páginas.

Os “bispos” católicos são sempre um enigmático equivoco. Enigmático equivoco estão sempre equivocados. E equivocados são famigerados equivoquistas.

A 18ª Assembleia de Itaici se reduz a um outro espantoso equívoco! É o que veremos na sucessão dos capítulos subsequentes.

O documento

Cognomina-se ele A IGREJA E O PROBLEMA DA TERRA (IPT) e se reparte em três partes principais: A Realidade dos Fatos, Fundamentação Doutrinária e Nosso Compromisso Pastoral.

Logo na Introdução, no primeiro período, lembra: “A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso País é extremamente grave. Ouve-se por toda a parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la”.

Omitindo qualquer estudo sobre agricultura e a questão técnica da produção, “voltando para a problemática da posse da terra”, propõe-se o documento enfocar a “questão social da propriedade fundiária”, porque, dizem os “bispos”, “devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e as esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra”.

Na primeira parte, o texto memora dados estatísticos sobre a ocupação do solo rural: “O Censo Agropecuário de 1975 revela que 52,3% dos estabelecimentos rurais do País têm menos de 10 hectares. E ocupam tão somente a escassa área de 2,8% de toda a terra possuída. Em contrapartida, 0,8% dos estabelecimentos têm mais de 1.000 hectares e ocupam 42,6% da área total. Mais da metade dos estabelecimentos agropecuários ocupa menos de 3% da terra e menos de 1% dos estabelecimentos ocupa quase metade”.

A política dos incentivos fiscais do Governo é considerada pelos prelados como uma das causas fundamentais da “expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar”. E exemplifica: “Até julho de 1977, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a

recursos próprios das empresas, enquanto os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, eram provenientes dos chamados incentivos fiscais”.

Após denunciar a política de incentivos fiscais por desviar “dinheiro de todos para uso de uma minoria, não atendendo às exigências do bem comum”, atribui a maior responsabilidade “aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria. A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de Justiça, mas é a concretização localizada de que fala o documento de Puebla”.

Semelhante situação, conforme o parecer dos “bispos”, “tornou-se exacerbada com o caminho do desenvolvimento econômico que vem sendo percorrido em nosso País, escolhido sem a participação popular. O modelo de desenvolvimento adotado favorece o lucro ilimitado dos grandes grupos econômicos”.

Os hierarcas aludiram até à dívida externa, cujo montante, segundo eles, provoca “nossa dependência em relação às multinacionais, agravando poderosamente as condições de vida e de trabalho da população rural, pois sobre a agricultura recai grande parte desse pesado tributo”.

A concentração da propriedade da terra é acusada, outrossim, como fator de concentração do “poder político, um processo cumulativo resultante da exploração do trabalho e da marginalização social e política da maior parte do nosso povo”.

Na segunda parte, ou seja, na Fundamentação Doutrinal, o documento tenta “descobrir os critérios para discernir opções pastorais a partir da realidade” e conclui encontrar-se a terra “penhorada, gravada pelo compromisso de sua destinação social”.

O texto procura distinguir entre “terra de exploração”, “terra de trabalho” e “terra de moradia”.

A primeira é aquela de que “o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade”.

A “terra de trabalho” é a possuída por quem trabalha a terra e que “não serve para exploração nem para especulação. No Brasil, a concepção de “terra de trabalho” aparece fortemente no direito popular de propriedade familiar, tribal, comunitária e no da posse”.

O documento aponta também a necessidade de “distinguir esta propriedade capitalista da terra e propriedade privada da

terra: enquanto a primeira é utilizada como instrumento de exploração do trabalho alheio, a segunda é usada como instrumento de trabalho do próprio trabalhador e de sua família”.

A “terra de moradia” se constitui no “problema particularmente angustioso nas periferias urbanas, onde as famílias são obrigadas a viver em condições desumanas de promiscuidade e insegurança, e de onde, muitas vezes, são expulsas, até com violências, para se atenderem interesses de empresas imobiliárias ou por razões de urbanização. Essa expulsão da terra de moradia se apresenta mais injusta e desumana porque as famílias ficam expostas ao total desabrigo e abandono”.

Na derradeira parte do documento os “bispos” fixam compromissos: “denunciar situações abertamente injustas e violências que se cometem em áreas de prelazias e dioceses e combater as causas geradoras de tais injustiças”, dar “apoio às justas iniciativas e organizações de trabalhadores”; apoio aos “esforços do homem do campo por uma autêntica reforma agrária”; “defender e promover as legítimas aspirações dos trabalhadores urbanos – muitos deles expulsos do campo – em relação aos direitos necessários a uma existência digna da pessoa humana”; e comprometem-se a condenar, “de acordo com Puebla, todo o capitalismo, cujos efeitos funestos foram em parte apontados neste documento, como o coletivismo marxista de cujos malefícios temos notícias em outros países”.

Em arremate, acentuam: “Entendemos que a problemática dos trabalhadores rurais e a problemática da terra só terão solução verdadeira se forem mudadas a mentalidade e a estrutura em que funciona a nossa sociedade. Enquanto o sistema político-econômico estiver a favor dos lucros do pequeno número de capitalistas e enquanto o modelo educacional servir de instrumento de manutenção desse sistema, inclusive desestimulando a vida rural e seus valores, então não terá solução verdadeira a situação de injustiça e de exploração de trabalho da maioria”.

A opinião de um arcebispo

O sr. Luciano Cabral Duarte, arcebispo em Aracaju, Sergipe, votou contra este documento e explicou: “O texto é incompleto, ligeiro e permeado de vícios radiais” (O ESTADO DE S. PAULO, 15/02/80).

“Sem participação popular”

Queixam-se os srs. ordinários de que o desenvolvimento econômico do País “vem sendo percorrido sem a participação popular”. Todavia, recusaram eles a participação popular na elaboração do documento sobre a terra. Nem sequer sugeriram a presença de técnicos

especializados no assunto e nem elementos do INCRA e de outros órgãos envolvidos na matéria.

Acusam os latifundiários. E por que não convocaram uma representação deles para ouvi-los? E por que não convocaram também uma representação de minifundiários? O documento emanado da 18ª Assembléia teria maiores possibilidades de ser completo.

E ainda outra pergunta. Porque foi proibida a presença da Imprensa? Um jornalista teimoso em penetrar na sala das reuniões foi ameaçado de ter sua credencial cassada (O ESTADO DE S. PAULO, 06/02/80).

Se “bispo” entende de religião e de dogmas católicos não sei. Só sei com segurança que de reforma agrária nada entende. E nem de “participação popular”.

Os “vícios radicais”

O sr. Luciano Cabral Duarte, arcebispo em Aracaju, desfruiu de raríssimo instante de lucidez quando qualificou o IPT (A Igreja e o Problema da Terra) de “incompleto, ligeiro e permeado de vícios radicais”.

De tantos “vícios radicais” que fazem do documento um manifesto apaixonado, violento e destituído das qualidades de credito, enfileiraremos alguns:

1º) O da ignorância cabal do assunto e dos conceitos mais elementares de economia. Arriscaram-se os “bispos” a tratar da matéria alheia de seus conhecimentos técnicos, incorrendo assim em ilimitada dose de má fé.

Em sendo lacunoso em decorrência de espessa ignorância da matéria, o documento, ao consagrar a solução fundiária pela “agricultura familiar”, omitiu o problema do abastecimento de nossos 120 milhões de bocas, impossível de ser garantido pela pequena propriedade e pela “agricultura familiar”. Deixaram, na sua ignorância, de explicar qual tipo de lavoura é exequível numa área de menos de quatro alqueires geométricos. Uma chácara de hortigranjeiros? Uma pecuária de apenas um boi e uma cabrita? (!!!). Ou uma vaca da CNBB é uma tamanha vacona que equivale a um rebanho inteiro de outros pecuaristas?

2º) O de ser contraditado em suas alegações e conclusões. Contrapuseram os signatários do IPT as propriedades rurais de menos de 20 hectares a todas as demais. E concluíram que a grande propriedade rural é anti-econômica e anti-social. Se é anti-econômica por que a consideram como “terra de exploração” por gerar “sempre novos e crescentes lucros”? Ora, se a grande propriedade produz lucros, não é anti-econômica!

3º) O de, em seu cunho acentuadamente dominado pela ideologia marxista, não apresentar propostas construtivas.

4º) O de sugerir soluções alternativas absurdas e injustas, inaplicáveis e prejudiciais ao próprio homem da lavoura.

5º) O da irresponsabilidade ao atribuir a atual situação da agricultura brasileira à dívida externa e às multinacionais, como se antes delas a nossa agricultura boiava num mar de rosas.

6º) O de, acobertados nas imunidades clericais, se apresentarem os “bispos”, no vezo clerical da Idade Média, como juizes da Inquisição. Esta, na Idade Média, se louvava nos autos-de-fé. Agora quer agir à base da cartilha marxista.

7º) O de deixar de considerar as diferenças marcantes nos regimes de propriedade e exploração da terra no Sul, no Norte e no Nordeste, regiões estas com características climáticas próprias. Ainda, o IPT negligenciou o fato da difusão do minifúndio do Sul, que causou o empobrecimento do lavrador, retirando-o da terra por haver-se tornado economicamente inviável sua exploração em pequenas glebas.

8º) O de, por má fé, ocultar a política de crédito, hoje voltada para o pequeno e médio agricultor, sem os entraves burocráticos.

9º) O de, por má fé, omitir os “preços mínimos” estabelecidos pelo Governo, os quais têm sido os mais elevados das últimas décadas.

10º) O de obliterar a política de incentivos fiscais, benéfica à expansão pecuária ocorrida em terras ainda inocupadas da Amazônia, onde a exploração agrícola só pode ser feita em grande escala, com investimentos substanciais, em face das enormes dificuldades em suplantarem os desafios da natureza tão gigantesca que levou ao malogro projetos isolados de colonização no meio da selva.

11º) O de sonegar os dados de suma importância de o mesmo pedaço de terra em certas regiões, como no Acre, ter até cinco ou seis proprietários com suas escrituras lavradas em cartório. Quando a Justiça conseguirá desvendar o legítimo proprietário, investindo-o legal e legitimamente na posse da terra?

12º) O da distinção entre “terra de exploração” e “terra de trabalho” do conteúdo marxista. Karl Marx, aliás, era da cidade e jamais disse qualquer coisa no sentido da organização da agricultura. O marxismo, outrossim, é a falência clamorosa da lavoura. Comprova-o a Rússia, “celeiro da Europa” até o início de 1930. De 1930 em diante, as coletividades agrícolas soviéticas vêm obtendo produtividade baixíssima, ao ponto de, em 1980, precisar a Rússia importar 34 milhões de toneladas de cereais, mais do que outro qualquer país em toda a História da humanidade.

13º) Enfim, o de ser o IPT uma contradição! Sumariza-se esta contradição na seguinte declaração que chega a ser risível: “Em virtude

do escasseamento e do preço exorbitante da terra, nos seus lugares de origem, esses agricultores não têm condições de ampliar suas próprias oportunidades de trabalho e de garantir aos seus filhos, que crescem e constituem família, a possibilidade de continuarem na lavoura. Só lhes resta migrar”.

Ora, se com o crescimento da família surge a necessidade de “ampliar suas próprias oportunidades de trabalho e garantir a seus filhos, que crescem e constituem família, a possibilidade de continuarem na lavoura”, é preciso que se amplie a propriedade, comprando de outros. E estes que a vendem não terão que migrar?

É óbvio, outrossim, que se, num determinado momento, uma família pode viver da produção de uma determinada área, após três ou quatro gerações isto torna-se impossível em vista do crescimento em progressão geométrica.

Um lembrete

Os ordinários insurgem-se contra o capitalismo! E as suas propostas de simbiose com o marxismo oferecerão perspectivas de êxito? As experiências socialistas dos países que as implantaram, no entanto, nos garantem resposta negativa.

A URSS não passa fome graças aos grãos capitalistas dos Estados Unidos.

Marie Lavigne, professora de Ciências Econômicas e notável especialista em Economia nos países socialistas, comentou o discurso sobre a tragédia da economia russa proferido pelo presidente da Rússia, Leonid Brezhnev, perante o Soviet Supremo. Com lucidez acentuou a professora Lavigne: “Na verdade, a URSS teve, em 1979, seu pior ano desde o fim da guerra”. Acrescenta ela ainda que circunstância idêntica acontece em todos os países comunistas. A especialista Lavigne sublinha as causas das dificuldades como internas e estruturais do regime socialista.

Cuba, depois de haver socializado seus canaviais, perdeu para o Brasil, cujo desenvolvimento econômico os “bispos” combatem, o primeiro lugar na produção mundial de açúcar de cana.

Com uma abertura em suas fronteiras, Cuba assistiu mais de 100 mil de seus filhos saindo às pressas do paraíso socialista de Fidel Castro e fugindo para os capitalistas Estados Unidos e até para o Brasil.

E é esse regime de fracasso total que os “bispos” sugerem para nosso País...

Uma opinião abalizada

Se abalizada, precisa ser ouvida. Ouvida pelos srs. ordinários. Abalizada porque procede de uma experiência fundada na realidade. É de um octogenário. Do sr. João Nowacki, com singeleza exposta a O ESTADO DE S. PAULO (11/06/80) na coluna DOS LEITORES.

Como o sr. João Nowacki há tantos, a presença dos quais não interessou aos prelados no encontro de Itaici.

Com o maior respeito às suas nobres cãs, consignarei alguns excertos do seu lúcido depoimento: “Com os meus quase oitenta anos, nasci e criei-me na lavoura, na qual tenho trabalhado mais do que de sol a sol e sem ter conhecido nem os benefícios de férias nem ao menos sábados e domingos. Acabei de me retirar dessa luta, levando apenas as cicatrizes... Julgo-me autorizado a emitir opinião sobre este magno problema da reforma agrária...

“ ‘Dai terra aos sem terra’. Respondo eu: Não é tão simples assim...

“A terra não é como um pedaço de pano que pode ser cortado em faixas iguais e com a qualidade e tudo o mais igual. As peculiaridades da terra são incontáveis e de complexidade sem fim.

“É duro o começo da formação da gleba. A terra ora é poderosa, com morros e declives acentuados, ou então é banhada, transformada em pantanal. A água e o sol nem sempre atuam em harmonia e a favor do lavrador, tanto assim que, às vezes, revezam-se na destruição das colheitas. Há ainda a geada. Os lavradores pioneiros em terras novas enfrentam numerosos inimigos, como os animais selvagens, predadores que estragam a plantação, pássaros que arrancam as sementes da gleba antes de nascerem. Até mesmo as cobras constituem um sério perigo. E, na derrubada da mata, as árvores cortadas, na queda, muitas vezes, ainda conseguem apanhar o machadeiro, matando-o. O pioneiro, homem duro na luta, homem de valor, geralmente achando-se longe dos recursos da civilização, luta na floresta virgem, na mata hostil, sugado pelos mosquitos, comido pelos carrapatos e contaminado pelas incontáveis doenças.

“Não obstante, o homem da terra, o pioneiro, o batalhador... almeja... possuir terra sua, a propriedade inalienável e cultivá-la de acordo com os seus próprios planos, visando as boas colheitas e visando a boa conservação do solo. O homem da terra dedica um amor profundo à tão duramente conquistada terra, nada é capaz de extirpar da natureza do homem do campo seus direitos à propriedade privada para lavrador, uma vez estabelecido e tendo já vertido o suor do seu rosto na gleba, esta se lhe torna tão cara como a sua própria vida. E este apego à terra verifica-se tanto na pequena propriedade como igualmente nas grandes fazendas com as suas lavouras, suas pastagens e suas matas. Isto é a propriedade privada. Pretender confiscar-lhe a

terra tão duramente domada, mesmo que esta não esteja totalmente cultivada, seria praticar uma outra injustiça muito mais gritante do que aquela de negar terra aos que procuram cultivá-la”.

E, a seguir, o sr. João Nowacki, na singeleza da sua redação, dá uma autêntica aula de economia aos srs. “bispos” esquerdistas, dotados de espessa idiotice. O sr. Nowacki discorre sobre o capital: “O que é o capital? O capital, como eu entendo, é a caderneta de poupança do homem isolado ou as economias de um grupo de pessoas ou do Estado. O capital é as sobras da colheita do lavrador inteligente que planta e procura colher mais do que é necessário para o seu próprio sustento e essas sobras, engrossadas pelas sobras de muitas outras colheitas, que já então constituem um capital, procura aplicar na aquisição de maquinaria com o que poderia tanto suavizar o seu trabalho, como também aumentar a produção e reduzir as despesas da mesma.

“O capital, como eu entendo, é um bem, mas todo o bem tem forçosamente também a sua extremidade oposta. Não obstante, não podemos condenar o capital que é o único que nos permite suavizar a sua labuta de todo o dia, que nos permite evitar a fome nos anos de vacas magras. Condenar o capital é o mesmo que condenar as ferramentas de nosso trabalho porque elas podem transformar-se em armas assassinas. Condenar o capital é condenar toda a segurança relativa ao nosso bem-estar. E assim não existe capital espoliador, mas, sim, existem mãos espoliadoras que se aproveitam usando o poder do capital. E, quanto à própria espoliação de que são acusadas as companhias agropastoris, estas nem sempre podem considerar-se como tais e condenadas indiscriminadamente... A compra de uma área de terra tem por objetivo formar uma grande lavoura que, trabalhada com maquinaria (o que exige capital), produziria alimentos em grande escala com os custos reduzidos...”.

.oOo.

DUAS SOLUÇÕES AO ALCANCE DOS “BISPOS”

O mal fundiário brasileiro é crônico e agravado pela incerteza da cura. Dentre outros, debate-se ele com dois acutíssimos sintomas. Um de consciência e outro de clima.

O de consciência

A guerra pela posse da terra em nosso País é um problema antigo, violento e complexíssimo. É causado pela grilagem, pela insistência da parte dos posseiros em permanecer na gleba e pela pretensão de diversos interessados sobre a mesma área titulada várias vezes. Com efeito, em nenhum país do mundo titulou-se tantas vezes o mesmo pedaço de chão.

Lá na escola ensinaram-me a circunscrever o nosso território em 8 milhões de quilômetros quadrados. Esta extensão territorial, contudo, é superada em muito a admitirem-se as escrituras imobiliárias registradas nos cartórios. Semelhante situação atinge os limites da calamidade. As reclamações pela posse legítima da gleba geram graves conflitos. Os supostos detentores do direito de posse exibem os mais variados e precários documentos. O sr. Paulo Yokota, presidente do INCRA, informa: “Há muita gente na Amazônia com transferência de posse escrita em papel de embrulho ou guardanapo de restaurante”.

Nas regiões onde sobram as terras, como na imensa Amazônia, ocorre o problema da ocupação antiga de terras tituladas há décadas. Na Justiça se empilham os litígios sobre glebas disputadas até por seis proprietários. O Acre é exemplo frisante com o seu problema intrincadíssimo. Um Estado da extensão de 150 mil quilômetros quadrados e apenas 300 mil habitantes importa quase todo o alimento de seu consumo e a miséria domina em sua capital, Rio Branco. Se fôssemos superpor suas terras atingiríamos cinco “andares”, pois os títulos de propriedade se repetem. Vêm eles fornecidos sucessivamente desde a época em que o Estado pertencia à Bolívia, desde a República de Plácido de Castro, desde o período em que foi parte do Estado do Amazonas e desde quando passou a ser território Federal.

Quando a Justiça poderá se investir de condições para entregar a terra ao seu legítimo proprietário? A resposta franca é: Ninguém pode saber...

A providência emergencial do Governo

À falta de qualquer previsão possível de decisões judiciais que ponham cobro à intrincadíssima conjuntura jurídica da legítima posse da terra, causa da guerra em vastas regiões amazônicas, o Governo Federal decidiu, em 1º de fevereiro de 1980, optando pela intervenção direta, incorporar o sério problema da terra à categoria dos assuntos de interesse de segurança nacional.

Com efeito, por um decreto, criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), colocando desse modo sob tutela do CSN (Conselho de Segurança Nacional) a imensa área de 40 milhões de

hectares da bacia dos rios Araguaia e Tocantins. Com essa decisão, almeja o Governo reduzir os conflitos da terra naquela vasta região de verdadeira guerra entre posseiros novos e velhos proprietários.

A justa interferência do clero

Não nutro muitas esperanças quanto à sonhada calma nas áreas assoladas pela cobiça, como resultado desse dispositivo governamental.

O básico problema também da alarmante e belicosa situação fundiária da Amazônia reside no próprio ser humano implicado em desmedida cobiça. A ambição agravada leva-o a saltar os limites do direito alheio. E não há poder policial, militar ou de qualquer órgão judiciário capaz de refreá-lo. É questão de consciência, de estrutura moral.

Ora, o trabalho de formação moral compete primariamente à religião.

O sr. Pedro Casaldáliga, o poeta espanhol lotado em Araguaia a serviço do marxismo e que em alguns poucos momentos de lazer exerce o múnus de “bispo” católico naquela prelazia do Araguaia, empolga com as suas arruaças vermelhas seus camaradas de ideologia. Dotado de ares carismáticos, vem insuflando com sua palavra a revolta e o ódio. Joga ele cidadãos contra cidadãos numa sanguinolenta luta de extermínio entre os pretendentes à posse da terra.

Se consciente de sua responsabilidade de condutor espiritual, envidaria esforços no sentido de formar a consciência dos seus subordinados religiosos. Assim convencido de seguir a Justiça, cada um saberia respeitar o direito alheio. Quem obteve falsas escrituras se disporia a inutilizá-las. Quem prejudicou o próximo, a exemplo de Zaqueu de Jericó (Lucas 19.1-10), restituir-lhe-ia quatro vezes mais. E os conflitos da região seriam por completo e em paz sanados. É essa uma das soluções ao alcance dos “bispos” e, de modo particular, do ordinário poeta Casaldáliga. Lembro outra vez que o termo “ordinário” é canônico e designa o “bispo” diocesano.

Então a culpa é de Deus?

O Nordeste é outra área particularmente sensível à situação rural.

O máximo problema causador dessa situação reside na adversidade ecológica da falta de chuva. Se Deus fizesse os cariris velhos da Paraíba ou o sertão do Rio Grande do Norte iguais ao oeste do Paraná, com terra roxa, rios perenes e uns 1.500 milímetros de chuva por ano, não haveria a miséria que tanto sacrifica o nordestino.

Tem Ele lá os Seus desígnios, os quais aceitamos sem discuti-los. Quem sabe se o de que ninguém fosse morar naquelas regiões

causticadas por longas estiagens, tanto mais que por este Brasil afora há muita região agricultável desabitada.

Os “bispos” se dizem sucessores dos Apóstolos, que curavam enfermos e ressuscitavam mortos. Eles, os “bispos”, porém, nada disso conseguem. Não sei em que fica a sua sucessão apostólica.

Dogmatizam, outrossim, o seu poder de transubstanciar as espécies do pão e do vinho na própria Divindade... Se mandam Deus permanecer sob os acidentes do pão e do vinho (se fosse isso verdade, seria o mais estupendo prodígio!), por que não conseguem, com suas rezas *ad petendam pluviam*, chuvas regulares no Nordeste?

Seria esta, sim, uma contribuição de sua alçada religiosa. E de avultada valia para a Nação e para o povo sofredor.

Ao invés de estarem aí a engambelar o povo com suas arengas e arruaças, bem poderiam os “bispos”, pelo menos, orientar os casais no sentido da limitação da natalidade dentro mesmo dos moldes naturais, como permite a “igreja” deles. Nada disso fazem, cumpliciando-se assim com a miséria, pois casais que, em resultado da pobreza da terra, mal teriam condições de criar um filho, costumam ter oito, dez ou mais filhos...

.oOo.

QUANDO O SILÊNCIO VALE OURO

No documento de Itaici sobre a terra (o IPT), preparado, aliás, pelos comunistas do IBRADES, assessores da CNBB, os ordinários esquerdistas se manifestaram como se a “igreja” fosse aquele exemplo de pobreza, de desprendimento e de aplicação da Justiça Social.

Também neste particular assemelham-se os “bispos” aos escribas e fariseus de Jerusalém, ao tempo de Cristo: **“atam fardos pesados (e difíceis de carregar) e os põem sobre os ombros dos homens, entretanto eles mesmos nem com o dedo querem movê-los”** (Mateus 23.4).

Apesar de incompleto, dá-nos uma ideia...

Sem ser completo, oferece-nos uma visão das enormes propriedades do catolicismo romano, verdadeiro latifundiário.

“Nos cálculos não estão referidos os imóveis urbanos de propriedade eclesiástica e, mesmo com respeito aos imóveis rurais, o INCRA esclarece não se tratar de um mapeamento completo. Este seria impossível de ser obtido, pois muitas propriedades se encontram cadastradas em nomes que não os de cúrias, prelazias, mosteiros, dioceses e arquidioceses. Até santos costumam ser registrados como proprietários de fazendas, sendo essas propriedades geridas pela Igreja, pois adquiridas em doação.

“Seria para o INCRA impossível definir toda a área de terras pertencentes à Igreja...” (JORNAL DA TARDE, 16/05/80).

Aliás, elementos do próprio episcopado reconhecem ficar o INCRA, em seu recente cadastramento das propriedades rurais do catolicismo romano no Brasil, cadastramento este recentemente publicado pela Imprensa, muito aquém da realidade, pois o catolicismo possui muito mais.

O “bispo” Bonifácio Peccinini, de Cuiabá, sem ocultar sua revolta quanto ao número referente às propriedades rurais da sua religião somente no Mato Grosso divulgado pelo INCRA (8.241,8 hectares), disse que está por demais subestimado: “Existe muito mais terra que é nossa. Não posso dizer quanto é exatamente, mas em um território do tamanho do Mato Grosso esse número realmente não simboliza a verdade”. Segundo ele, “a Igreja tem no Estado (Mato Grosso) tanta terra quanto o Exército, com pouca diferença, porque se trata de uma região pioneira, onde estas instituições (“Igreja” e Exército) chegam antes da comunidade” (O ESTADO DE S. PAULO, 17/05/80).

Outro exemplo é o do Ceará. O INCRA, em sua relação, apresenta apenas 3.515 hectares. A Fazenda Suipé, em S. Gonçalo do Amarante, contudo, tem 3.600 hectares. A Fazenda Ubá, em Sobral, cobre a área de 5.571. Só nessas duas propriedades são 9.172 hectares. Três vezes mais do que os computados pelo INCRA. E não somamos os hectares da Fazenda S. Paulo do município de Canindé.

O relatório do INCRA

Eis a relação das propriedades rurais do catolicismo, levando-se em conta as observações do tópico anterior, Estado por Estado:

“ESTADO	Nº DE IMÓVEIS	TOTAL EM ÁREA
Rio Grande do Sul	584	3.174,70
Santa Catarina	319	1.729,10
Paraná	35	386,70
São Paulo	47	4.016,60
Rio de Janeiro	07	451,30
Espírito Santo	02	55,00

Minas Gerais	71	11.349,80
Bahia	15	3.658,70
Sergipe	01	140,00
Alagoas	04	105,60
Pernambuco	05	375,40
Paraíba	18	962,00
Rio Grande do Norte	08	1.938,00
Ceará	15	3.515,00
Piauí	31	58.582,00
Maranhão	38	37.380,50
Amapá	01	706,30
Pará	08	2.863,00
Roraima	—	—
Amazonas	31	31.877,42
Acre	01	10,00
Rondônia	—	—
Mato Grosso	16	8.241,80
Goiás	11	6.684,00
TOTAL	1.268	178.402,65”

O INCRA observa, outrossim, que 33 propriedades são superiores a mil hectares e 5 ultrapassam 10 mil hectares. Verdadeiros latifúndios!

O catolicismo romano neste País, um verdadeiro latifúndio!

E se conseguíssemos ajuntar a esses dados, no mínimo outras três vezes mais, não contabilizados ou cadastrados pelo INCRA, que são propriedades em nome de ordens religiosas, congregações e associações religiosas, bem como de “santos” e “nossas senhoras”?

Impressiona-nos ainda mais o fato de não ser este fabuloso latifúndio usado em benefício dos trabalhadores rurais; de não ser explorado com sentido social; de ser parte desses hectares vendida a multinacionais sem que aos posseiros e trabalhadores se reservem os mínimos direitos, inclusive os trabalhistas, como acontece em Tefé, Amazonas.

Divulgada aquela relação latifundiária das dioceses católicas, abespinharam-se os “bispos” e, na sua espessa e simplória ignorância, sugeriram ao Governo repartir suas terras que somam grandes áreas. Ora, nenhum Governo tem terras. Quem as tem é o Estado e o Presidente Figueiredo, por exemplo, não pode dispor delas a seu talante.

.oOo.

E O QUE FAZEM OS “PADRES” COM AS TERRAS DELES?

No documento “A Igreja e o Problema da Terra” (o IPT) os “bispos” acentuam: “Em quase todas as unidades da Federação, sob formas distintas, surgem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios. Violências de toda a ordem se cometem contra esses últimos para expulsá-los da terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais até forças policiais, oficiais de Justiça e até juízes. Não raro, observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo”.

Confrange-nos o coração esse triste quadro. Revolta-nos, porém, saber da conduta dos clérigos porque eles se emparceiram com os violentos e os superam em perversidade.

Os sacerdotes da violência

Sobretudo depois da 18ª Assembleia da CNBB, em fevereiro de 1980, de clima dominado pela demagogia marxista, os srs. ordinários tornaram-se ainda mais ousados e, num linguajar nada cristão, recheado de jargões esquerdistas, insuflam tensões sociais em grande parte do País.

Outros, mais atrevidos, organizam bandos de desocupados e os instigam a invadir glebas alheias.

Viajando há poucos meses pelo interior do Estado de Mato Grosso, conheci uma senhora. Contou-me seu drama. Ela e o marido, durante anos a fio, trabalharam arduamente e renunciaram tantos dos mais legítimos prazeres, no propósito de juntar algum dinheiro. Do interior de São Paulo, onde moravam, partiram para o Mato Grosso, onde adquiriram uma pequena fazenda. Com empréstimos dos órgãos competentes, sob hipoteca da propriedade, e com árduo trabalho, no tempo devido, semearam a terra e, esperançosos, aguardavam a colheita.

Entrementes, jagunços do vigário do município, instigados pelo clérigo, invadiram a fazenda depredando as plantações. O marido, alarmado com o esbulho, tentou convencer o vigário no sentido de mandar sair de sua propriedade os jagunços. Diante da omissão calculada do cruel vigário, procurou a Polícia. Em vão, porque esta nem

uma palha mexeu, decerto, para não se indispor com o clérigo. Abandonado e desesperado, o proprietário decidiu reagir pessoalmente. E os jagunços do vigário o assassinaram e expulsaram da terra a sua esposa e os seus filhos.

Conheci-a em total miséria, carregada de filhos maltrapilhos, a relatar, inconsolável no seu desespero, a desgraça que a atingiu.

Se, porventura, o desventurado fazendeiro houvesse, em legítima defesa, liquidado um daqueles bandidos, seu nome seria execrado pela imprensa mancomunada com os sacerdotes da violência e com o esquerdismo. E, se fosse o clérigo, então canonizá-lo-iam como a um mártir...

Terá acaso aquele vigário remorso do que fez? Evidentemente que não! E certamente recebe o apoio e o aplauso do seu “bispo”!

A vergonha da Fazenda Suipé

A poucos quilômetros de Fortaleza, na Comarca de S. Gonçalo do Amarante, dentro dos limites da Arquidiocese da capital do Ceará, portanto, da jurisdição eclesiástica do cardeal Aloísio Lorscheider, situa-se a Fazenda Suipé, cenário de sérias tensões sociais.

Em outubro de 1975, a Arquidiocese de Fortaleza registrou a Fazenda como sendo de sua propriedade, baseada numa certidão de valor ilegal, do arquivo público do Ceará.

Conquanto sem esse registro, de há muito, mais de 300 famílias ali instaladas pagavam foro à paróquia de S. Gonçalo do Amarante. Tratava-se, por conseguinte, de uma cobrança ilegítima.

Noticiava-se que, em 20 de agosto de 1736, um anônimo sargento-mor fez doação à “Nossa Senhora da Soledade” da aludida fazenda de 3 mil e 600 hectares, correspondentes a 36 milhões de metros quadrados.

Em 12 de dezembro de 1975, a Arquidiocese de Fortaleza, do sr. cardeal Aloísio Lorscheider, hierarca da festiva “igreja” esquerdista, vendeu ilegalmente a referida Fazenda Suipé, conforme se pode verificar no Livro 20, folhas 100-101, v. do Cartório Riomar, da Comarca de S. Gonçalo do Amarante. Sem qualquer consideração à última vontade do possível doador e aos posseiros nela instalados, negociou-a com Gontran Coelho Pinto, Gontran Coelho Pinto Júnior e Francisco Castello de Castro, este, por sinal, líder e Gontram vice-líder da oposição na Assembleia Legislativa do Ceará, oposição distinguida por tendências esquerdistas. Nessa época, aliás, os jornais do Ceará comentavam que “a Igreja tirou o terreno dos pobres agricultores para entregá-lo a políticos”.

É evidente, os novos proprietários planejavam, ao comprar a gleba, fazer nela uma aplicação muito mais rentável do que aquele foro até

então, ou melhor, até a efetivação da venda pago pelos posseiros à paróquia. Seu projeto era o de explorar uma plantação de coqueiros.

A Arquidiocese, na pessoa do seu ordinário, assessores e auxiliares, sabia desse plano e da conseqüente expulsão dos posseiros em número de 345 famílias.

Ao invés de lhes transferir o título de propriedade da terra, preferiu vendê-la a outras pessoas.

Se o sr. Lorscheider não está convencido da legítima doação do tal sargento-mor, praticou um esbulho contra os posseiros, no caso, legítimos donos da terra, apesar de serem sempre roubados pela paróquia à qual eram forçados a pagar o foro. Se, porventura, sua senhoria está verdadeiramente convencido da real legitimidade dessa doação, e a transferiu por venda, praticou um ato eticamente reprovável, tendo-se em justa conta que nas doações dos fiéis à “igreja” subentende-se um desejo de perpetuação, relativamente aos bens doados. Submetê-los à especulação de negócios imobiliários constitui-se traição à vontade do doador.

A ser coerente com as encíclicas sociais dos “papas” e com a arrancada socialista do clero, o cardeal deveria permitir a presença pacífica dos posseiros na Fazenda Suipé, fornecendo-lhes a infraestrutura necessária ao completo aproveitamento da terra visando o bem-estar dos moradores. Daria sua senhoria magnífico exemplo de cumprimento daquilo que prega e exige dos outros. Cada uma das famílias teria um sítio de quase 105 mil metros quadrados.

Engajado nessa “igreja” progressista, porém, ele quer libertar os pobres com o pescoço dos outros. Quer a reforma agrária nas terras alheias, jamais em terras de sua latifundiária “igreja”.

Efetivada aquela transação, os posseiros começaram a ser forçados a deixar suas casas e roçados. Deram-se os inevitáveis choques. A SUDENE, no entanto, desaprovou o projeto de plantação de coqueiros, motivo este de haver o Banco do Brasil sustado a liberação de recursos solicitados pelos donos da gleba. E os poucos coqueiros que tinham sido plantados morreram. O INCRA, órgão estatal, mais sensível aos problemas sociais dos agricultores do que os clérigos festivos, está intervindo no sentido de desapropriar a terra dos novos proprietários e nela fixar em definitivo os seus antigos moradores.

Miséria, fome e nudez em terras da “igreja”

E poderia ser diferente? A reforma agrária dos “bispos” é a maior mistificação. Aliás, jamais encontrei um socialista, um teólogo da libertação, um discípulo do evangelho social, coerente, na sua vida prática, com aquilo que prega.

No Rio de Janeiro, um arengador do evangelho social, que até participou de arruaças reivindicatórias, por força de pressões políticas, foi guindasteado a diretor de um estabelecimento teológico. Nesse posto vive à tripa forra entre vultosas “mordomias” e tripudia sobre as prementes necessidades básicas dos alunos, os quais, de maneira jocosa, mas real, apelidaram o estabelecimento de “navio negreiro”.

A lamentável ocorrência da Fazenda Suipé lembra-nos a deprimente situação da Fazenda Ubá, a 70 quilômetros de Sobral, também no Ceará. De propriedade da diocese de Sobral, em seus 5.571 hectares residem pouco mais de 50 famílias.

Visitou-a a serviço do órgão da Imprensa Paulista O ESTADO DE S. PAULO, o jornalista Pedro Zan.

Entrevistou Chagas Patrício, um dos seus infelizes moradores há 20 anos. Com a idade de 65 anos, reside, com 13 filhos e 9 netos, numa mansarda cercada de madeira. “Na panela escura, há apenas feijão; no teto, um pedaço de couro de porco. Feijão e os restos do couro de porco são, há semanas, o alimento de mais de 20 crianças. Descalço, com camisa rasgada e calça remendada, Chagas Patrício não pode oferecer água, luz e escola aos filhos e netos que moram com ele. Na Fazenda Ubá, da Igreja, não há nenhum melhoramento público.

“A diocese de Sobral cobra 5% do que é produzido pelos lavradores, uma das condições para que continuem morando em suas terras.

“Na Fazenda Ubá, por exemplo, a falta de chuvas, desde março, prejudicou o plantio do milho, feijão e algodão.

“À medida em que a terra foi ficando ressecada e calcinada, as poucas plantações morreram, o pagamento das diárias foi suspenso e a população de Ubá passou a viver do que restou da safra do ano passado. Chagas Patrício (até então empregado da diocese), deixou de trabalhar e de receber os Cr\$ 80,00 por dia que o procurador da igreja lhe pagava e que ‘davam para comprar açúcar e café para as crianças’. Muitos também deixaram de trabalhar – não havia mais o que fazer”.

Releva notar-se o espírito de justiça dos clérigos. Enquanto, na mesma ocasião, os “bispos” de S. Paulo se atrelavam à greve dos metalúrgicos do ABC, exigindo melhores salários, o “bispo” de Sobral, Valfrido Teixeira Vieira, pagava 80 cruzeiros diários, menos da metade do salário mínimo, aos seus infelizes empregados.

“Outro morador de Ubá, Francisco Galdino Mesquita, não conseguiu autorização para vender forragem a outras fazendas de gado. Além de o administrador da Igreja, José Rodrigues Feijó, não permitir a venda da forragem, ninguém pode se aproximar das 90 vacas que pertencem à propriedade”. Na Fazenda Ubá, “o litro de leite é vendido aos moradores a Cr\$ 8,00 e são poucos os que podem pagar”.

Quando esta reportagem foi divulgada (29/06/80), o litro de leite estava aí pelos 15 cruzeiros nos grandes centros, e depois de passar por intermediários, pasteurização, embalagem e despesas de transporte. Livre de todos esses ônus, o “bispo”, na sua famélica usura, só quer faturar, deixando até de pagar o imposto rural.

Que as crianças de Chagas Patrício e dos outros moradores se contentassem com feijão e restos de couro de porco...

De certo, esse prelado participou da 18ª Assembleia e se omitiu em inserir esses dados de sua fazenda no documento por ela produzido sobre a reforma agrária.

Chagas Patrício, Galdino Mesquita e antigos moradores da fazenda criticam muito o atual administrador... Eles alegam que são obrigados a vender tudo o que plantam a Rodrigues Feijó (o administrador) “com a promessa de que receberão o preço do mercado. Os particulares, porém, oferecem preços mais elevados que a própria Igreja”.

“Sentado em um banco tosco de madeira, o cego Pedro Gil conta que, em dezembro do ano passado, Feijó ofereceu Cr\$ 250,00 pela arroba de algodão, desde que o pagamento só fosse feito em março. Os particulares se anteciparam ao administrador, ofereceram Cr\$ 10,00 a mais pela arroba e, no mesmo instante, deram o dinheiro aos agricultores. “Se eles pagam bem e no ato da venda”, diz Pedro Gil, “por que devo manter-me preso às exigências da Igreja” (O ESTADO DE S. PAULO, 29/06/80).

O “pe.” Egberto Rodrigues de Andrade é o procurador da diocese de Sobral e sempre visita a fazenda a fim de inspecioná-la e acertar as contas com o administrador José Rodrigues Feijó. Jamais, porém, quis verdadeiramente tomar conhecimento dessa dramática situação.

Ao clero vampiro interessa, essa é a verdade crua e cruel, que crianças vivam nas condições daquelas da Fazenda Ubá. Assim, com os seus cérebros lesionados pela fome crônica, serão os futuros escravos dos latifúndios do catolicismo.

A diocese de Sobral possui outra grande propriedade de 5.016 hectares. É a Fazenda Quatral doada à “igreja” pela proprietária Emiliana Mendes.

Antes de a proprietária morrer, os moradores lhe pagavam arrendamento. “Com a sua morte, no começo da década de 70”, relata Pedro Zan, repórter de O ESTADO DE S. PAULO, “os agricultores se reuniram e concluíram que a Igreja não precisava de dinheiro” e que toda a plantação seria das famílias que vivem em Quatral. Os representantes da diocese de Sobral cercaram toda a propriedade, mas isso aumentou ainda mais a revolta dos moradores.

As cercas foram destruídas, o que é confirmado pelo bispo d. Valfrido Teixeira Vieira, “e apenas alguns poucos católicos fervorosos”,

lembra Manoel Marcelino, “aceitaram pagar o arrendamento à Igreja. Hoje, mais de 500 pessoas vivem em Quatral, a maioria em casas pobres, de taipa, sem acesso aos recursos oferecidos pelos municípios mais próximos...” (O ESTADO DE S. PAULO, 29/06/80).

Injustiças aos pés do santo

O “santo” é Francisco das Chagas, de Canindé, orago do “maior santuário franciscano do mundo. Para o cearense, sua devoção se rivaliza com a devoção ao ‘padim’ Cícero. O santuário, em outubro, quando culminam suas festividades, chega a receber 300 mil peregrinos. O editor do jornal SANTUÁRIO DE S. FRANCISCO assegura ser incalculável a renda do cofre de S. Francisco durante o período da romaria”.

A cidade de Canindé originou-se da Fazenda Salgado doada, segundo consta mas sem provas, à “igreja” por alguém, sempre de nome ignorado. Apesar da falta de qualquer título legal, os proprietários dos seus atuais 2 mil imóveis são obrigados a pagar à Arquidiocese de Fortaleza o aforamento, ou seja, o direito de morar.

Aliás, muitas cidades brasileiras se acham em idêntica situação com seus habitantes onerados com o aforamento e o laudêmio à “igreja” na eventualidade de venda do imóvel.

No município e paróquia de Canindé fica a Fazenda S. Paulo também de propriedade da Arquidiocese de Fortaleza, da jurisdição eclesiástica do cardeal Aloísio Lorscheider.

A contrariar recomendações do documento A Igreja e o Problema da Terra (IPT), o vigário da paróquia de Canindé, o frade Lucas Dolle recusa transferir a posse do terreno aos atuais 150 moradores. Em nome do vigário, o novo administrador Manoel Moreira de Souza impede a construção de novas moradias visando barrar a entrada de mais agricultores.

A região é sujeita a longas estiagens com prejuízos das lavouras. E para que os posseiros recebam o auxílio-calamidade nos períodos de seca é preciso, segundo a Lei, serem proprietários. O GESCAP (Grupo Especial Contra Calamidades Públicas) só entrega os recursos a fundo perdido aos proprietários de áreas abaixo de 100 hectares. Trata-se de uma especial providência exatamente com a destinação de amparar o pequeno lavrador nas conjunturas de calamidade pública como é o caso das estiagens. Em decorrência dessa própria norma do GESCAP, os posseiros estão impedidos do benefício por não serem os donos legais da terra. Por outro lado, a Fazenda S. Paulo, a dona titulada, não pode receber o auxílio a fim de reparti-lo aos posseiros porque suas dimensões ultrapassam de muito os limites estabelecidos por Lei.

O frade representante da Arquidiocese de Fortaleza recusa entregar os títulos de posse aos moradores da gleba, causando-lhes sérios prejuízos e dificuldades.

Sempre os senhores clérigos a prejudicar as pessoas, atravancando com os seus caprichos os passos do Governo em direção dos menos favorecidos.

Se a terra não deve ser para exploração, para fazer negócio, por que o raio do frade não desfruta de um momento de lucidez de consciência e vai ao cartório passar a terra para o nome de cada morador?

João Paulo II andou pelo Ceará a participar sumo-pontificalmente do Congresso Eucarístico Nacional. Nos seus 50 e tantos discursos proferidos Brasil afora e, de maneira particular, nos de Fortaleza, falou acerca da “civilização do amor”. O frade não percebe que é hora de concretizar a tal “civilização do amor” preconizada pelo seu “papa”, o “patrãozinho” romanista, atendendo a necessidade de solução inadiável do povo da Fazenda S. Paulo?

O “bispo” Pelé em cena

Minhas muitas ocupações e excessivas preocupações com assuntos mais sérios impedem-me ser aficionado do futebol. Contudo, sei das excepcionais qualidades futebolísticas de Edson Arantes do Nascimento, que lhe granjearam o designativo de rei: o Rei Pelé. Ao destacado esportista peço escusas por, sem desconsiderar o valor dos seus pontapés na bola, imitar o exemplo dos outros que chamam de Pelé o “bispo”, ou melhor, o arcebispo em João Pessoa, o sr. José Maria Pires.

José Maria Pires joga na linha de ataque dos festivos Arns, Helder, Casaldáliga, Padim, Balduino, os quais, por serem destituídos de qualquer valor pessoal, se esforçam por aparecer nas manchetes da Imprensa como “prafrentex” no ataque esquerdista.

Pires, coitado, sempre está abaixo, por baixo da xícara, enquadrado entre os teologastros da teologia da libertação dotados de torrencial e luxuriante parlapatório oco e improdutivo.

Sua presença faz-se indispensável como comprometido nas tensões sociais em latifúndios da apelidada “igreja”.

A Fazenda Livramento, de propriedade do arcebispado de João Pessoa, dista cerca de uma hora de viagem do município de Santa Rita, no Estado da Paraíba. Há décadas, em seus limites moram 200 famílias.

O “bispo” propôs a venda das terras a cada família de posseiros ao preço de Cr\$ 30 mil cruzeiros o hectare. O povo se revoltou pelo simples e importante pormenor de a Prefeitura de Santa Rita haver desapropriado um terreno em semelhantes condições do de Livramento

por Cr\$ 20 mil o hectare, valor este terminantemente rejeitado pelo ordinário Pelé, como “preço de banana”.

Se a terra, conforme a CNBB, não é de negócio, o “bispo” deveria entregá-lo de graça. Nada seria, de resto, mais justo, dada a circunstância de nela residirem há décadas aqueles posseiros. A título de justiça são mais do que seus donos.

O chefe do cadastro imobiliário e de fiscalização e arrecadação, Emanuel da Fonseca, “estranha” que a “igreja” faça tanta exigência e não se preocupe em normalizar semelhante situação no INCRA.

Impossível, todavia, a Arquidiocese paraibana recorrer ao INCRA por nunca haver pago o imposto territorial rural.

O prefeito Marcos Odilon possui enorme fazenda dotada de todos os melhoramentos públicos. Seus empregados desfruem do abastecimento de água, de luz elétrica, de escola primária. Existe mesmo a cadeia pública.

Na Fazenda Livramento, do “bispo”, o cenário é oposto. Casas de taipa em precárias condições de higiene. Seus moradores são maltrapilhos e tristes.

A usura do hierarca proibiu a colheita de cocos e colocou um sinal vermelho (a cor do seu esquerdismo) no tronco dos coqueiros como taxativa determinação de que só retira cocos quem os paga.

À frente da propriedade da Arquidiocese ergue-se uma capela que se abre nos fins de semana. A abalada fé dos moradores deixa pra lá o bater dos dois sinos... Escandalizados com a exorbitância dos preços dos lotes, abandonaram as práticas religiosas no templo.

A Prefeitura, enquanto o ordinário resolve ou não resolve, edificou para aquele pobre povo, ao lado da capela, um Posto de Saúde. A enfermeira Maria da Penha da Cruz Rego atende a média de 150 a 200 pessoas por semana. E em terras do próprio catolicismo, ferrenhamente contrário à limitação da natalidade, aconselha às mulheres da fazenda do prelado o planejamento familiar e distribui pílulas anticoncepcionais fornecidas pela BENFAM, asperamente combatida pela CNBB.

Exasperou-se José Maria Pires com a divulgação das misérias por ele permitidas na Fazenda Livramento, divulgação essa de texto redigido pelo repórter Pedro Zan, feito por O ESTADO DE S. PAULO de 24/06/80. Irritado, escreveu uma carta-justificativa ao órgão da Imprensa Paulista. Ele não pôde desdizer as afirmações da reportagem por serem fundamentadas numa realidade incontrovertível. Por ética, procurou-o o repórter. Recusou-se a recebê-lo alegando “não dispor de tempo para maiores explicações sobre a propriedade e mesmo depois de ser informado que o ‘Estado’ tinha interesse em ouvi-lo para, se fosse o caso, contestar as acusações do vereador Emanuel” (O ESTADO DE S. PAULO, 20/07/80).

Nesta carta-justificativa alega o ordinário paraibano não obter a Arquidiocese lucro algum com o patrimônio de Livramento. Ao que a redação do jornal observa: “Mais um motivo que elas (as terras) sejam transferidas, rapidamente, aos moradores. Assim, a Igreja deixa de investir em sua propriedade e, ao mesmo tempo, realiza o sonho de 200 famílias que lá vivem há tantos anos em condições sub-humanas” (O ESTADO DE S. PAULO, idem).

Atestado de incompetência do “bispo” Pelé

No papel de Itaici, os “bispos” preconizam uma forma de propriedade privada da terra que fosse um prolongamento da autonomia e dignidade da pessoa humana e um instrumento de trabalho do agricultor e de sua família. No terreno das invectivas baseadas em dados técnicos esparsos e de interpretação duvidosa e ao enfoque dialético e das exortações teóricas, tudo bem. Se a proposta dos prelados adquirisse a forma de um projeto, projeto exemplar e exemplificado na prática, os seus fiéis latifundiários e o próprio Governo poderiam imitá-la.

A tentativa de executar um projeto nesse sentido, todavia, redundou em humilhante fracasso. E a confirmar a aprovada e muitas vezes comprovada inépcia dos clérigos, sobretudo dos da teologia da libertação, o fracasso ocorreu precisamente com um projeto implantado pelo ordinário Pelé.

Já elucidai! E preciso repetir? O vocábulo “ordinário” é canônico, da legislação oficial do catolicismo, para designar o “bispo” diocesano.

A Arquidiocese de João Pessoa, na Paraíba, possuía também o Engenho Avarzeado, de 300 hectares. Com as 22 famílias nele instaladas, decidiu o arcebispo implantar um projeto em que pusesse na prática real as teorias agrárias da progressista hierarquia episcopal. Dinheiro nunca lhe faltou e tomou ainda emprestado no Exterior. Seria uma experiência pioneira com a sonhada empresa agrícola nos moldes das orientações sociais das decantadas encíclicas pontificias. Nela os próprios empregados seriam os patrões. Um projeto acentuadamente socialista com a socialização de todo o lucro.

No engenho construiu escola e mini-posto de saúde. Adquiriu trator, jipe, caminhão. Contratou especialistas: agrônomo, médico, assistente social. E até uma psicóloga. Tudo em vista a orientar o pessoal no intuito de elevar seu nível de vida.

Um programa admirável!

Pôs tudo a funcionar. A experiência do Avarzeado, nos propósitos do “bispo”, iria ensinar aos latifundiários e ao Governo como se faz em matéria de justiça social, de exploração de terra, de socialização dos lucros, de elevação do agricultor...

A realidade, porém, deixou de conferir com os mirabolantes sonhos do prelado. Surgiram as dificuldades. Nem a assistência social conseguia orientar os participantes da cogestão. Nem a psicóloga logrou êxito em modificar-lhes a estrutura íntima e o comportamento. Aos poucos, os especialistas contratados foram sendo dispensados. A escola e o posto cerraram suas portas. Capotou o caminhão. O jipe enferrujou e o venderam no ferro velho. A caldeira também foi negociada e, com o dinheiro, os moradores compraram um motor de moer cana. O fracasso foi completo a demonstrar a inviabilidade das teorias episcopais.

Se os “bispos” são um fracasso em seu próprio campo específico, que é o religioso, como venceriam em outras áreas de atividade?

Pedro Zan, de O ESTADO DE S. PAULO, lá esteve e, em sua reportagem de 26/06/80, registra: “Hoje, as 22 famílias que vivem nas terras da Igreja perderam todos os melhoramentos que a Arquidiocese de João Pessoa havia instalado no Avarzeado. Mais, a população ficou mais triste e os trabalhadores voltaram a ganhar os mesmos Cr\$ 100,00 por dia para plantar a cana-de-açúcar que a Arquidiocese vende à Usina mais próxima. No ano passado, as vendas de cana atingiram Cr\$ 180 mil”. A população “continua vivendo em casas de taipa e palha, com filhos sem roupa e barriga inchada, indicação de verminose. Ao longo da velha estrada que leva ao Avarzeado, os mesmos sinais de pobreza: crianças e mulheres com os braços estendidos segurando a enxada e pedaços de pano colorido cobrindo o corpo”.

“O jornal O NORTE, de João Pessoa, chegou a denunciar a situação de pobreza dos que vivem nas terras da Arquidiocese – “como verdadeiros párias” – provocando debates entre a população. O artigo diz que o Engenho Avarzeado “é o maior elefante branco da Paraíba. Não serve a ninguém, nem à Arquidiocese, nem aos seus moradores. Está tudo parado, tudo fechado, tudo abandonado, todo fogo morto”.

Pedro Zan divulgou tudo isso depois de haver ido lá e visto a situação toda.

Em sua reportagem de 26/06/80 transcreve ainda um trecho do depoimento de Antonio Acelino da Silva, antigo capataz do engenho:

“Por que o engenho deixou de funcionar?”

“Porque eles (a Igreja) não queriam pagar o normal aos trabalhadores. Pararam tudo e os moradores ficaram vivendo de ambulantes, por aí”.

“Quantos moradores existem lá?”

“Eu deixei (o engenho) mais ou menos com 35. Hoje estão reduzidos a 10 ou 12”.

“Esses 10 ou 12 que ainda trabalham lá?”

“Não. Lá não trabalha ninguém. Eles moram lá, mas trabalham fora”.

“Por que não trabalham lá?”

“Porque não dão trabalho, nem condições”.

“Eles (a Igreja) não oferecem os meios aos moradores para trabalhar, é isso?”

“É. Eles não oferecem meios. Dizem apenas que os moradores se virem. Podem plantar com o quê? Os moradores precisam ganhar para comer todo dia. Então, vão trabalhar foram”.

“Mas ainda tem cana por lá?”

“Tem. A cana eles vendem para a Usina. Mas deixaram de tratar da cana. Tá tudo lá no mato, se acabando”.

O atual administrador, Juiz Jorge da Silva, reconhece “que a Igreja não registra os seus trabalhadores”. “Hoje os doentes têm de ir para João Pessoa, ou para municípios mais próximos, como Araras, Areia ou Guarabira, se quiserem tratar-se. Não têm direito sequer ao Funrural”.

Quando o “bispo” apresentou o projeto do engenho, o pessoal discordou. Sem ouvir o povo, mas seguindo só o seu capricho, José Maria Pires recusou a proposta de se arrendar a terra para os moradores para cada um plantar o que quisesse.

O prelado inepto planejou uma experiência socialista, fora da realidade. A colheita não compensava os grandes investimentos, os gastos com os equipamentos e a contratação de pessoal.

Como bom socialista, esconjura o capital. Sem capital produzido pela própria empresa não pôde sustentá-la.

Ao invés de lucros, o Avarzeado do “bispo” socializou a miséria, como acontece em todos os países socialistas.

Hoje, alguns trabalham no engenho. Cobra-lhes a Arquidiocese pelo menos dois dias de trabalho por semana. A exploração desses pobres seres humanos é deprimente e acontece em terras da “igreja” do “bispo” festivo José Maria Pires. É a escravidão! Pedro Zan denuncia: “Durante a época do plantio de cana, os colonos começam a trabalhar à uma hora da madrugada e retornam às suas casas por volta das 21 horas. São cerca de 20 horas de trabalho ininterrupto para, no final, entregar a produção à Usina, ou vender 20 caixas de rapadura aos atravessadores, que as distribuem pela região” (O ESTADO DE S. PAULO, 26/06/80).

Propõem esses colonos-escravos a compra da terra com o desejo de se libertarem do pagamento da escorchantes diária à “igreja”. Cada um quer ser dono de uma pequena gleba e nela trabalhar. O arcebispo, no entanto, não lhes deu resposta. Estuda fórmulas jurídicas para ceder a terra com “cláusula de reversibilidade”, que conservaria a Arquidiocese

como a verdadeira proprietária, sendo os colonos e seus herdeiros simples posseiros.

O “bispo” mandar gente invadir terras alheias é muito fácil! Pimenta nos olhos dos outros!

Divulgar manifestos de enfoque dialético também é muito fácil.

Esse episcopado festivo conta com as colunas dos jornais, também imbuídos de princípios marxistas. E, com as imunidades eclesiásticas que a Nação católica lhes faculta, alimentam a luta de classes, achincalham os que eles chamam de poderosos, perturbam quem quer trabalhar, intranquilizam o País.

Contam, outrossim, com a preguiça mental da massa, que a leva a se omitir no tocante à análise dos pronunciamentos episcopais e das ações e maus exemplos dos “bispos”. A grande aliada desses clérigos ineptos é essa preguiça mental. Se não fosse ela, de há muito neste País ninguém mais nutria respeito ao episcopado e nem simpatia pelo socialismo, sempre fracassado em todos os países onde se implantou, inclusive na China, que acaba de condenar à pena de morte a própria viúva de Mao-Tse-Tung...

Um tapa na cara do “bispo” Pelé

E com luvas de pelica. Bem macias, é claro. Para não lhe ferir a pele fina de hierarca romanista.

Situação tensa surgira na Fazenda Maria de Melo, parte do grande Alagamar, situada no município de Salgado de São Félix, na Paraíba, a 65 quilômetros de João Pessoa. Em seus 739,25 hectares residiam 74 famílias de posseiros ameaçados de despejo compulsório.

O INCRA, no objetivo de pôr termo ao problema, conseguiu comprar ao espólio de Arnaldo Araújo Maroja essa gleba, anexando-a a outros 2 mil hectares em Alagamar desapropriados em novembro de 1979 (O ESTADO DE S. PAULO, 06/02/80).

Tendo em vista a excepcionalidade da terra e o caráter comunitário da exploração, toda a área foi titulada pelo INCRA, em condomínio. O Presidente da República, General João Batista Figueiredo, decerto no desejo de ensinar ao “bispo” festivo José Maria Pires uma lição de como se faz nesses casos, foi pessoalmente a Alagamar para entregar os títulos da terra aos seus antigos posseiros. Em sua alocução a 2 mil lavradores, disse que “a violência jamais será usada para solucionar os conflitos do campo”. Lembrou ainda que no início do encaminhamento das providências em Alagamar, pediu a seus auxiliares “que fizessem justiça e respeitassem a lei, mas de maneira nenhuma retirassem os que trabalham a terra de onde eles estavam. Agora, os senhores podem afirmar, alto e bom som, porque estarei com vocês, que não há força

humana que retire esta terra das mãos dos senhores” (O ESTADO DE S. PAULO, 27/06/80).

Também no Piauí há fome em terras da “igreja”

A cidade de Ilha das Flores, no baixo São Francisco, em meados de 1980, viveu um dramático clima de tensão sócio-religiosa. A diocese de Própria, em cuja circunscrição eclesiástica está Ilha das Flores, “parece não se tratar mais de igreja, e sim de um partido político, chefiado por Fidel Castro ou por terríveis sectários do marxismo”, denunciaram 145 pessoas do lugar numa carta ao Governador do Estado de Sergipe.

A título de procissão, o vigário local fazia desfilar gente que, por ele instigada, ameaçava invadir propriedades particulares.

Nesse documento dirigido ao Governador, com cópias para outras autoridades, também para o nuncio apostólico, o vigário Nestor Mathieu é ainda acusado de manter relações amorosas com duas freiras (O ESTADO DE S. PAULO, 19/07/80).

Em Canhoba, também no baixo São Francisco, a exemplo de Ilha das Flores, os ânimos se acirram sob o impacto de idêntica atuação marxista do vigário local, apoiado pelo “bispo” de Propriá.

Enquanto em Ilha das Flores e em Canhoba as tensões político-religiosas se elevam a 100 graus com clérigos da festiva esquerda sublevando o povo e ameaçando invadir propriedades particulares, no Piauí, em duas fazendas da “igreja” latifundiária, seus moradores são massacrados pela miséria.

A Fazenda Boqueirão, de 14 mil hectares, no município de Piracuruca, a 200 quilômetros ao norte de Teresina, pertence ao bispado de Campo maior.

Alega o “bispo” Abel Alonso Nunes os enormes prejuízos da fazenda, exemplificando os 30 mil cruzeiros pagos, da última vez, ao INCRA porque, apesar dos prejuízos, quer andar em dia com os impostos. O que a diocese recebe dos posseiros, desculpa-se o prelado, são “alguns quilos de feijão cheio de bichos e que eu dou aos porcos”. Repele, outrossim, qualquer responsabilidade sua ou da diocese pela situação deficitária da Fazenda Boqueirão. Descarrega toda a culpa nos posseiros, os quais, segundo ele, “são pessoas que nada produzem” e “acreditam que não têm qualquer obrigação com relação às terras pelo fato de estas pertencerem à santa, isto é, à diocese”.

Reportamo-nos a O ESTADO DE S. PAULO, de 22/03/80, onde aparece a notícia da disposição do ordinário de vender a terra toda a um latifundiário da região, Domício Pereira, por 3 milhões de cruzeiros, que quer aproveitá-la no plantio de cajueiros. Pretende o “bispo” livrar-se de um ônus e aplicar a quantia da venda no Seminário de Campo Maior.

Entregues 500 mil cruzeiros de sinal, o comprador foi tomar posse de sua nova terra, tendo como primeira providência a violenta expulsão dos posseiros. Estes reagiram à situação. Com os apelos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracuruca, em nome dos posseiros em pânico, contrariou-se o prelado. Diz ele não depender de ninguém e não precisar dar explicações a quem quer que seja do negócio pretendido.

Nas proximidades, a diocese de Campo Maior tem outro latifúndio, a Fazenda Macambira. Em ambas, as crianças passam fome crônica, comendo muitos dias seguidos somente um pouco de farinha de mandioca com água. Sem considerar o estado de fome dos arrendatários, a diocese lhes cobra 10% sobre a escassa produção.

Se a carência alimentar anemiza as pessoas das duas fazendas do bispado latifundiário, as verminoses corroem-lhes as entranhas. E à escola de construção precária chegam os garotos esfomeados e nela não recebem nem um pedaço de pão duro de “merenda escolar”.

O prelado Abel Alonso Nunes, de tanto tempo, nem se lembra mais de quando lá esteve pela última vez. “Quando fui lá, os pedidos eram tantos que até assustavam” (O ESTADO DE S. PAULO, 28/06/80).

Na 18ª Assembleia de Itaiçi, os “bispos” se dispuseram “não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e as angústias, as lutas e as esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra”.

Este ordinário, porém, escusa-se de até ouvir os infelizes vitimados de sua administração.

Pressionado pela gritaria dos desgraçados posseiros da diocese latifundiária, o “bispo” desistiu de vender a Fazenda Boqueirão e decidiu acolher o plano do INCRA de adquiri-la para vendê-la em lotes, a preços simbólicos, a seus ocupantes.

A “mãe-igreja”, que de mãe nada tem, não se vexa, em vendo tamanha miséria em seus próprios domínios. Dos particulares quer invadir a terra, de suas propriedades latifundiárias e inaproveitadas os moradores morrem à míngua...

Ali, quase nas barbas do núncio apostólico

A 80 quilômetros de Brasília, Capital da República e sede da nunciatura apostólica, encrava-se o povoado de Olhos d'Água.

Por doação feita em 1940 de um rico devoto fazendeiro, “santo” Antonio é o herdeiro universal dos 15 alqueires goianos sobre os quais se instala Olhos d'Água.

O “santo” está impossibilitado de gerir sua propriedade. Quem o faz em seu lugar é a cúria da diocese de Anápolis.

Na gleba residem, com expressa autorização do já falecido “bispo” Epaminondas de Araújo, antes sem qualquer tipo de problemas, 150 famílias.

O atual “bispo” Manoel Pestana, ao invés de dar uma solução humana, optou auferir apreciável lucro com a sua “terra de exploração”.

Determinou o loteamento de toda a área e estabeleceu o preço de 18 mil cruzeiros o lote, à vista. Os lotes, todavia, são tão pequenos que, para um posseiro reaver seu espaço necessita adquirir pelo menos três lotes.

Enquanto as discussões prosseguem entre os ameaçados e a cúria, moradores de Brasília aproveitam a oportunidade para adquirir lotes, já que Olhos d’Água é um lugar turístico e escorraçam os seus antigos moradores pobres que não dispõem dos 18 mil cruzeiros para o pagamento imediato do seu minilote.

Amazonas, palco da espoliação clerical

A prelazia eclesiástica de Tefé, no Amazonas é senhora absoluta do fabuloso latifúndio de 28.800 hectares, isto é, 288 milhões de metros quadrados, onde, além de 50 anos, moram mais de 600 famílias a viver da agricultura extrativa e de subsistência.

No documento IPT os ordinários particularizam a Amazônia dentre os exemplos onde se praticam injustiças: “A política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias, à custa e em detrimento da agricultura familiar... Essa política revela o Estado comprometido com os interesses dos grupos econômicos”.

Em clamoroso contraste com os seus pronunciamentos, precisamente em Tefé, no Amazonas, a “igreja” atua como cruel latifundiária a expor, num fabuloso negócio de terra, os seus posseiros em situação de extrema calamidade e abandono.

A engambelá-los, o “bispo”, ansioso por vender a maior parte do seu latifúndio a uma multinacional, assegura-lhes a possibilidade de muitos empregos criados pela nova empresa. O “agricultor não quer emprego”, esclarece o advogado Antonio Passos. “O que ele quer é a terra para trabalhar, a garantia da posse da terra que ocupa há mais de meio século”.

Já em 1975, a prelazia de Tefé ocasionou a expulsão de posseiros de suas terras ao vender 1.835 hectares à Cornelli Kavelaars.

Os agricultores despejados, no seu desespero, passaram a ocupar terras particulares, iniciando, na área, com um processo de grilagem, grave tensão social.

Ultimamente, em princípios de 1979, a cúria da prelazia de Tefé, no Alto Solimões, resolveu vender 22.144 dos 28.800 hectares. A quem? A uma empresa brasileira? Não!

Se em 1975 negociou quase 2 mil hectares à Cornelli Kavelaars, que, pelo nome, revela ser estrangeira, agora entabula negociações de

suas “terras de negócio” com um grupo multinacional formado com capital franco-belga, a Sosifinco do Brasil S. A., cujos escritórios se instalam no próprio seminário da prelazia.

Esta empresa multinacional não oculta seus projetos: devastar toda a imensa área derrubando as milhares de espécies nativas, como o cedro, itaúba, sucupira, macaúba e castanheiras a fim de implantar o cultivo do dendê, com incentivos fiscais do FINAM.

Exatamente com os incentivos fiscais deblaterados pela CNBB que o prelado Joaquim de Lage, sócio da famigerada CNBB, multinacional da impostura religiosa, vai se envolver.

A transação é danosa a 3.500 agricultores que, sem serem indenizados em suas benfeitorias, conforme a escritura de promessa de compra e venda já firmada, serão expulsos.

Em Itaici, os ordinários diocesanos, em documento, sugeriram o compromisso de “procurar a melhor maneira de dar uma destinação social às terras que pertencem à Igreja”. Acaso os fatos da prelazia de Tefé comprovam a concretização desse vago compromisso?

Os posseiros, dispostos à luta, permanecem na terra apoiados pelo Sindicato Rural de Tefé e pela Federação os Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI).

Instalou-se na vasta região acentuado clima de angustiosa expectativa. Os posseiros, dispostos à reação violenta quando a multinacional Sosifinco decidiu evacuá-los, acobertados pelo Sindicato e pela FETAGRI, criaram sérios embaraços à efetivação definitiva da transação, cujo sinal e princípio de pagamento se deu com a entrega de 400 mil cruzeiros à cúria da prelazia.

Afinal, se o Governo, sempre criticado pela CNBB, não tomar providências através do INCRA no sentido de resolver o dramático impasse, consumir-se-á no Alto Solimões, por culpa de um “bispo” católico romano, que, por irrisão da sorte, se inclui entre os defensores dos oprimidos, verdadeira guerra de extermínio à pobre gente que tem só uma culpa: a de morar em latifúndios do clero sovina e explorador.

Os “bispos” são assim: sob os tetos de Itaici pregam o Sermão da Montanha e à sombra da Amazônia aliam-se a Belial.

.oOo.

CABECILHAS DE ARRUAÇAS

**“Clamam: Paz!,
mas apregoam guerra santa
contra aqueles que nada lhes metem na boca”
(Miqueias 3.5)**

**“Seus olhos espreitam ao desamparado”
(Salmo 10.8)**

.oOo.

SUBTERFÚGIOS E VIOLÊNCIAS NA ROTA DA POLÍTICA CLERICAL

É do vezo dos hierarcas romanistas! Vem de remotas eras. Sempre recorrem à coesão no intento de sobrepujar aos demais e de impor o seu prestígio.

Na Idade Média e nos inícios da Moderna, instrumentalizando-o, recorreu ao “braço secular” dos poderosos em sua “Santa Inquisição” no propósito de prevalecer na Sociedade e incrementar seus dogmas. Em nossos dias, apela para a mesma violência ao manipular, em prol de suas insaciáveis aspirações de arbítrio, as reivindicações populares. Estas substituem as fogueiras da Inquisição.

Na Grande São Paulo, em 1980, neste sentido atuaram os “bispos” da Arquidiocese paulopolitana e o de sua sufragânea de Santo André.

A greve no ABC

Nos meses de março e abril de 1980, a região do ABC, formada pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, das imediações da Capital de São Paulo, agitou-se em intensos conflitos provocados pela greve dos metalúrgicos, maciçamente concentrados nessa área onde se instalam as grandes fábricas de automóveis.

O movimento paredista no começo reivindicava um percentual de 15% a título de produtividade. Em meados de março entabularam-se as conversações rumo ao acordo pacífico. A inicial proposta de 3,63% de índice de produtividade apresentada pelos empresários foi com energia repelida pelos sindicatos, dispostos à parede.

E, como primeira investida, deu-se a chamada “operação tartaruga”, quando os operários se movimentavam com a maior lentidão, produzindo o mínimo possível.

Frustrados os entendimentos, irrompeu no dia 25 de março de 1980 a greve, envolvendo 330 mil metalúrgicos do ABC e de outras 15 cidades do Interior Paulista.

As previsões dos resultados eram as mais sombrias. Motivava-as a lembrança dos prejuízos de 345 milhões de cruzeiros acarretados à indústria automobilística pela represália reivindicatória de 13 dias em 1979.

No intuito de solucionar o impasse, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo decidiu conceder aos grevistas praticamente aquilo que reivindicavam em sua última proposta: a título de produtividade, um aumento de 7% para quem ganhasse de um a três salários mínimos e de 6% para quem percebesse acima de quatro.

Naquela conjuntura, nada melhor poderiam obter os reclamantes. Com efeito, somando-se essa percentagem do índice de produtividade aos aumentos concedidos no período e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), um metalúrgico que, em abril de 1979 ganhava 10 mil cruzeiros, passaria, com essa decisão do TRT, a receber 18 mil e 463 cruzeiros, aumento esse superior à inflação do período. Embora contrariados, os empresários submeteram-se à decisão.

No bojo dessa situação toda, movimentava-se um tal de Lula a forjar uma liderança política a partir da liderança sindical. Prevaleceu-se ele da decisão do TRT e, na manhã de 27 de março, puxou a carta da estabilidade de um ano para os trabalhadores de todas as indústrias metalúrgicas. Em outras palavras, os índices concedidos pelo TRT só seriam aceitos se, no período de 12 meses, fosse vetada a rotatividade de mão de obra e nenhuma fábrica pudesse demitir qualquer empregado, mesmo comprovadamente incompetente.

Endureceu-se a represália grevista com a natural recusa dos empresários a esta última proposta.

Apoio dos “bispos”

Radicalizando o conflito, correram a, equipados com a panóplia marxista, apoiá-lo o cardeal Evaristo Arns, seus bispos auxiliares e o sufragâneo, sobretudo tomando posição de relevo o de Santo André, Cláudio Hummes.

Nem Arns e nem qualquer outro prelado do episcopado no Brasil tem grandeza pessoal que o destaque como condutor espiritual no cenário brasileiro. Eles só aparecem na Imprensa em consequência de suas esdrúxulas atitudes, sempre contrárias ao bom senso e ao encaminhamento do Bem Comum.

O apoio deles aos grevistas concretizou-se pela cessão de templos religiosos para as concentrações, apelos em prol do “fundo de greve”, celebrações pseudo-litúrgicas de teor político e pela palavra incendiária e desafiadora nada condizente em mentores espirituais.

Aparentemente empenhados na implantação da “pastoral da greve”, a verdade é que objetivavam, desidentificados de sua missão religiosa e abusando da singeleza da massa dos metalúrgicos, instrumentalizá-los no sentido de usá-los em seu esquema maquiavélico de instaurar um partido político.

A definição política dos “bispos” se acentuou ao inspirar a radicalização: “a Igreja, por ter-se colocado sempre ao lado dos pobres (?), deve esclarecer a população sobre a greve justa e pacífica dos metalúrgicos”, disse o ordinário de Santo André, Cláudio Hummes.

Outra vez explico: o termo “ordinário”, na linguagem eclesiástica, significa o “bispo” residencial de uma diocese.

E a instigar o ódio contra as Autoridades, num habitual julgamento apressado, ressaltou: “O Governo e o Exército estão demonstrando claramente o seu apoio aos empresários, pois as negociações de greve são uma farsa completa. Já antes que o Tribunal declarasse a greve ilegal, helicópteros do Exército circulavam em vôos rasantes sobre as assembleias pacíficas dos metalúrgicos, numa clara provocação à violência” (O ESTADO DE S. PAULO, 04/04/80).

Quis esquecer-se o prelado da norma de se fazerem presentes os dispositivos de segurança do Exército ou/e Polícia quando de grandes concentrações populares. Exemplo frisante vimos na passagem de João Paulo II no Brasil. Hummes, na sua esquisofrenia com delírio religioso, não criticou essa presença de aparato bélico na ocasião da visita do seu soberano pontífice.

Na sua eloquência de palanque de comício, bradam os ordinários em favor de reivindicações econômico-sociais dos trabalhadores.

Tanto Hummes como Arns e outros hierarcas, em seus pronunciamentos, contudo, omitiram deliberadamente qualquer referência à decisão do TRT quanto à percentagem do índice de produtividade. Interessava-lhes apenas acirrar, nos moldes da práxis marxista, a luta de classes.

A greve declarada ilegal

Democracia é um regime distante da total permissividade; esta faculta a cada um fazer o que bem lhe parece. Democracia não é o reino da anomia com a prevalência da anarquia.

A própria liberdade limita, restringe a liberdade!

Minha liberdade termina quando começa a liberdade alheia. É como o Direito. Só tenho direitos enquanto eles não firam os direitos dos outros.

Em consequência dessa liberdade balizada pelo respeito à própria liberdade, é que se precisa da Lei. Como critério de todas as atividades, a Lei é essencial à liberdade. “A democracia é feita de leis”. Leis que precisam ser respeitadas a fim de todos gozarem da Democracia.

Em defluência, há, no regime democrático, os órgãos autores de leis e espera-se que elas sejam consentâneas com as necessidades e a dignidade das pessoas; os órgãos executores dessas mesmas leis (do contrário seriam inúteis): e os órgãos repressores das suas

transgressões. A ausência de qualquer um desses órgãos implica em prejuízo da Democracia.

Ora, a Justiça do Trabalho, após fixar um índice de aumento salarial, e tendo em vista a injusta represália, decretou a intervenção nos dois Sindicatos de trabalhadores do ABC, por considerar ilegal a parede.

Diante dessa resolução da Justiça do Trabalho, tornou-se impossível a retomada das negociações entre empresários e metalúrgicos.

Os grevistas, em decorrência, deveriam retornar de imediato às atividades profissionais, o que, lamentavelmente, por instigação também dos “bispos”, não ocorreu. E não ocorreu para grave dano do País e dos próprios trabalhadores.

A antidemocracia dos piquetes

A parede dos metalúrgicos do ABC foi convocada e forjada por um núcleo elitista do operariado metalúrgico e por razões outras que não as reivindicações salariais e de diminuição de horas semanais de trabalho. Estas reclamações se constituíram em subterfúgios de interesses outros.

Conheço metalúrgicos, e muitos, contrários ao movimento paredista. Insistiram em trabalhar e foram barrados pelos piquetes, um dos sintomas da radicalização.

No viaduto da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, por exemplo, alguns ônibus de trabalhadores estacaram diante de um “piquetão”, as mãos de cujos integrantes portavam porretes.

Num caráter acentuadamente fascista, os piquetes, das portas das fábricas se espraiaram para os bairros operários, ameaçando as famílias dos que queriam trabalhar. A violência dos piqueteiros, segundo a habitual práxis bolchevista, atingiu o clímax quando partiu para as agressões físicas, vitimando a muitos, como o metalúrgico da Volkswagen Brás Prado Ruiz, disposto a trabalhar. E lá vinha o Humme a falar em greve pacífica...

Ora, em Democracia o trabalho é um dos mais elementares direitos. Bloquear a entrada das fábricas para impedir o ingresso dos que querem trabalhar, intimidar as famílias e seviciar indivíduos é a cabal demonstração de antidemocracia.

Competia aos “bispos” festivos implicados na arruaça dar uma palavra sensata sobre o respeito à disposição de trabalhar por parte de muitos. Nisto, todavia, por escusos interesses, se omitiram eles. O próprio Arns emudeceu por completo, esquivando-se de protestar contra os piqueteiros totalitários.

.oOo.

“A VOZ DOS QUE NÃO TÊM VOZ” OU VENTRÍLOQUOS DE MARX

Arrogam-se os prelados alegres a incumbência de “voz dos que não têm voz” por se suporem na prerrogativa de falar pelos desprotegidos e reclamar perante os poderosos os seus direitos.

Sob essa bombástica intenção, porém, contrabandeiam para suas atividades sociais os métodos esquerdistas. E, ao invés de “voz dos que não têm voz”, são eles ventríloquos de Karl Marx.

Operários manobrados

Mesmo ilegal a greve do ABC é justa, apregoavam, na sua luxúria verbal, os ordinários embandeirados. Justa por reivindicar melhores condições para o operariado. Essas declarações a engambelar os ingênuos trabalhadores brilhavam quais fogos de artifício nas celebrações litúrgicas encenadas nas concentrações dos grevistas.

Nunca semelhante enfeite religioso emoldurou assembléias reivindicatórias. Jamais essas reuniões de represália se concentraram em templos.

Aliás, quero ver o clero juntar em São Paulo ou no ABC a massa operária em qualquer de suas solenidades apenas religiosas. Nem na Semana apelidada Santa. A turma toda aproveita o feriado e se manda para as praias e para os rega-bofes.

Só se prevalecendo demagogicamente de uma agitação social e aproveitando as concentrações reivindicatórias para impingir solenidades litúrgicas.

Quero ver ainda proliferarem as Comunidades Eclesiais de Base sem a isca do tema sócio-político-econômico. Só no esquema do religioso o clero não disporia de mais de 100 mil Comunidades de Base.

A verdade quanto aos objetivos da greve de imprevisíveis conseqüências para a Nação ao ponto de lhe deixar um prejuízo de mais de 20 bilhões de cruzeiros a onerar todo o povo, a verdade quanto aos reais objetivos, porém, é outra, bem outra.

A CNBB, em nota divulgada por sua presidência no dia 22 de abril de 1980, garantiu haver tomado uma posição de apoio aos metalúrgicos

sem compromissos com partidos. E, sem tergiversações, acentua: “O que está em jogo na crise é a própria organização dos mecanismos da política social do Brasil”.

Nesse caso, os “bispos”, inquestionavelmente, instrumentalizaram os trabalhadores visando, sobretudo, a política social. Disse a verdade o presidente da CNBB ao elucidar não ter o posicionamento dos “bispos” quaisquer compromissos com os partidos. De fato, o clero aprecia manipular um só partido político como seu exclusivo instrumento.

Na Itália prevaleceu-se da conjuntura do imediato após-guerra para estabelecer o Partido Democrata Cristão, que até hoje lhe permite influir diretamente na vida política italiana. Nesta fase de reorganização partidária no Brasil anela a clerezia montar o seu partido e não viu nenhuma oportunidade mais favorável do que a da grave dos metalúrgicos do ABC para, dessa mazorca, promover a parturição de uma grei política sabuja dos seus interesses.

É do conhecimento de todos o parto dessa agremiação, tendo como cabecilhas os dirigentes sindicais. Orientado pelos “padres” esse partido conta com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base, transformadas em instrumento eficiente de sua gigantesca promoção em todo o território nacional.

.oOo.

A “IGREJA” CONTRA A “IGREJA”

Na ocasião dos distúrbios do ABC, aos jornalistas que o assediavam, o Presidente Figueiredo afirmou, aliás, com discernimento: “A CNBB não é a Igreja” (JORNAL DA TARDE e O ESTADO DE S. PAULO, 24/04/80).

De fato, a CNBB, a máfia dos “bispos” no Brasil, não é a “igreja”, apesar de assim o quererem seus pró-homens. Os “bispos” não são a “igreja”. Fazem parte de “igreja”. O próprio conceito de “igreja”, segundo a teologia romana, também a pós-conciliar, ensina ser a “igreja” o conjunto de todos os “batizados” católicos: simples fiéis, baixo clero e hierarcas. Só os fiéis não são a “igreja”. Só o clero não é a “igreja”. Só os “bispos” não são a “igreja”. Todos a compõem.

Persisto em entreaspear o vocábulo IGREJA, quando, seguindo o uso corrente, me refiro ao catolicismo. Faço-o por rejeitar a identificação

desse termo a essa instituição política e super-capitalista coberta de leve pintura religiosa. O catolicismo nada tem daquela IGREJA do Novo Testamento. Maiores informações desta matéria podem ser obtidas em meu livro A VERDADEIRA IGREJA.

Volvendo ao assunto! Se todos os católicos, simples leigos e clérigos de todos os segmentos, se todos eles fazem a “igreja” e não apenas uma casta episcopal a compõe, significa que os empregados e os patrões católicos, junto com todos os demais católicos, são a “igreja”.

A posição radical dos “bispos” festivos de São Paulo contra os senhores da metalurgia do ABC denota uma revolução intestina no ventre da própria “igreja”. É a crise de identidade, também insuflada pelos “bispos”, que sacode o catolicismo.

O Presidente da República, os deputados e senadores da situação, os ministros, todos se confessam católicos. E o são, tanto assim que a TV já mostrou muitos deles participando de solenidades litúrgicas romanistas e comungando a hóstia. O Presidente da Nação sempre se confessa católico, dando constantes provas de suas convicções católicas, como ao encaminhar e assinar a lei da instituição do dia da Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, aos 12 de outubro, e ao facilitar todos os meios para o máximo esplendor da visita de João Paulo II ao nosso País. São, todos eles, por conseguinte, também a “igreja”. Ao se insurgirem, pois, os “bispos” contra eles, insurgem-se contra a “igreja”.

Não seria o caso, se quisessem ser coerentes, de evitar apresentarem-se os prelados como “igreja” ou em nome da “igreja”?

Ou se se apresentam em nome da “igreja”, ao invés de prestigiar e açular as greves e arruaças, tomem a iniciativa de, com os seus poderes sobrenaturais e sua autoridade de “mestres da fé e da moral”, ensinar aos empresários e aos políticos católicos os princípios dessa fé e dessa moral social, movendo-lhes a consciência no sentido da Justiça para com os seus subordinados, também católicos, portanto, parte da mesma “igreja”.

A atitude dos “bispos” progressistas, isto sim, confirma minha assertiva de ser o catolicismo, não Igreja, porém, um poderio político de violento super-capitalismo.

.oOo.

A GREVE

Nos regimes democráticos a greve é prevista como um direito das pessoas prejudicadas. É um instrumento de pressão para restabelecer a Justiça ou os Direitos possivelmente esbulhados.

A greve e sua legitimidade

Há guerra justa? Pode haver! Mas, em caso extremo, na dramática contingência do malogro de todos os esforços de harmonização das partes em discórdia.

A greve, pela perturbação social causada, pela desconfiança gerada, pelos prejuízos à coletividade, assemelha-se à guerra, devendo, por conseguinte, ser convocada em última eventualidade na reivindicação de legítimos direitos. A greve pela greve se reduz a, segundo o ideário marxista, instrumento de luta de classes.

São oportunas as sábias considerações de Pièrre Bigo: “A greve e o lockout” (coligação de patrões que, em resposta à ameaça de greve dos seus empregados, fecham suas indústrias e oficinas) “podem ser, às vezes, uma necessidade, mas constituem uma medida extrema, por falta de outra melhor. Os cristãos se recusam a tomar seu partido como procedimento normal. Esta posição se relaciona com um princípio que ultrapassa amplamente o caso particular dos conflitos coletivos de trabalho e se estende a todos os conflitos entre os homens. Fazer justiça por si mesmo, pela força, pode ser, às vezes, legítimo, mas constitui uma solução errada. Não é certo que o que mais resiste seja necessariamente aquele que defende a causa mais justa: a História tem abundantes exemplos em que a Força triunfou do Direito”.

Sua adoção, para ser justa, indispensável e urgente, só se deve dar em condições de recurso extremo após se esgotarem todos os apelos de pacificação, entendimento e conciliação.

E, ainda quando justa, jamais pode se envolver em comprometimento político-partidário ou instrumentalizar-se a serviço de ideologias.

Revela acentuar-se o aspecto importantíssimo da liceidade da greve. A nenhuma instituição fora dos quadros trabalhistas, nem à “igreja”, e muito menos à “igreja”, compete intrometer-se no sentido de inspirá-la, tomar a frente ou dirigi-la. Cabe à religião, o catolicismo no caso brasileiro, formar a consciência dos seus fiéis trabalhadores a fim de torná-los sensíveis e capazes de avaliar a necessidade indispensável e extrema da deflagração duma greve.

É uma visão normal que qualquer pessoa de bom senso pode ter. Tanto assim que semelhantes movimentos causam sempre sérios distúrbios à sociedade e acarretam consequências negativas em detrimento da própria massa trabalhadora.

No interesse de abalar as estruturas das nações, os comunistas visam à luta de classes e nada de maior eficiência para promovê-la senão a greve.

Os “bispos” progressistas, engajados no profetismo ideológico do marxismo, por saberem de tudo isso, no episódio do ABC, arregaçaram as mangas a incitar a rebelião das massas, atirando-as contra os empresários.

Um erro não justifica outro erro

Os “bispos”, no seu incontrolável apetite de dar pronunciamentos, se atropelam às portas da Imprensa. No dia subsequente à nota do presidente da CNBB, o sr. Evaristo Arns, em 23 de abril, pelos jornais falou: “A greve é um instrumento justo de reivindicação... Quando o seu ganho se torna insuficiente para que a sua família viva com dignidade, quando necessita de melhores condições de trabalho e de segurança no emprego, quando deseja uma remuneração mais justa, adequada ao seu esforço que despende e ao lucro que proporciona ao empregador, o trabalhador faz suas reivindicações.

“E nem sempre o empregador compreende e aceita desde logo a necessidade de fazer algumas concessões, só restando ao trabalhador o recurso de negar a sua força de trabalho, que é o único elemento de que dispõe. O povo muitas vezes não percebe que o industrial ou o comerciante estão fazendo greve. Em muitas ocasiões, desejando receber mais por suas mercadorias, negam-se a entregá-las, fazendo uma greve que a Constituição não permite. Por isso falta óleo, falta leite, falta carne, falta feijão.

“A mercadoria do trabalhador é a sua força de trabalho e sua greve é um direito reconhecido e assegurado pela Constituição”.

A sonegação de mercadorias é uma iniquidade que desonestos industriais e comerciantes inescrupulosos praticam. É uma abominação nunca suficientemente condenada. A sua ocorrência, contudo, é assaz frequente. Agora mesmo, às vésperas de um substancial aumento próximo nos preços dos remédios, as farmácias gananciosas se recusaram vender muitos medicamentos, máxime os de maior consumo.

A calamidade duma greve, posta pelo insensato cardeal de choque em nível com essa iniquidade, da sonegação das mercadorias, só pode partir do programa de fazer valer a injustiça e a violência. Não se pode justificar uma greve com a abominação dos comerciantes e industriais usurários.

Essa moral de Arns é muito imoral e instrui os trabalhadores a se conduzirem sob os mesmos padrões desonestos dos gananciosos comerciantes e industriais.

Arns no rumo marxista e capitalista

Jamais surgiu no mundo uma filosofia sócio-política que mais amesquinhe o operário do que o marxismo. O marxismo materialista cujos princípios encharcam a mentalidade da sociedade de consumo do Ocidente.

O marxismo coisifica o Homem ao transformá-lo numa peça da engrenagem totalitária do Estado.

Em sendo, como quer o comunismo, o ser humano uma coisa, um objeto, uma peça, o seu trabalho é uma mercadoria. Assim também o considera o cardeal de choque. Ele disse, ou melhor, escreveu em sua nota de 23 de abril de 1980: “A mercadoria do trabalhador é sua força de trabalho”. Isto é marxismo materialista.

Neste particular, também o marxismo se revela irmão do capitalismo agressivo. Capitalismo e marxismo saem do mesmo ventre. Do ventre do materialismo. Em decorrência, o capitalismo mais exacerbado do mundo encontra-se na Rússia e, em seguida, nos países seus satélites políticos.

Cada um, o capitalismo e o comunismo, tem características secundárias diferentes. Seus traços fisionômicos mais acentuados, contudo, comprovam sua irmandade e sua única procedência.

Refere ainda o ordinário paulopolitano a concessões que o patrão pode fazer ao empregado. É humilhante para o trabalhador! O trabalhador, o ser humano, jamais quererá em troca do seu esforço digno quaisquer concessões. O trabalhador quer e precisa de justo e digno salário não como mera e piedosa concessão.

Embora queira o antístite da assuada demonstrar-se pai dos oprimidos, aparece na ribalta do seu teatro demagógico como autêntico marxista-capitalista. Sua máscara é muito tênue e pode ser, sem grande esforço, arrancada.

.oOo.

O FIM DA GREVE COM A DERROTA DOS “BISPOS”

Os prelados do profetismo ideológico supunham fácil a vitória quando colocaram o movimento paredista sob as asas da “igreja”.

Seus prognósticos otimistas, contudo, esbarraram na dura realidade dos fatos. Considerada ilegal a greve, interrompeu-se qualquer condição de prosseguimento nas conversações entre empresários e representantes dos sindicatos. O prosseguimento da parede, considerada pelos “bispos”, apesar de ilegal, como justa, no entanto, cavava ainda mais funda a distância entre as classes litigantes. Os patrões, escudados na declaração da ilegalidade da greve, se firmaram na decisão de negar atendimento a qualquer reivindicação.

Arns, sentindo a realidade do impasse, não se conteve e lamentou: “Eles não cedem um milímetro” (VEJA, 30/04/80). É indiscutível, o esplendor de sua púrpura cardinalícia não iria impressionar o empresariado.

O “bispo” murcha as orelhas

Ivo Lorscheider é o presidente da CNBB. Nessa postura, com a máxima arrogância, no dia 22 de abril, divulgou uma nota. A clerezia embandeirada acirrou-se mais ainda. No dia 23 entrevistou-se o presidente da CNBB com o ministro Golbery de Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Supunha o ordinário presidente sustentar a petulância nas salas do Palácio do Planalto. Quebraram-se-lhe os chifres quando o obrigaram a se identificar como se faz a qualquer cidadão estranho ao pessoal da casa e fizeram-no esperar na ante-sala durante 45 minutos, para ser recebido pelo ministro geral Golbery. Nada agradável lhe foi a entrevista, pois saiu dela completamente transtornado, recusando-se até a falar à Imprensa, à qual os “bispos” são por demais afeiçoados (JORNAL DA TARDE, 02/05/80).

Uma fada encantada com sua vara deu nos inflamados hierarcas progressistas um passe de mágica... Aconteceu um milagre! A descompostura do ministro no presidente da CNBB o fez mudar de tom. Mesmo com a permanência da prisão dos líderes sindicais a contrariar as exigências dos clérigos, que os exigiam soltos como condição indispensável ao estudo das medidas de cessação do movimento paredista, a greve começou a se esvaziar. Os entusiastas grevistas perderam os seus ordinários cabecilhas porque eles se recolheram aos seus palácios.

Somente no dia seguinte ao do encontro com o chefe de Gabinete Civil, o sr. Ivo Lorscheider, posto na condição de subalterno como qualquer brasileiro perante as Autoridades, comentou: “Achamos de extrema importância”, (antes impunha), “o reinício das conversações, mas não cabe a nós propormos soluções técnicas visando ao término da greve. A Igreja não pretende substituir as lideranças próprias dos

trabalhadores e apenas pode aguardar gestos concretos por parte de todos os envolvidos” (O ESTADO DE S. PAULO, 25/04/80).

Por que ele e seus comparsas omitiram antes do movimento reivindicatório essas palavras de bom senso?

Segundo bem informadas fontes dos meios político-clericais, o General Golbery iniciou a repreensão ao presidente da CNBB mais ou menos com estas palavras: “Antes de começar a conversa, é bom que o sr. saiba que nós não somos idiotas e sabemos exatamente o que os srs. estão querendo. Os srs. estão querendo que nós prendamos um padre ou um bispo, mas nós não cairemos nessa armadilha, pois sabemos perfeitamente que o que os srs. querem é criar um incidente que provoque o cancelamento da visita do papa ao Brasil”.

De fato, a prisão de um clérigo arruaceiro teria sido favorabilíssima às pretensões dos “bispos” festivos. Daria ao mundo inteiro a idéia de uma “igreja” perseguida e mostraria ao Vaticano as justificadas razões de suas atividades radicais perante o clima de opressão implantado no País.

Acabado o grande objetivo da atuação carnavalesca do cardeal de choque e seus “bispos” auxiliares e sufragâneo como incitadores da greve dos metalúrgicos do ABC, dela recuaram e o movimento paredista murchou. Os pelegos sindicalistas continuaram detidos a critério das Autoridades competentes, os salários permaneceram como determinara o TRT, nenhum encontro houve com os empresários. Recuaram das portas das fábricas os piquetes e os operários retornaram ao trabalho normal.

Enfim, com mágoa se vêem os “bispos” atrevidos que se “auto-pseudo-constituíram” intérpretes dos operários sob o pretexto de defendê-los quando, na triste realidade, quiseram instrumentalizá-los em prol de seus escusos e ignóbeis objetivos.

Fracassada outra manobra do cardeal-politicastro de plantão

Arns, no seu açodamento, alvitrou pressionar organizações religiosas estrangeiras no sentido de que elas forçassem as filiais no Brasil a se tornarem mais flexíveis nas negociações com os metalúrgicos do ABC.

Com semelhante intuito enviou-lhes telegrama explícito até denunciando suspeitas manobras de subsidiárias de empresas estrangeiras instaladas no Brasil, como a Volkswagen, e que estariam interessadas em dificultar as negociações, recusando aceitar o delegado sindical e a garantia de emprego, duas dentre as reivindicações dos grevistas.

O envio do telegrama se deu sem o conhecimento da Imprensa e das Autoridades. Somente dias mais tarde, quando se esvaíra o movimento paredista que o fato surgiu à tona no noticiário dos jornais. Essa informação causou estranheza por pretender o cardeal recorrer a expedientes de envolvimento de organizações estrangeiras para nos pressionarem aqui dentro.

O clero combate as multinacionais e não se peja de às sedes delas recorrer quando isso lhe interessa. Abordado acerca do episódio, Arns explica: “Nos últimos anos, as Igrejas dos países desenvolvidos, onde se localizam sedes de multinacionais, estão muito atentas às exigências éticas destas organizações multinacionais ou transnacionais... Aliás, também o Conselho Mundial de Igrejas” (JORNAL DA TARDE, 30/04/80).

Eis o teor do telegrama:

“DESTINATÁRIO: Pralat Bochlet, Katholisches Buro – Fritz Euler Strasse 4.05300 – BONN – Alemanha

Metalúrgicos S. Bernardo do Campo dezesseis dias em greve por aumento salarial garantia de emprego et delegado sindical pt Volkswagen et Mercedes teimam negociar junto pequenas empresas nivelando por baixo reivindicações salariais et negando delegado sindical et garantia de emprego pt Estamos em impasse dezessete dias sem negociações pt Termomecânica empresa média nacional negociou atendendo quase todas reivindicações pt Volkswagen et Mercedes têm condições melhores para atender pt Insistimos direitos trabalhadores reabertura negociações e acordo também estas duas empresas (Ass. Arcebispo Paulo Evaristo Arns, cardeal de S. Paulo)”.

O Katholisches Buro, uma espécie de central de coordenação da Conferência dos Bispos na Alemanha, acusou o recebimento do telegrama bem com o outro, o de Cláudio Hummes, ordinário de Santo André, e que os encaminharia às sedes da Volkswagen e da Mercedes (Daimler Benz) na Alemanha.

O relacionamento entre a Conferência dos Bispos na Alemanha, que, aliás, nunca apoiou greves e as empresas sempre se manteve em altos níveis. Dado esse clima de mútuo respeito, o Katholisches Buro limitou-se a enviar cópias dos telegramas de Arns e de Hummes às indústrias neles citadas acompanhado do chavão “Pedimos tomar conhecimento” anotado no lacônico texto burocrático de apresentação.

Os alemães são educados e, por isso, adotam a norma de responder as cartas e telegramas que lhes chegam. Foi o que fez o bispo Paul Bocklet, diretor do Katholisches Buro e da Central de Ajuda ao Desenvolvimento, órgão que fiscaliza a aplicação de fundos do Governo

alemão em projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, por intermédio da organização católica alemã Misereor.

O pouco caso do próprio Katholisches Buro, que se restringiu a um mero envio de cópias às indústrias citadas e o silêncio dessas empresas denotam o baixo prestígio de Arns e a prudência dos alemães.

O próprio prelado Paulo Bocklet, no dia seguinte ao do recebimento do telegrama, viajou à cidade de Wuerburg, a fim de participar de uma reunião de bispos alemães. Pois bem, nesse encontro nem se mencionou a troca desses telegramas e nem as cartas às indústrias.

Estes pormenores são fornecidos por Assis Mendonça, correspondente do JORNAL DA TARDE em Bonn. Pessoalmente, ele colheu de uma fonte da empresa esta notícia: “A Volkswagen do Brasil não tomou conhecimento oficial do telegrama que teria sido enviado à Alemanha, por isso nada poderá comentar”. A sede da Volkswagen nem se deu ao trabalho de informar sua filial do Brasil do recebimento de semelhante correspondência.

A Mercedes Benz, de sua parte, nem atendeu à Imprensa, “sob a alegação de ausência do pessoal de Relações Públicas” (JORNAL DA TARDE, 29/04/80).

São demonstrações de como anda rasteiro o prestígio de Arns lá pela Alemanha. Ele que anela ser grande...

.oOo.

DISPARATES DOS “BISPOS” PROGRESSISTAS

O designativo progressista no caso dos srs “bispos” é jocoso e em tom de galhofa. Nada querem eles de progresso material, social, moral e espiritual.

Não querem e, se o quisessem, carecer-lhes-ia a devida competência para estabelecê-lo ou encaminhá-lo.

Na agitação sócio-política do ABC, ocorrida em março-abril de 1980, com episódios nada dignificantes para a casta clerical, encontra-se uma série de contra-sensos dos quais observaremos alguns:

1) Tentam suas senhorias, no idiota afã de pregar o “evangelho” em sua dimensão social, demonstrar interesse pelos pobres e oprimidos. Na realidade, contudo, estão do lado dos poderosos. Dos que estão no momento em evidência política. Poderosos como eles.

Dadas as circunstâncias políticas porque passa o Brasil, nos grandes centros se concentra fundo descontentamento contra os Governantes e, por isso, os políticos opositores desfruem de imenso prestígio popular a engordar sua votação eleitoral. É com esses magnatas das urnas do sufrágio universal que os “bispos” se encontram.

Poderosos, outrossim, não são apenas os depositários das fortunas e dos altos postos na Política. Para os fins inconfessáveis dos “bispos” de São Paulo, os metalúrgicos grevistas do ABC foram os poderosos. Com efeito, pelos ordinários instrumentalizados, serviram-nos para, com seu poder de enorme massa concentrada nos maiores sindicatos do País, intranquilizar a Nação, preocupar os Governantes e capitalizar-lhes, entre o povo incuravelmente ingênuo, aquele prestígio, já agora impossível de ser obtido pela atuação estritamente religiosa. E ainda serviu-lhes a parede como parto do seu partido político, o PT (Partido dos Trabalhadores).

2) Fazendo tábua rasa das aspirações e pensamentos do laicato, a CNBB se apregoa na qualidade de “igreja”. Cinde, fraciona, em consequência, a própria “igreja”, da qual, pela Graça de Deus, de há muito deixei de fazer parte.

A teologia católica admite ser a “igreja” o conjunto de leigos, “papa”, clero e “bispos”. Sem os leigos a “igreja” se resume a uma facção. A um retalho. Deixa de ser “igreja” formada somente por seu magistério, corpo docente como ambicionam os “bispos”, outra coisa não seria senão uma escola dotada apenas de professores, ausente o corpo discente.

Avocar-se a CNBB a condição de a “igreja” é impostura perante os próprios ensinamentos da teologia romana. Insurgir-se a CNBB contra os católicos ricos e contra os políticos da situação governista é suscitar uma revolução intestina nas entranhas da própria “igreja”, porquanto, repito, os católicos, ricos e políticos, situacionistas, como católicos, também são a “igreja”.

Na conjuntura dessa anomalia intestinal seria de todo conveniente a aplicação de um purgativo que lhe provocasse benéfica catarse no ventre congestionado.

3) Diz a CNBB estarem em jogo na convulsão social do ABC não apenas o piso salarial, a produtividade e a estabilidade no emprego, mas, sobretudo, a crise social e a participação do povo na elaboração da política do Governo.

É evidente, se os metalúrgicos persistiam em permanecer no terreno de suas reivindicações de cunho econômico e os “bispos” de choque derivaram o movimento para a área política, eles politizaram a

greve, considerando-a efeito da crise político-social em que vivemos. Ao confundir a causa do ABC com a crise social, os “bispos” festivos perverteram o movimento paredista e, a bem da verdade, instrumentalizaram-no em prol do surgimento de um partido político.

Vivemos uma crise social? Ela vem de 1964? Não! O Brasil desde sempre viveu e vive em crise social, cuja causa é de exclusiva responsabilidade da chamada “igreja” aqui instalada desde Pedro Álvares Cabral, em cujas caravelas vieram sacerdotes missionários.

Reclamam os “bispos” a participação do povo na elaboração da política do Governo. Acaso dão eles bom exemplo fornecendo a apregoada participação nos seus negócios episcopais? Permitem, porventura, a presença mesmo na condição de mero espectador de qualquer leigo ou sacerdote do baixo clero nas reuniões importantes da CNBB? O povo católico de São Paulo teria sido consultado na escolha de Arns para o sôlio paulopolitano?

Na greve do ABC, presos os príncipes sindicais, não hesitaram os prelados em assumir, e o fizeram bem depressa, a função de porta-vozes e intérpretes dos trabalhadores. Não apenas dos operários! Também de todo o povo brasileiro. Quem, todavia, lhes atribuiu semelhante encargo?

Se aspiram eles a postura de representantes do povo brasileiro (aliás, legítimo direito de qualquer cidadão) preencham sua ficha de inscrição num dos partidos políticos e disputem o voto popular.

Garanto uma coisa! Se Arns fosse candidato ao Governo de São Paulo, por exemplo, eu votaria nele. Sabem porquê? Para assistir ao seu estrondo fracasso.

A sua administração à frente da Arquidiocese de São Paulo é um desastre total, marcada pela displicência generalizada no meio do seu clero, que lhe segue o exemplo.

Sintoma grave da incúria na administração de sua cúria arquidiocesana é o relaxamento no cuidado dos livros de registro de casamentos e batizados e do livro do tombo, os quais cada paróquia deve ter e manter em constante ordem.

Segundo o Código de Direito Canônico, os batizados, casamentos e funerais devem ser consignados em livros apropriados e em duas cópias para, depois do preenchimento, uma delas ser encaminhada à cúria que as conserva em seu arquivo. Com esses livros deve haver também em cada paróquia o Livro de Tombo, onde o vigário ou o pároco anota todos os acontecimentos religiosos, sociais e políticos de sua circunscrição eclesiástica, do Estado e do País todo, tornando-se dessa forma o livro de tombo num repositório dos episódios de nossa História. Nesses livros, cuidadosamente elaborados no passado, conserva-se valiosa documentação de mais de três séculos da História de São Paulo, desde

o seu povoamento, pois só em 1908 a diocese de São Paulo, que abrangia também o Paraná, foi desmembrada.

O novo diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana, cônego Pascoal Amato, reclamou do cardeal a incúria com que a maior parte dos vigários trata esses livros prescritos pela legislação canônica que, nem nesse pormenor, Arns faz executar em sua Arquidiocese.

Em cinco itens de sua denúncia, Amato revela a desordem da cúria do cardeal político de plantão a começar deste particular:

1º) Algumas paróquias não adquirem na cúria os livros oficiais de “Batizados e Casamentos”. Evidentemente, sem termo de abertura, sem rubrica, etc, não podemos recebê-los aqui no Arquivo, pois não fazem fé, além de nos trazerem outros problemas de ordem técnica, pois estão fora dos padrões de tamanho, altura, etc. 2º) Assentamentos tanto de batizados como de casamentos incompletos, ilegíveis e rasurados, sem assinatura do pároco e outras irregularidades que viciam o termo. Colocam datas com algarismos, quando deveriam completar o texto com letras, como já está iniciado. 3º) Não são observadas as instruções sobre o modo de fazer o assentamento, que se encontram na primeira página do livro. 4º) Algumas comunidades batizam e não possuem livro para o respectivo registro. 5º) Muitas paróquias não enviam o livro-cópia há vários anos, como v. exca. poderá verificar pela relação anexa. Outras, cuja documentação é de tal modo irregular e caótica, que exigiriam instruções oficiais de como proceder-se para sanar e recuperar algo. Registros de crisma que, porventura, existirem nas paróquias devem ser recolhidos ao Arquivo. Frequentemente, do exterior, são solicitadas certidões e não temos elementos para responder. Finalmente, a grande maioria das paróquias não faz o LIVRO DO TOMBO, tão necessário para a história da arquidiocese”.

Se assim ocorre em sua Arquidiocese, onde nem os assuntos de menor relevo são cuidados, na Governança do Estado, caso para ele fosse a ela guindado pelo voto popular, o seu desastre seria fatal.

4) A esfera da atuação do clero na sociedade é característica e se baliza nos limites do espiritual. Se não é, deveria ser, em decorrência de sua própria missão identificada, segundo se propala, com a missão de Cristo. Na realidade, porém, o clero sempre incursionou áreas outras, alheias a sua alçada. Durante a Idade Média, o alto clero pairou muito acima do Poder Político, manobrando-o, subjugando-o e dele se servindo como o seu utilitário “braço secular”, locução famosa a significar a subserviência do Poder Político ao poder clerical.

E na ganância de reconquistar aquela preponderância sobre o Poder Civil, insurgiu-se no ABC, ainda outra vez, contra ele. Na sua habitual atitude de querer dobrar o Poder Civil como se se constituísse

seu mero “braço secular”, em vista da decisão judicial da Justiça do Trabalho que julgou ilegal a greve do ABC, os “bispos” progressistas passaram a fazer sutis e capciosas distinções entre legalidade e legitimidade, pretendendo, dessa forma, constituírem-se num poder superior ao Poder Constituído, arrogando-se até a atribuição de julgar o próprio Poder Judiciário. Em sua atávica ambição preconiza que, acima da suprema instância judiciária, paire e se instale a instância episcopal a dirimir questões e decidir acerca da legitimidade e da legalidade.

Se escapa da competência do clero o julgamento da legitimidade e da justiça de uma greve, fuge-lhe, com mais acentuada razão, a incumbência de julgar se uma decisão do Poder Judiciário, quanto à liceidade e legalidade de uma greve, é legítima.

Nas Sagradas Escrituras jamais se encontra qualquer indício no tocante ao celibato imposto como condição *sine qua non* para o ministério religioso. Seria, pois, o caso de se rebelar a CNB contra ele por ser ilegítimo, embora legal dentro da legislação do seu Direito Canônico.

5) Deixaram os prelados festivos de cumprir os deveres de sua estrita alçada quando cederam seus templos religiosos aos paredistas, em cujo interior celebraram concentrações de cunho sócio-político, desvirtuando dessa maneira a finalidade desses recintos cognominados sagrados.

Agravou-se a culpa dos “bispos” em vista das lamentáveis ocorrências verificadas no decurso das reuniões. Palavras chulas e de baixo calão por bocas desacostumadas a lugares de respeito foram berradas. Secundavam-nas gestos obscenos. A fumaça dos cigarros acesos poluía o ambiente. Os escarros assinalavam no piso a expectoração dos fumantes. Transformaram-se os confessionários penumbrosos em discretos locais de encontros amorosos da divertida moçada alheia às discussões reivindicatórias. Posteriormente, manchas de sangue foram encontradas nestes confessionários, sinal da virgindade deixada por garotas em seu interior defloradas.

Se os ordinários facilitaram a situação no interesse de ensinar ao povo o caminho da “igreja”, ensinaram-lhe mais um lugar de pândega. A bem da verdade, de resto, esses recintos instalados para o culto idólatra são muito bem empregados. Que diferença faz entre uma missa e um discurso subversivo, desde que aquela subverte o Evangelho? Que diferença faz entre uma confissão “sacramental” e um coito dentro de um confessionário? Que diferença faz entre uma ladainha e um rosário de palavrões? Se o catolicismo é a “mestra das feitiçarias” e “a mãe das prostituições” pintada naquela mulher amazona do Apocalipse, está em sua atuação montar a besta da política.

6) Apoiaram ativamente e açularam a greve dos metalúrgicos. De repente, as circunstâncias do seu desmascaramento fizeram-nos recuar e esconder-se nos camarins. Esvaziou-se o movimento paredista. Os piquetes se recolheram e deixaram livres as entradas das fábricas. Os trabalhadores reiniciaram suas atividades.

É normal a ocorrência daquele período de recomposição da sistemática de trabalho e recomposição dos seus quadros. E aconteceu a indesejável e sempre lamentável dispensa de operários por parte das metalúrgicas do ABC. Mais de 400, segundo informações da Imprensa. Os “bispos” embandeirados não perderam seu emprego. Em suas mesas o alimento permanece inalterável. Continuam instalados em suas residências.

E os 400? Teria condições de sustentá-los o fundo da greve?

Já que o cardeal e o “bispo” Hummes franquearam seus templos para as concentrações reivindicatórias, seria o caso de lhes permitir moradia nesses recintos. Ou nos próprios palácios episcopais. E que se assentassem com os filhos à mesa dos prelados.

Seria, outrossim, de raríssima oportunidade se conduzirem com idêntico esquema em favor dos outros três mil que a Volkswagen dispensou no final de 1980.

Arns prometeu: “A Igreja não cede. Continuará a ajudar os operários e não deixará que eles passem fome” (VEJA, 30/04/80). Certamente toda esta gente despedida está sendo com suas famílias sustentada pela “igreja”. O cardeal prometeu! Vamos, portanto, verificar se é verdade?

Dinheiro em grande fartura não falta ao clero. Até num convento da pequena cidade de Vinhedo, nas circunvizinhanças de Jundiá, Estado de São Paulo, o numerário é abundante. Comprova-o a ocorrência de um assalto ao Mosteiro de São Bento daquela localidade na noite de 7 de março de 1981. Os oito clérigos, sem qualquer possibilidade de reação, presenciaram o saque, que durou duas horas. E os larápios, além de jóias, relógios e canetas, comeram e beberam e se regalaram e, além das jóias, relógios e canetas, levaram 14 mil marcos alemães (cerca de 476 mil cruzeiros), 5 mil e 500 dólares (cerca de 400 mil cruzeiros) e mais 50 mil cruzeiros. Os monges guardam mais moedas estrangeiras (marcos e dólares) do que o nosso fraco cruzeiro.

Arns, juntando toda a dinheirama dos conventos e casas paroquiais, alimentaria e cobriria todas as despesas dos operários demitidos.

7) Os metalúrgicos, por serem os melhor remunerados do País, são os operários elitizados porque funcionários das poderosas fábricas de

automóveis, as vacas sagradas também do capitalismo brasileiro. Conforme já vimos no primeiro capítulo desta parte, o aumento por eles obtido em 1979 suplantou o índice de inflação.

Os 18 dias de greve em 1980, porque os seus participantes não levaram em consideração o seu *status* de os mais bem aquinhoados operários desta Nação, acarretaram enormes prejuízos da cifra de 20 bilhões de cruzeiros. Deixaram de ser fabricados 50.350 veículos, correspondendo na época a um faturamento de 12 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, privando-se o recolhimento de impostos de cerca de 4 bilhões. Pelo menos 3.500 carretas paradas à falta de transporte atravancavam as ruas de São Bernardo do Campo, causando aos carreteiros um prejuízo de 55 milhões de cruzeiros (VEJA, 23/04/80).

Nem pudera a indústria automobilística se refazer dos danos causados pela represália paredista e já em outubro passou a ser afetada diretamente pela crise econômica que assola o País, provocando a sensível queda de produção.

A crise vem forçando acentuada queda na comercialização de automóveis. A Fiat, em fevereiro deste ano de 1981 vendeu apenas 4.500 veículos, 39,8% a menos que os 7.474 de janeiro e 52,5% a menos que os 9.413 de fevereiro de 1980. A Volkswagen teve quedas de respectivamente 54,8% e 67,3% em fevereiro deste ano (13.782 unidades vendidas) em comparação com janeiro e com fevereiro de 1980, quando o total vendido foi de 30.476 e 42.036 unidades.

Como resultado da retração do mercado, decresceu em idêntico nível a fabricação. Só na Volkswagen, em que a produção de novembro de 1980 fora de 2.300 carros por dia, passou em fevereiro deste ano para 1.200 unidades diárias e até a metade do ano baixará para 750.

Pouca venda, pouca produção. Pouca produção, menos empregados. Em última análise, o problema do desemprego. É a recessão. Essa complexa problemática que se extrapõe das fábricas de automóveis para a indústria paralela como a de auto-peças e para as concessionárias revendedoras. Em consequência, já na metade deste ano de 1981, a pouco mais de um ano da greve, mais de 20 mil pessoas foram demitidas, incluindo-se os dispensados também das fábricas de implementos e acessórios e das concessionárias revendedoras. Só a Volkswagen, nos primeiros dias de janeiro de 1981 dispensou cerca de 4 mil empregados e até março mais 5 mil. E agora, em fins de abril, dentro do seu organograma das dispensas, despedirá mais 5 mil operários.

As empresas, nesta conjuntura de recessão, querem desconhecer constituírem-se também uma comunidade de homens. Nesta comunidade, o capital é importante, a máquina sofisticada é necessária,

a matéria-prima é indispensável. Mas o homem que nela trabalha é muito mais importante, muito mais essencial.

A dispensa em massa dos empregados pode representar para a empresa uma solução viável no momento. Porém, solução ilusória. Ilusória por criar problemas mais agudos e de repercussão social de consequências imprevisíveis.

Em momentos de recessão todos devem sofrer. Também os empresários, limitando os lucros por cifras inferiores aos seus prognósticos. E mesmo na eventualidade de prejuízos.

Na perspectiva de prejuízos, o trabalhador precisa ser considerado Pessoa Humana.

Esta resolução, contudo, requer da parte do empresário uma estrutura moral enraizada em profundas convicções evangélicas que os “bispos” são incapazes de inspirar simplesmente porque não as têm.

Por outro lado, a exportação de veículos também vem caindo em linha vertical. O produto brasileiro é no Exterior refugado como de má qualidade. Esta má qualidade, outrossim, decorre de nossa carência de mão-de-obra especializada.

A absoluta maioria dos empregados de nossas fábricas de automóveis e seus implementos e acessórios se preocupa em receber altos salários, mas se descuida quanto ao aperfeiçoamento do seu trabalho.

A ganância de lucros por parte dos empresários e a sede de crescentes salários por parte dos empregados, porque estes não querem se inferiorizar àqueles que lhes dão o mau exemplo, a ganância, se torna um dos fatores da crise.

Afinal, o problema da indústria automobilística é um corolário da crise financeira geral. E esta crise financeira, em última análise, procede de uma crise moral que afeta todos os segmentos da Sociedade Brasileira, desde os altos escalões do Governo até a massa, desde os magnatas do comércio e do empresariado, passando pelos médios e pequenos comércio e indústria, até aos consumidores.

A crise moral é crise de consciência. E crise de consciência jamais terá solução na mudança das estruturas sócio-econômico-políticas, pois estas próprias estruturas são compostas pelos homens. A reforma dessas estruturas, portanto, só pode decorrer da reforma dos homens que as compõem. E este trabalho cabe à religião.

Ora, se a religião dos “bispos” é incapaz de promover esta elevação moral da consciência dos seus fiéis (e isto já está de sobejo provado e muito além de comprovado), o que se fará com ela?

Dar-se-lhe-á o mesmo destino dos objetos imprestáveis. A lata do lixo!

A lata do lixo é para onde a Sociedade Brasileira deveria jogar os “bispos” e a religião deles!

8) Na rota da elitização dos metalúrgicos, instigaram à greve os trabalhadores remunerados acima dos demais assalariados deste País. Pôs-se o clero ao lado dos operários mais bem remunerados e aquinhoados com os mais substanciais aumentos. Com efeito, um funileiro da indústria automobilística, cuja média salarial era de 10 mil e 600 cruzeiros foi, entre março e dezembro de 1979, para 19 mil cruzeiros. A de um mecânico, que era de 13 mil, evoluiu para 25 mil. Aumentos de 79% e 92% nesse período de março a dezembro de 1979.

A CNBB, que está ao lado dos operários poderosos, porque o clero sempre esteve ao lado dos poderosos, jamais se pronunciou, por exemplo, em favor dos injustiçados aposentados e funcionários estaduais que, percebendo 25 mil cruzeiros, tiveram, em 1979, o inexpressivo aumento de 8%.

Os desgraçados moradores de seus latifúndios, como vimos na parte anterior deste livro, passam fome e seus filhos, em resultado da fome crônica, têm lesionados seus cérebros.

Os pobres médicos residentes, em 1980, se rebelaram contra a sua situação injusta. Nenhuma palavra de apoio da CNBB. Os hospitais do clero em São Paulo pagam a esses médicos residentes a remuneração de apenas um salário mínimo e meio. E descontam-lhes as refeições. Fornecem-lhes, independente de qualquer taxa, a cama, porque assim os hospitais do clero têm nesses residentes escravos para o dia e para a noite, ali dentro dos hospitais.

São rapazes que estudaram em Faculdades de Medicina dos Estados do Nordeste. Lutaram durante aqueles anos de estudo. Vêm para São Paulo fazer residência com o intuito de se aprimorarem. Os hospitais do Governo estão sempre lotados dessa gente. Forçosamente caem nos hospitais dos “padres” e pelos “padres” são espoliados e oprimidos.

Arns não vê esse drama. Não quer ver.

Não vê também a situação dos professores dos colégios católicos, de “padres” e de freiras, de sua Arquidiocese. Não lhe interessa. O metalúrgico do ABC tem estômago, filhos, aluguel de casa... Os professores estão livres de tudo isso... Eles não precisam... Ou que se danem! São escravos da padralhada! E que se contentem com essa insigne honra!

A CNBB não quis ver a situação de extrema injustiça imposta aos professores dos “cursos pobres” da Universidade Católica de Salvador, com um salário correspondente a um sexto do salário dos professores dos “cursos ricos”.

Arns apoiou a greve dos metalúrgicos e lançou objurgatórias incendiárias contra os patrões. Mas por que não puxou as orelhas de Gilberto Lopes, o ordinário de Campinas, nas circunvizinhanças de São Paulo, que considerou inoportuna a greve dos professores da PUC de Campinas, onde os professores se rebelaram contra injusta dispensa de colegas?

A greve contra patrões leigos é justa. A greve contra os “padres” é “inoportuna”!

Na parte anterior deste livro verificamos o estado de opressão em que vivem os posseiros e os empregados nos latifúndios das dioceses. Quando a CNBB se voltou para esses párias, infelicitados pelo odiento clero?

Paulo Evaristo Arns poderá embair a boa fé alheia, alegando ser-lhe impossível imiscuir-se nesses fatos por ocorrerem eles em jurisdições eclesiásticas alheias à sua. Esse pormenor, contudo, não o exime de deblaterá-los em nome da Justiça, que é de alcance universal sem se circunscrever a territórios circunscricionais do clero.

Ivo Lorscheider é “bispo” em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Santo André é outro bispado, portanto, da jurisdição de outro ordinário. Todavia, ele se intrometeu na greve do ABC centralizada em São Bernardo do Campo. Destarte, Arns perfeitamente pode visitar os latifúndios das dioceses de Sobral, Campo Maior e da Arquidiocese de Fortaleza e incitar à rebelião as pobres vítimas dos “bispos” desumanos. Poderia perfeitamente ter-se engajado como cabecilha dos grevistas da Universidade Católica de Salvador.

Mas ele não mexe sequer uma palha diante da miséria perpetrada contra os médicos residentes dos hospitais católicos em sua Arquidiocese!

Dentro dos templos de seu arcebispado há episódios desabonadores de sua atuação de “bispo” venerado como “pai dos pobres”. Na igreja de São João Batista, no Brás, (este é apenas um exemplo) os vicentinos, que se dedicam exatamente aos pobres mais pobres, foram escorraçados das dependências onde faziam suas reuniões e mantinham assistência social efetiva. Enxotou-os o mesmo sacerdote esquerdista que abriu as portas do referido templo ao comando da greve do ABC (JORNAL DA TARDE, 03/05/80).

A Arquidiocese paulopolitana dispõe de um órgão jornalístico, O S. PAULO. Ora, em fins de maio de 1979, os jornalistas profissionais da Capital Paulista declararam-se em greve, a partir da madrugada do dia 23, que se prolongou por seis dias. Reivindicavam 25% de aumento

salarial e garantias de imunidade, para os delegados sindicais da redação (O S. PAULO, 25-31/05/79).

O contra-senso aconteceu! Da paralisação participaram também os empregados de O S. PAULO, órgão da Arquidiocese de Evaristo Arns, o “cardeal de choque”.

No domingo, dia 29 de maio, ocorreu o Dia das Comunicações Sociais e o único jornal da Paulicéia a não circular foi exatamente O S. PAULO, órgão de Arns. Todos os outros foram às bancas.

O exemplar do Dia das Comunicações Sociais foi entregue depois. Com o atraso de dias.

Teriam entrado na greve os funcionários de Arns apenas em solidariedade aos companheiros? Bem ao contrário! Os funcionários de O S. PAULO são os pior pagos da categoria em São Paulo. Por que em 1979 Evaristo Arns não fez pelo menos como os maus patrões metalúrgicos, os quais, apesar da ganância, deram substanciais aumentos de salário, da casa de 79 e 92%? Os de Arns, se quiseram um ridículo aumento de 25%, apelaram para a greve.

9) Evaristo Arns, adoçado, açoda-se todo diante dos microfones ao discorrer sobre política, assunto de sua preferência cardinalícia em detrimento do catecismo que, por dever de ofício, deveria ensinar aos seus arquidiocesanos. Numa dessas oportunidades de parlação conclamou: “Temos de estar unidos no momento em que se anuncia a volta à democracia para logo. O povo quer a democracia total, e não apenas o início dela” (O GLOBO, 15/9/78). Por ocasião dos conflitos no ABC, compareceu ele munido de exortações democráticas em prol da Democracia, ao ato público da catedral da Sé, convocado em protesto da prisão de cabecilhas sindicais.

Sonha o antístite com a Democracia plena como o povo quer e se insurge contra as prisões por ele consideradas arbitrárias.

Pois muito bem! E como se conduz Arns nas esferas de sua administração eclesiástica? Porventura tolera as práticas democráticas no trato dos assuntos de sua competência arquiépiscopal? Orienta seus subordinados no sentido de executá-las?

Vamos a um fato! Por sinal, ainda outro fato contrário às suas palavras.

Dentre as várias organizações religiosas e assistenciais da arquidiocese de S. Paulo, há a ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DA CARIDADE, já de longa existência e dotada de larga folha de serviços prestados à comunidade, como, de resto, o próprio nome indica, destinada ao exercício da caridade aos necessitados. Ela recebe, conforme seus estatutos, a orientação espiritual de um sacerdote

nomeado pela autoridade arquidiocesana cognominado diretor espiritual.

No dia 26 de Junho de 1979 ocorreram as eleições estatutárias para a renovação de sua diretoria. A admitir-se a sinceridade democrática do arcebispo, o pleito deveria se verificar no maior respeito democrático. Isto, todavia, não aconteceu, pois a Democracia apregoada e decantada por Arans saiu gravemente ferida.

Com efeito, o sr. Ernesto de Paula, antigo “bispo” resignatário de Piracicaba, em longo ócio instalado na Capital, é o diretor espiritual da entidade nomeado pelo cardeal arcebispo.

Queria ele a eleição de candidatas de sua preferência à diretoria da instituição e, alegando atender “ordens superiores” (vindas do arcebispo metropolitano que é quem dá essas “ordens superiores”), pressionou a presidente a escrever uma carta renunciando sua candidatura à reeleição.

A presidente vítima do arbítrio, desorientada, escreveu essa carta em cujo final apresentou os nomes de uma chapa que, em condições normais, deveria concorrer com as outras candidatas.

Sem qualquer aval jurídico, vetou o comparecimento da presidente à assembleia das eleições cuja presidência lhe cabia por direito. E durante essa assembleia irregular, irregularmente

presidida por ele, diretor espiritual, sem atribuições de ingerência na administração da sociedade, Ernesto de Paula leu com pressa, “mal e rapidamente”, a carta-renúncia da presidente, ausente por imposição dele próprio. Omitiu, ainda, a leitura do trecho em que aparecia a indicação dos nomes das candidatas, sonhando, dessa forma, uma chapa concorrente.

O arbitrário e auto-imposto presidente *ad-hoc*, prevendo a derrota da chapa de sua predileção, contrariou o regimento e, sem ser dama de caridade, apesar de também usar saia, votando ele próprio e determinando a uma eleitora votasse duas vezes. Sem esses dois votos desonestos, a chapa de sua preferência teria sido derrotada.

Em vista da imposta ausência da presidente a quem competia presidir a assembleia, o “bispo”, diretor espiritual, por certo, ainda “atendendo ordens superiores”, impôs à secretária deixasse na ata de eleição simulada um espaço em branco para que a presidente distante depois a assinasse. Assim, tudo transcorreu no bom estilo democrático de Fidel Castro!

É essa uma pequena amostra da democracia exercida nas instituições sediadas na jurisdição de Evaristo Arns, o pregoeiro dos Direitos Humanos.

MEDICE, CUJA TEIPSUM - é o aforismo latino mui a calhar aos ordinários progressistas. **Médico, cura-te a ti mesmo!**

.oOo.

OUTROS CRIMES QUE OS “PADRES” ESTÃO FAZENDO

**“Não os imiteis nas suas obras;
porque dizem e não fazem.
Atam fardos pesados e difíceis de carregar
e os põem sobre os ombros dos homens,
entretanto eles mesmos
nem com o dedo querem movê-los”**

(Mateus 23.3-4)

.oOo.

O CLERO DEVASTA O BRASIL

René Novais, do Instituto de Pesquisas Espaciais, informou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, que o Vaticano, por ter todo o controle acionário do Grupo Liquid Farm, é proprietário da Fazenda Suiá-Missu, no norte do Estado de Mato Grosso, onde ocorreu o maior desmatamento da Amazônia.

Recorde-se o combate da CNBB às multinacionais. É a incoerência uma constante do clero! Se, de um lado, condena as multinacionais por destruírem a ecologia amazônica, de outro, participa acionariamente de uma dessas empresas, no caso a Lichichimica, a Liquid Farm, empresa italiana atuante em nosso País por meio de diversas empresas do setor petroquímico, encabeçadas pela Liquigás (O ESTADO DE S. PAULO, 17/05/79).

A Campanha da Fraternidade, todos os anos, por ocasião do período da quaresma, promovida pelo clero em todo o País, em 1979, adotou o *slogan* PRESERVA O QUE É DE TODOS, tendo em vista a preservação da natureza. Ele próprio, no entanto, se contradiz e dá o exemplo oposto.

Com efeito, a Arquidiocese de São Paulo, exatamente a do governo eclesiástico do cardeal Evaristo Arns, possui a extensa área de 526.790 metros quadrados em Taboão da Serra, município próximo da Capital de São Paulo, já com cerca de 150 indústrias. Localiza-se a referida propriedade às margens do Córrego Poá, junto do bairro cognominado Jardim Monte Alegre.

Nessa área havia uma magnífica e exuberante mata, um autêntico pulmão verde de Taboão da Serra, cidade ameaçada pela poluição.

Sem quaisquer escrúpulos, a cúria metropolitana, do ordinário Arns, contratou os serviços de terraplanagem à firma Esquadro visando a implantação de um grande loteamento de cerca de dois mil lotes a produzir uma fabulosa arrecadação para o arcebispado.

Torno a lembrar que o termo “ordinário” não tem qualquer teor pejorativo, mas seu emprego é de bom vocabulário canônico.

E, em resultado do desmatamento, as inundações no tempo das chuvas se transformaram em real calamidade e atingem, sobretudo, o bairro Cidade Intercap, obrigando o abandono de muitas casas.

Ao “cardeal dos pobres” (?) pouco ou nada se lhe dá a séria complicação causada para muita gente com esse loteamento que liquidou o pulmão verde de Taboão da Serra (JORNAL DA TARDE, 19/06/79).

.oOo.

UM “BISPO” E UM “PADRE” DÃO PÉSSIMO EXEMPLO

Como se fosse novidade! O que eles fazem, senão dar maus exemplos?

O “bispo” é do Paraná e o sacerdote, do Estado de São Paulo.

O primeiro caso envolveu o diocesano de Campo Mourão, no norte do Paraná, sr. Eliseu Simões Mendes, e aconteceu em Goio-Erê, cuja paróquia é subordinada a seu bispado.

Uma comissão representativa de uns três mil habitantes de Goio-Erê encaminhou à nunciatura apostólica extenso abaixo-assinado secundado de alentada documentação exigindo o afastamento do “bispo” ou, em último recurso, a transferência da paróquia para a jurisdição do bispado de Umuarama.

Os signatários reclamantes acusam o prelado de ser “negligente” com o trabalho pastoral na região e de “ter unicamente interesses econômicos na cidade”.

O povo católico ia suportando a situação. A última gota de água foi a retirada pelo sr. Eliseu de quatro sacerdotes da Ordem Xaveriana que trabalhavam na cidade, substituindo-os pelo “padre” secular Luiz de Paoli, “bastante ligado ao esquema do bispo de Campos Mourão”.

Embora há anos se descurou da assistência episcopal à paróquia de Goio-Erê, nela tem seus interesses econômicos. O jornal local, a FOLHA DO VALE DO PIQUIRI, e a RÁDIO GOIO-ERÊ são de sua propriedade, bem como uma fazenda de 40 alqueires.

A rádio pertencia à paróquia e foi adquirida com dinheiro arrecadado dos fiéis. Pois bem, a emissora foi transferida para os dois: o “bispo” e o atual vigário.

Goio-Erê sonha ser sede de bispado e nesse projeto os fiéis romanistas compraram um enorme terreno no centro da cidade destinado à construção da futura catedral. O vigário Luiz de Paoli construiu um prédio em parte do terreno, inutilizando-o para o fim a que destinava. E alugou o prédio ao Banco Itaú, embolsando a renda dos alugueres (O ESTADO DE S. PAULO, 17/09/80).

Os “bispos” da província eclesiástica de Maringá, sob cuja circunscrição se acha o bispado de Campo Mourão, e de outras regiões, ao todo dezesseis, hipotecaram “irrestrita solidariedade” a Eliseu

Simões Mendes, como se fosse ele uma indefesa vítima de desalmados revoltados.

A pedido de Jaime Luiz Coelho, arcebispo de Maringá, O ESTADO DE S. PAULO, em 27/09/80, publicou a aludida carta.

Nessa epístola laudatória ao prelado de Campo Mourão, entanto, não aparece qualquer explicação ou defesa das denúncias feitas pelo povo contra ele.

O sacerdote a dar péssimo exemplo é o vigário de Inúbia Paulista, no Estado de São Paulo, a se desentender com o prefeito Wladimir Romão Guilherme.

Sabe-se do fato de ser habitualmente construída toda matriz paroquial numa praça de propriedade da paróquia. Em Inúbia Paulista, por exceção, a “igreja” e o salão paroquial foram construídos em terreno da Prefeitura.

O vigário Domingos Manara decidiu “apelar para a ignorância” no afã de forçar a Prefeitura a doar esse terreno à paróquia.

Os descabidos e intempestivos modos do vigário aprofundaram o descontentamento mesmo porque ele passou a cobrar o aluguel de um salário mínimo para qualquer reunião de entidades alheias aos quadros religiosos da paróquia. Não satisfeito com a inconformação do prefeito, Domingos Manara resolveu impedir a cessão do salão paroquial, lacrando sua porta com vigoroso cadeado.

Tendo sido o salão sempre usado para reuniões públicas, tanto mais que fora construído pelo povo, o prefeito mandou arrebentar o cadeado e abrir o salão, permitindo assim que um grupo de senhoras da sociedade local realizasse uma quermesse beneficente.

O “pe.” Manara trepou nos tamancos. Como revide, fechou a matriz paroquial, retirou dela o “santíssimo sacramento”, suspendeu o fornecimento das certidões e a realização de cursos religiosos. A greve total!

A Prefeitura, valendo-se do próprio estatuto do salão paroquial, destituiu sua diretoria por considerá-la ilegal e providenciou eleições para uma nova a fim de responder pela entidade. Comunicou, outrossim, ao “bispo” de Marília, a cuja jurisdição diocesana pertence a paróquia de Inúbia Paulista, que só concordará em doar o terreno, que legalmente lhe pertence, se forem satisfeitas as condições de substituir o vigário e de ceder o prédio do salão paroquial para promoções da Prefeitura e de entidades filantrópicas (O ESTADO DE S. PAULO, 17/09/80).

.oOo.

DEBALDE

A TENTATIVA DO BALDUÍNO

BALDOSO

Balduíno tem como prenome Tomás e é baldoso (manhoso) “bispo” de Goiás Velho, no Estado de Goiás, que, em companhia de Casaldáliga, o prelado declaradamente comunista de São Félix do Araguaia, é exímio baldoador (insultador) das Autoridades.

Baldados os esforços do Balduíno

O baldoso Balduíno resolveu fazer outra baldroca (trapaça). Habitado a ser balduína (locomotiva velha) foi à Imprensa e baldeou de sua baldia cabeça a denúncia contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos o haver “interceptado correspondência por ele enviada através do serviço de entrega rápida, que demora no máximo 24 horas, atribuindo a falha ao Centro de Triagem, que tem ligações com os órgãos de informação do Governo”.

A ECT, tomando conhecimento da pública acusação e da grave suspeita, mobilizou as suas diretorias regionais de Goiás, Brasília e Bahia, no objetivo de desvendar a questão.

O resultado é esta magnífica apuração, resultado a definir o baldoso Balduíno baldado (frustrado):

“1 – No dia 21/01, o Conselho Indigenista Missionário postou, na agência da Estação Rodoviária de Brasília, sob o número de registro 538.172 – Entrega Rápida, envelope destinado a

DOM TOMÁS BALDUÍNO

A/C LUIZ NOVA LULA

Rua Marujos do Brasil, 21 – apto. 802

Fone 242-9428

40.000 – SALVADOR – BA

2 – O envelope foi entregue no dia seguinte, 22/01, mediante recibo, ao sr. Jorge, porteiro do prédio situado no endereço do destinatário.

3 – No dia 28/01, o porteiro, ao ser procurado por elemento da Diretoria Regional da Bahia, mostrou o envelope ainda em seu poder e disse não ter entregue o mesmo por desconhecer ser o destinatário morador do prédio.

4 – A declaração do porteiro foi testemunhada pela sra. Lígia Maria Sá da Nova Silva, irmã de Luiz Henrique Sá da

Nova, residente no endereço do destinatário, pois não existe Luiz Nova Lula, aos cuidados de quem foi remetido o envelope destinado ao prelado.

5 – Por interferência do servidor da Diretoria Regional, o porteiro concordou em entregar o envelope a d. Lígia.

Como pode ser concluído do exposto, cujos comprovantes estão anexados por cópias, não houve qualquer falha dos serviços dos correios, que cumpriram rigorosamente sua missão.

Resta-nos apenas lamentar o procedimento injusto de d. Tomás Balduino ao lançar acusações infundadas aos correios, fato, aliás, que não constitui surpresa para nós. Tivesse o bispo procurado a nossa Diretoria Regional, em tempo oportuno, poderia ter feito bom uso dos materiais contidos no envelope.

DIRCEU BONECKER DE SOUZA LOBO

vice-presidente no exercício da Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos” (JORNAL DA TARDE. 10/02/81).

Ao porteiro do prédio, sr. Jorge, nota dez.

À Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, põe dez nisso! Tantos dez e todos elevados à décima milionésima potência!!! Serviço além de perfeito! Deixou na pior “deriva” o baldoador Balduino. Atirou no balde baldo (inútil) porque furado de sua baldroca.

Foi Balduino aos jornais a baldear seu balde de baldoadas (acusações) no intento de baldoar (enganar) o povo. Supunha ele ser o Correio aquela balduína (velha locomotiva) emperrada, enferrujada, dos velhos tempos.

Debalde o baldoar do Balduino... Baldada sua tentativa e desmascarado o Balduino, terá o Balduino a dignidade de, pela Imprensa também, pedir desculpas ao ECT? E, mais ainda, ao público que ele quis baldrocar (enganar) com suas baldadas mentiras?

Isso jamais fará! Falta-lhe estatura moral. Poderá ficar pelos cantos, qual balduína a guinchar suas baldas lamúrias, por lhe ter sido baldado o intento de baldoar o Correio.

.oOo.

BANQUEIRO DE CONFIANÇA DO VATICANO

VAI PARA A CADEIA

O comendador Luigi Mennini é “o homem mais poderoso das finanças do papa”, proclama o jornal LA STAMPA.

Reconhecia-o Paulo VI um gênio em matéria de finanças internacionais a ponto de nomeá-lo 24 horas após sua entronização no sumo-pontificado católico “camareiro de honra de sua santidade”, um dos pomposos títulos com o qual o “papa” distingue raríssimos cidadãos no mundo inteiro.

O comendador é um esperto comedor.

Luigi Mennini, agora com 70 anos, pai de 14 filhos, sendo dois deles sacerdotes, é, desde 1962, nomeado por João XXIII, alto funcionário do Instituto para as Obras de Religiosos, nome este sob o qual se esconde o poderoso Banco do Vaticano. Nessa condição profissional é ele, como autêntico testa-de-ferro nas fabulosas negociatas do Vaticano, o braço direito do “bispo” Paul Marcinkus, o presidente deste Banco.

Lembre-se de passagem, aliás, a outra função de Marcinkus: chefe da guarda pessoal de João Paulo II em suas viagens internacionais. Como ninguém, ele luta caratê e dispõe de força física descomunal. Os jornalistas brasileiros têm muita queixa dele, devido a suas grosserias quando da visita de João Paulo II ao Brasil. Com chutes rápidos e vigorosos nas canelas da moçada dos jornais deixou aqui muita gente pulando manco.

O comendador camareiro de honra de “sua santidade” envolveu-se em altas negociatas com Michele Sindona, recentemente preso nos Estados Unidos por falência fraudulenta, em 1974, do Franklin National Bank, de sua propriedade e com grossas transações com o Banco do Vaticano.

O financista italiano, também acusado de haver provocado a quebra do Banco Privado Financeiro, participou com mais de 50% do capital da sociedade intermediária de divisas Moneyrex, por ele vendida ao Narotny Bank, de Moscou (O ESTADO DE S. PAULO, 10/04/81). O “salvador da lira”, em suas negociatas, além de atingir a América do Norte, ainda incursionou pela Rússia.

Esse Sindona também foi membro do comitê executivo da Banca Unione, da mesma sociedade do Banco do Vaticano. Uma panela só! Franklyn Bank, nos Estados Unidos; Banca Unione, na Itália; e Instituto para as Obras de Religiosos (apelido do Banco do Vaticano), no Vaticano.

Essa Banca Unione, há pouco também faliu fraudulentamente com um arrombo de 2 bilhões e meio de liras.

Se Mennini é pelo Vaticano aplaudido como “um mago das finanças nos meios internacionais”, este fraudulentamente falido Michele Sindona era considerado pelo então primeiro ministro italiano Giulio Andreotti como “o salvador da lira”.

Recorde-se ser Andreotti um dos expoentes do Partido Demócrata Cristão, partido do Vaticano que, desde 1945, comanda na Itália.

O Banco do Vaticano não tem mais do que 6 mil clientes e seus depósitos superam os 2 trilhões de liras. Em 1977 transacionou em vultosos negócios 36 milhões de dólares, que renderam para as bruacas do Vaticano a avultada importância de 3 milhões e 600 mil dólares.

Quando estourou a crise nos Bancos de Michele Sindona, com rara habilidade, Mennini conseguiu reduzir notavelmente os prejuízos do Vaticano.

Conquanto o “papa” o considere um mago das finanças nos meios internacionais, acusado de participar de altas e desonestas negociações e de se envolver na falência fraudulenta de Sindona, Mennini foi preso.

Sorte do Vaticano se ele conseguir se “explicar” e sair da cadeia. Ou se, permanecendo detido, for capaz de guardar firme os “segredos”.

E vem ao Brasil João Paulo II falar de ajuda aos pobres, aos oprimidos... E vem a CNBB reclamar atuação eficiente em prol da ascensão social e econômica dos desamparados... Servem eles a pantagruélica superpotência capitalista do Vaticano, cujo testa-de-ferro está às voltas com gravíssimas denúncias por virem à tona as maroteiras da súcia...

.oOo.

CLÍNICA DE “PADRES”, ÁVIDA POR GRANDES LUCROS

A Clínica Infantil do Ipiranga existe há 50 anos no populoso bairro do Ipiranga, em São Paulo. Ao logo do seu meio século de existência tem oferecido o melhor atendimento possível às crianças pobres. Já em seu 50º ano seus médicos preceptores e residentes mantêm a revista *Pediatria Prática* e elaboraram dois livros sob pediatria reputados de qualidade clássica na literatura médica.

Essa atuação conceitua a referida Clínica entre os mais antigos institutos de pesquisa e ensino médico de São Paulo e lhe fez jus a

receber prêmios por pesquisas e trabalhos científicos de muitas escolas médicas.

Há 15 anos a instituição passou a ser administrada pelos “padres” da Ordem de São Camilo, também proprietária do Hospital São Camilo, na Vila Pompéia, São Paulo, um dos hospitais mais caros da Capital Paulista, com considerável patrimônio a constantemente engolir casas vizinhas para a ampliação dos seus serviços, de destacada potência hospitalar que é.

O episódio a ser narrado envolve toda a Ordem de São Camilo em São Paulo e, de forma particular, o “pe.” Niversindo Cherubin, diretor executivo dessa Ordem, e o “pe.” Renato Paschoal, diretor superintendente da Clínica Infantil do Ipiranga.

O que estão fazendo os “padres”?

As ocorrências o revelarão!

No dia 31 de dezembro de 1980, a administração decidiu extinguir a residência médica para os estagiários do 2º ano, sendo, em consequência, dispensados 18 estudantes. No dia 20 de janeiro de 1981, foram demitidos os restantes 16 residentes e mais 18 médicos preceptores.

Pesa sobre a Clínica Infantil do Ipiranga a ameaça de extinção! Contra essa possibilidade insurge-se seu corpo clínico apoiado pelo Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo.

Os sacerdotes camilianos, responsáveis pela administração da Clínica, estão comprometendo todo o trabalho da instituição açulados simplesmente pela usura. Com efeito, o Dr. Agrimeron Cavalcante, presidente do Sindicato dos Médicos resumiu a situação: “Enquanto houver residência médica, haverá resistência à mercantilização. A extinção da residência e, conseqüentemente, o fim da pesquisa e do ensino, que para a Clínica representa um aumento de ganhos, para a população, para os médicos e para o desenvolvimento da ciência médica será uma grande perda” (JORNAL DA TARDE, 31/01/81).

Ainda, consoante o médico Agrimeron, a persistirem os “padres” no seu programa, a Clínica “será um patrimônio destruído”. Lembra também que “pesquisa e ensino significam dispêndios, enquanto uma empresa voltada apenas ao atendimento médico por ser fonte de lucros” (Idem, 02/02/81).

O Dr. Nelson Proença, representante da Associação Paulista de Medicina, reconhece ser o fator econômico a causa da resolução dos “padres”: “Aquilo que antes era considerado e aceito como um ônus a ser distribuído por toda a coletividade, para que ele não tivesse a preocupação do superávit, dos lucros no final, passou a ser visto de forma diferente”. E conclui: “Os próprios sistemas hospitalares

passaram a ver no hospital uma possibilidade de lucro” (Idem, 31/01/81).

Lucro! É a meta prioritária dos clérigos em todos os seus empreendimentos. No lugar do coração eles têm um cofre e querem abarrotá-lo sempre mais. Nada se lhes dá o abandono daquelas 300 crianças diariamente atendidas pela Clínica antes dessa verdadeira e trágica revolução do fim de 80.

Em substituição dos 52 demitidos, a Clínica contratou 14 médicos, mas, ao reabrir o atendimento ao público, contou apenas com uma médica plantonista. No domingo, 3 de fevereiro, com um único médico, o Pronto Socorro previdenciário esteve de plantão somente a partir das 12 horas.

Instalou-se na Clínica Infantil do Ipiranga, de propriedade dos “padres” camilianos, o clima de terror!

Ameaçados de demissão, os funcionários se esquivavam de falar a estranhos. A direção negava-se a dar esclarecimentos e entrevistas, tendo proibido a entrada da Imprensa.

Os médicos exonerados, também esbulhados em seus direitos trabalhistas, resolveram entrar nas dependências da Clínica para se reunirem na condição de associados do Centro de Estudos Gomes de Matos, que coordena as pesquisas e a edição de publicações científicas do hospital. Ao invés de, como sacerdotes, tratarem pacificamente com os médicos, por justa causa revoltados, eles chamaram os policiais do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social).

Tentaram os policiais impedir o acesso ao hospital dos 52 médicos demitidos. A ação repressiva dos agentes do DOPS era, contudo, dificultada pelo fato de muitos médicos se vestirem normalmente, sem estarem uniformizados. Os sacerdotes da administração determinaram à enfermeira Gildete, supervisora da unidade de obstetrícia, que mostrasse aos policiais os médicos que deveriam ser impedidos de entrar.

Com a intervenção e os esclarecimentos do Dr. Jayme Murahovsky, diretor do Centro, os policiais liberaram o acesso com a condição expressa de que os médicos não circulassem por qualquer outra dependência da Clínica. E, para garantir o cumprimento da condição estabelecida, a direção colocou barreiras em todas as ligações do térreo com os andares superiores e o DOPS espalhou soldados pelos corredores do Pronto Socorro e da administração. Os policiais, sob a ordem dos clérigos, impediam os repórteres de procurar informações com outras pessoas, além das da diretoria.

O clima de tensão sob o terror se acentuou porque os agentes do DOPS permaneceram no interior do estabelecimento para barrar o

contato dos antigos médicos com os recém contratados. Os sacerdotes camilianos temiam ser estes novos médicos informados pelos demitidos.

Os Drs. Agrimeron Cavalcante e Erich Shussel (este apontado pela direção do hospital como “líder do movimento grevista”), por terem sido intimados a depor no DOPS, foram impedidos de ir a Brasília no dia 4 de fevereiro, como se havia programado. Pretendiam eles solicitar aos ministros da Saúde e da Previdência Social a intervenção federal na administração da Clínica, já que a cúria da Arquidiocese de Evaristo Arns, o “cardeal de choque”, optou pela incúria.

O terror implantado pelos sacerdotes da ganância atinge os próprios médicos recém contratados. Ameaçou-os a direção da Clínica, caso desistissem de assumir o emprego, de jamais conseguirem trabalho em qualquer um dos 800 hospitais filiados à Federação Nacional de Hospitais. Esta medida terrorista visava a impedir a debandada dos novos médicos. Com efeito, após tomar conhecimento das causas da crise, o médico Waldemar Martins de Souza Filho, o primeiro a desistir de permanecer na Clínica, sofreu este tipo de coação.

Os novos médicos se viram frustrados como os exonerados. À imitação destes, foram à cúria metropolitana no desejo de se entrevistarem com Arns e informá-lo da situação e das pressões que sobre eles pesavam. Esquivou-se o purpurado e foram eles encaminhados ao “pe.” Júlio Munaro, responsável pela Pastoral da Saúde. Este sacerdote levou à direção executiva da Congregação de São Camilo a proposta de mediação da Comissão de Justiça e Paz, outro órgão da Arquidiocese. Os camilianos simplesmente recusaram a sugestão e repeliram qualquer insinuação no sentido de se estabelecerem conversações entre as partes litigantes.

O cardeal Arns e seus “bispos” auxiliares e sufragâneo, insistentemente, reclamavam, durante a greve dos metalúrgicos, o “diálogo” entre empregadores e operários. Agora, nem conseguiu fazer valer sua condição de hierarca para sugerir e aconselhar aos seus subordinados aquilo que exigia dos empresários. Se não goza de respeito perante seus clérigos, poderá reivindicá-lo de outros?

Outros órgãos médicos (Associação Paulista de Medicina e Associação dos Hospitais de São Paulo) se uniram para tentar, por meio de negociações, solucionar o impasse da Clínica. Com a direção desta mantiveram uma reunião de três horas. Todos os argumentos foram expostos e debatidos. Intransigente na sua radicalização extrema, o “pe.” Niversindo Cherubin, diretor executivo da Congregação dos Padres de São Camilo, implantou sua decisão acima dos médicos e da população. “Com um pouco de boa vontade por parte da administração, a crise seria facilmente superada”, observaram os médicos participantes dessa reunião.

A dramática realidade da Clínica Infantil do Ipiranga, por culpa de sacerdotes gananciosos de sempre maiores lucros, foi a do clima de guerra, com o DOPS presente, ausência de médicos e o atendimento precaríssimo.

E as crianças? Que morram à míngua! Aos “padres”, na qualidade de sacerdotes de Mamom, interessa o lucro...

.oOo.

O “CUSTO DE VIDA”

Como é dizimador! Suga os salários conquistados no árduo labor quotidiano. A inflação o faz ultrapassar todas as revisões orçamentárias.

O custo de vida em crescimento incontrolável, por se atrelar à vertiginosa inflação, é o espectro dos governantes a lhes povoar as noites de pesadelos.

Quero acreditar na sinceridade do Governo quanto aos seus esforços por reprimir o desvairado crescimento do custo de vida. Acredito nessa honestidade de propósito, embora, nos limites dos meus conhecimentos de Economia, considere inadequadas certas medidas por ele perfilhadas.

Reconheço, outrossim, ser em absoluto necessária a participação ativa do povo na adoção de providências práticas e consentâneas. Destas, poderei citar exemplos: privar-se do supérfluo como o cigarro (que, além de supérfluo é nocivo), de certos passeios onerosos quando se pode encontrar lazer em recantos pitorescos da própria cidade, de roupas e calçados dispensáveis porque só impostos pela moda e de certas mordomias com as quais a classe média busca um *status* mais elevado do possível às suas condições.

Admito ainda ser a desonestidade do comércio uma das principais causas do alto custo de vida. Desonestidade essa sempre insatisfeita a exigir lucros cada vez maiores.

O movimento

Em 1973, em bairros da periferia de São Paulo, nasceu o Movimento do Custo de Vida (MCV). Começou com uma Carta das Mães às Autoridades, reclamando da crescente alta dos preços das mercadorias.

O movimento ganhou substancial reforço ao ser aplaudido pelo clero da Arquidiocese católica de São Paulo. As paróquias, sobretudo as dos bairros operários, ofereceram seus dispositivos, incluindo-se seus púlpitos, em franco apoio.

A coleta monstro

Em março de 1978, lançou-se no Colégio Arquidiocesano uma campanha com o objetivo de enfileirar um abaixo-assinado de mais de um milhão de assinaturas, precedido de um memorial exigindo o urgente atendimento de três reivindicações: pronto congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento salarial acima dos índices de crescimento do custo de vida e um abono salarial imediato sem desconto, na base de 20% para todas as classes de trabalhadores.

A coleta de assinaturas, de casa em casa e nas missas, de início nos bairros de São Paulo, estendeu-se pela Grande São Paulo e, finalmente, alastrou-se por cidades do Interior.

Principiada a operação coleta em março, determinou-se o dia 27 de agosto também de 1978 para a entrega a ser feita, na Praça da Sé, ao Presidente da República.

Muitas Autoridades, como o Governador Paulo Egídio, apoiaram o movimento. Para a solenidade da entrega foram todas elas convidadas, inclusive o Ministro da Fazenda.

Alarmado com o volume das manifestações, o Secretário da Segurança Pública de São Paulo, Cel. Ênio Viegas, no começo de agosto, proibiu o ato público da Praça da Sé por considerar esta praça aquém da capacidade para conter a multidão que, se calculava, acorreria à solenidade.

Apesar da insistência dos mentores do MCV em enfatizar a ausência de qualquer nuance política da concentração programada, a Secretaria da Segurança sustentou a proibição.

Evaristo Arns se encontrava em Roma para os funerais de Paulo VI, recentemente falecido e para a eleição e entronização de seu sucessor. Então, Mauro Morelli, um dos “bispos” auxiliares de Arns, fez as vezes do ausente titular do arcebispado. E, num gesto demagógico e de máxima imprudência, mandou abrir as portas da catedral situada na Praça da Sé. Se este logradouro secundado pelas ruas adjacentes comporta 100 ou 120 mil pessoas, a catedral pode abrigar no máximo 5 mil.

No seu palanfrório, Morelli reclamou que “o povo fosse tratado como povo”, aduzindo ainda: “Não gostaríamos que a população fosse molestada no seu direito de participação” (FOLHA DE S. PAULO,

25/08/78). Ele confundiu participação com demandas e reivindicações utópicas e inoperantes.

A assuada e a reação contrária

A despeito das advertências das Autoridades, o “bispo” Morelli conservou sua disposição de, imprudentemente, franquear a catedral.

Em se tratando de aglomeração para fins políticos, a Secretaria da Segurança Pública mobilizou a polícia e determinou um esquema de proteção ao povo na previsão da presença de agitadores, como, de resto, aconteceu. Sob essa mesma prevenção é que, em julho de 1980, agiu no objetivo de salvaguardar a pessoa de João Paulo II em sua visita a São Paulo.

Logo às 14 horas daquele domingo, 27 de agosto de 1978, a catedral transbordou de povo. Às 15 horas começou o Programa Custo de Vida no interior do tempo.

Após 15 minutos, nas escadarias da catedral, deu-se início a uma programação paralela encabeçada por elementos do movimento Liberdade e Luta ao embalo de insultos e ameaças. Sentiram-se eles justificados à mazorca pelo ambiente pluralista do interior do templo, com a presença de atores de novela, candidatos emedebistas, cantadores de baião e faixas de um tal Partido Operário (o primeiro passo do Partido dos Trabalhadores) e da Convergência Socialista.

Um dos seus oradores, também assinante do inútil abaixo-assinado, em afrontoso acinte às Autoridades, bradava, sob os aplausos dos circunstantes arruaceiros: “Subversivo é o arrocho salarial”. Generalizou-se a assuada marcada por doestos às pessoas do Poder Público. Os milicianos, sob o comando do Cel. Braga se mantiveram pacíficos, observando os acontecimentos. Somente às 16 horas e 45 minutos, após cerca de 2 horas da programação, quando a mazorca se tornara intolerável e a descambar para os extremos, tendo, outrossim, terminado o programa do interior da catedral, é que explodiu na Praça uma bomba “de efeito moral” no propósito de conter os arruaceiros das escadarias do edifício religioso. Releva notar-se a prudência dos policiais, pacientes em esperar tanto tempo.

Com o estampido do petardo e o cheiro acridoce dos gases que invadiram o recinto do templo, onde permaneciam pessoas no aguardo da missa das 17 horas, com a explosão e a fumaça entraram elas em pânico. Pânico inútil porquanto a polícia nem cogitava de entrar no templo. Um devoto destemperado, no medo de ser invadida a catedral, bradou: “Eles (os soldados) não são loucos, isso aqui é território do Vaticano”.

É a verdade

O clero considera de fato os seus templos e as suas propriedades como território do Vaticano, uma potência estrangeira a serviço da qual os sacerdotes se dispõem. Aquele desvairado, no seu espanto, disse uma grande verdade. E nós suportamos essa situação de sermos pelo Vaticano sugados.

A tardia confissão do “bispo”

Enquanto o pânico agitava os beatos da missa, Mauro Morelli, o “bispo” festivo de covinha no queixo, foi ao encontro do Cel. Braga. Explicou-lhe este: “A situação não pode ficar assim até ao anoitecer”. E o prelado, com inusitada franqueza, confessou: “Aprendemos a ouvir, pois podíamos ter evitado isso” (FOLHA DE S. PAULO, 28/08/78). E ao JORNAL DA TARDE declarou: “É difícil jogar a culpa do que aconteceu diante da catedral sobre a polícia” (31/08/78).

O verdadeiro motivo da concentração

E nem podia ser outro! Todo esse aparato da coleta de assinaturas do abaixo-assinado e da sua entrega em monumental concentração no dia 27 de agosto de 1978 atendeu a um saliente motivo político.

1978 foi ano eleitoral. Todo aquele esquema visava simplesmente à promoção política de alguns candidatos do interesse clerical. Dentre eles, um antigo Ministro do Trabalho que, nesta posição, nada fez pelo operário e que só se manifesta em vésperas de eleição.

Só queria ver

Conquanto a carestia de vida, por mais real que seja e problema digno de acurada atenção, extrapõe ao campo de competência da religião.

Reunir uma multidão para deblaterar o alto custo de vida não é lá tão difícil. Só queria ver a padralhada obter um volumoso abaixo-assinado de mais de um milhão de assinaturas e uma gigantesca concentração no intento de pleitear “Abaixo o Cigarro”.

Ou queria ver o “bispo” juntar multidão semelhante a da tarde de 27 de agosto na velha Catedral da Sé para assistir uma missa em latim pedindo luzes em favor dos Governantes a fim de encontrarem a solução certa do angustiante problema do custo de vida.

Juntar a massa em comícios de protesto contra dificuldades econômicas qualquer lunático consegue.

A fraude do abaixo-assinado

Estando ausentes do comício da Catedral da Sé as Autoridades, encaminhou-se o memorial reivindicatório assinado por um milhão e 300 mil diferentes pessoas ao Presidente da República. Em nota de 25 de setembro de 1978, o Palácio do Planalto se pronunciou e, dentre outras declarações, afirma: “O referido movimento apresenta os principais problemas que afligem a maioria das famílias brasileiras, relacionados à habitação, transporte, educação, saúde e alimentação e que constituem também a preocupação permanente do Governo, no sentido de melhor bem-estar para o povo deste País.

“As medidas solicitadas: aumento dos salários acima do custo de vida, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e abono salarial imediato e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores são medidas utópicas, românticas e inoperantes.

“Tais medidas”, acentua a nota mencionada, “se simplesmente adotadas, poderiam servir momentaneamente de paliativo, agravando, porém, todos os problemas e gerando outros futuramente”.

O Governo, contudo, mandou proceder a verificação da autenticidade das assinaturas. “Na impossibilidade de se verificar a totalidade dos signatários, em virtude do seu elevado número, bem como a ausência de dados de identificação de cada um, foi uma amostragem submetida a exame grafotécnico pelo Instituto Criminalista do DPF”.

Em seu laudo, os peritos concluíram que “grupos de pessoas lançaram respectivamente grupos de nomes, à guisa de assinatura, como se fossem de pessoas diferentes”.

Em consequência, embora se reconheça a validade do tema custo de vida, “o movimento usou de artifícios desonestos quanto ao abaixo-assinado, o que reduz ou retira, desde logo, a credibilidade indispensável à consideração dos órgãos governamentais”.

Os “artifícios desonestos” são do vezo clerical. É de sua reincidência forjar e rasurar escritos alheios. Não fazem assim com as Sagradas Escrituras? Se rasuram a Palavra de Deus, como não hão de maquinar outras grosseiras falsificações? Se já não se consumiu a papelada da fornicação, poderá se distinguir o esforço de um mesmo signatário em escrever diversos nomes com caligrafias diferentes. Os noticiários de TV, na ocasião, exibiram certas páginas desse abaixo-assinado. Qualquer semi-analfabeto poderia até no vídeo notar a falcatrua.

Enfim, à falta de esclarecimentos sensatos por parte dos dirigentes do Movimento Custo de Vida, o episódio se resumiu a uma escaramuça do clero contra o Governo no ardil de capitalizar votos em benefício de

candidatos da sacristia. Tanto assim que, passadas as eleições, o MCV nada mais disse.

Uma sugestão

Não é romântica. Nem inoperante. É assaz prática. De inquestionável viabilidade.

Dentre os signatários do abaixo-assinado do MCV, decerto há comerciantes e hortigranjeiros. Então, que eles congelem os preços. Há patrões. Que estes deem aos seus empregados um salário acima do custo de vida, que sobrepuje a inflação, e também um abono imediato. As donas-de-casa que têm empregadas domésticas podem fazer assim. O próprio Evaristo Arns, a dar um ótimo exemplo, poderia favorecer aos seus funcionários o salário reclamado pelo MCV e o imediato abono de 20%. E sem duplicar o preço da assinatura do seu jornal O S. PAULO, em cada ano com 100% de aumento.

E já que a maioria da população de São Paulo é católica, o clero, a isso obrigado por dever de ofício, poderia orientar os seus fiéis comerciantes a serem honestos nas suas transações. Se o fizessem, o problema do custo de vida estaria acentuadamente suavizado.

Arns sabe por antecipação do seu estrepitoso fracasso se intentasse a “operação consciência honesta” entre os seus fiéis. Por isso, nem a tenta... É muito fácil e lhe capitaliza aplausos, entre os esquerdistas, os idiotas e a massa ignara, convocar assuadas, agir como político de plantão e atuar como cardeal de choque.

E como passam os funcionários do Vaticano?

Eis outras sugestão para os fãs de Arns. Vão para o Vaticano trabalhar como funcionários do “papa”!

Os que lá estão curtem amargo descontentamento com seus salários. Tanto assim que no dia 19 de março último (1981), os delegados da associação, ou o que seria o sindicato, que representa 1.500 empregados do Vaticano se manifestaram favoráveis à realização de uma passeata de protesto no dia 1º de abril, caso suas reivindicações não sejam atendidas, dentre elas a de salários mais condizentes com o custo de vida, direito de pensão e horas de trabalho. O programa de protesto dos infelizes empregados do Vaticano fora anunciado à mesma hora em que João Paulo II se reunia com os operários da siderúrgica de Terni para comemorar o dia litúrgico de São José, padroeiro dos trabalhadores. Em Terni, o “papa” disse aos líderes sindicais que os operários têm direito a “um salário justo e a certa participação na administração das empresas”.

Belas palavras. Mas só palavras. Ele próprio recusa aos seus empregados até o direito de pensão!

A contradizer o palanfrório das encíclicas sociais e a verborrêia de João Paulo II, a situação dos funcionários vaticanos, ou seja, da própria Cúria Romana e do Palácio Pontifício é de clamorosa injustiça. Com efeito, tiveram eles o último reajuste salarial em fins de 1979 e o penúltimo em 1971, como se a Itália também não padecesse do alto custo de vida. Reajuste tão demorado e assim mesmo com o caráter de “benevolência e paternalismo”.

Os operários brasileiros, em particular os metalúrgicos do ABC, engodados pelo melífluo Arns, aceitariam reajustes salariais com esses lapsos? Um em 1971 e o outro em 1979?

Se no ápice dos escalões clericais é essa a situação de injustiça social, por que Arns e todos os “bispos” progressistas não começam por lá as suas arruaças contestatórias? Que comecem pela casa deles. Se querem tirar o argueiro alheio, que retirem as traves dos seus olhos...

.oOo.

A EXPULSÃO DE UM ESTRANGEIRO

Vito Miracapillo, italiano de berço e de instrução, veio em 1975 para o Brasil na condição de sacerdote católico e instalou-se como vigário na Paróquia de Ribeirão, a 90 quilômetros do Recife, em Pernambuco.

Ao se programarem, em agosto de 1980, as solenidades alusivas ao Dia da Pátria, o Prefeito local, Salomão Correia, desejou, segundo o costume de anos anteriores, incluir uma missa.

Miracapillo recusou-se terminantemente celebrá-la e alegou suas razões. De fato, nenhum sacerdote é obrigado a dizer missa comemorativa do 7 de setembro ou em regozijo pela conquista de campeonato de futebol.

Nesta recusa, coloco-me ao lado do clérigo e lhe aplaudo a iniciativa mesmo porque considero a missa uma encenação vazia de qualquer sentido. E temos programas muito mais belos e instrutivos em nossas celebrações pátrias.

Na sua arrogância clerical de quem quer estar sempre “por cima da carne seca”, alvitrou registrar em ofício escrito ao Prefeito e à Câmara

dos Vereadores os motivos de sua atitude. Dentre suas razões, ressaltou a da “não efetiva independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado dos seus direitos” e acentuou que a miséria e a fome do povo brasileiro lhe tiram a condição de Nação independente.

Agastado com a recusa do clérigo e ferido em seus bríos de brasilidade, o Prefeito solicitou ao Governo do Estado recorresse junto ao “bispo” diocesano no sentido de transferir o vigário insolente para outra localidade. O Deputado Estadual Severino Cavalcante, por seu turno, requereu ao Ministro da Justiça o enquadramento do atrevido estrangeiro na Lei dos Estrangeiros.

O Presidente da República tomou conhecimento do assunto através dos jornais de sua leitura diária. Mandou averiguar melhor a ocorrência. Ao par de tudo, encontrando-se com o nuncio apostólico, sr. Carmine Rocco, representante oficial do “papa” junto ao Governo Brasileiro, durante o desfile militar do Dia 7 de setembro, falou-lhe acerca do caso e também lhe entregou uma carta escrita por ele, de próprio punho, sobre o episódio de Ribeirão.

O nuncio apostólico nem sequer teve a delicadeza diplomática de responder ao apelo do Presidente. Além disso, posteriormente alegou falta de tempo, pois, no dia seguinte à solicitação do General Figueiredo, teve de viajar para Roma, exatamente o local onde o episódio poderia ser solucionado se os altos escalões clericais o quisessem.

O Presidente da República esperou vários dias por uma resposta e pelas providências dos hierarcas vaticanos. Esgotado seu estoque de paciência, no dia 15 de setembro, o Presidente decretou a expulsão de Miracapillo. Já no dia 18 o Supremo Tribunal Federal concedeu ao italiano o *habeas corpus* impetrado pelo advogado Erasto Vila Verde, de Brasília, interrompendo-lhe no Rio de Janeiro a viagem de volta à sua terra.

Habeas corpus é uma expressão latina que pode ser traduzida por “que tenhas o teu corpo” e que, em jurisprudência se entende como a garantia constitucional outorgada em favor de quem sofre ou se considera ameaçado de sofrer violência ou coação por abuso de poder.

No dia 30 de outubro, ainda de 1980, a Suprema Corte de Justiça se reuniu para julgar, o *habeas corpus*. No transcurso do julgamento, quando a cúpula da CNBB se fizera representar, todos os Ministros do STF acolheram parecer da Procuradoria Geral da República afirmando a competência exclusiva do Presidente da República para declarar a nocividade da presença do estrangeiro no Brasil e decretar sua expulsão. Com esse fundamento legal, o Ministro Relator Djaci Falcão indeferiu três dos quatro *habeas corpus* impetrados e julgados simultaneamente.

Seguiram-se os votos dos Ministros desdobrados em citações doutrinárias e jurisprudenciais. O Ministro Presidente do STF, Antonio Nader, sucinto, elucidou: “Se o padre, não por ser padre, mas por ser estrangeiro, praticou atividade política que a lei lhe veda, como não se pode admitir a sua expulsão?”

E, pela unanimidade dos seus 11 votos, o STF derrubou o *habeas corpus* e acatou a decisão do Presidente da República.

Vito Maracapillo aguardou, como hóspede da CNBB em Brasília, a sentença da Suprema Corte.

Nos corredores do Planalto compararam o “padre” refugiado à Dorinha Durval, que matou a tiros de revólver o marido e agora, com o crime consumado, diz que não teve essa intenção. Com efeito, Miracapillo, na expectativa da sentença final, omitindo a lembrança dos seus ofícios desabridos de seus motivos ao Prefeito, procurou defender-se explicando não haver ele recusado dizer a tal missa. Apenas negou-se a celebrá-la no dia e hora marcados pelo Prefeito a quem não cabe determinar horas de missas. Mantido o decreto de expulsão, o “pe.” Miracapillo, e escoltado por agentes da Polícia Federal, embarcou de regresso definitivo aos seus rincões italianos.

O entrevero protagonizado por Miracapillo não teria a repercussão ocorrida se a CNBB, radicalizada, não houvesse encampado a defesa do insolente. Ela assim se conduziu no interesse de agitar a opinião pública e, distorcendo fatos e com provocações, acirrar os ânimos contra os Poderes constituídos, tendo em mira futuros riscos de expulsão de outros sacerdotes dos mais de 5 mil “padres” estrangeiros que vivem no Brasil e de algum “bispo” dos 57 prelados também estrangeiros lotados em dioceses brasileiras. Desencadeou agitada tempestade no intuito de intimidar o Governo movendo-o a se precaver em outras oportunidades.

A Imprensa que, com raras exceções, é sabuja do clero e com a agravante de ser minada pelo esquerdismo político e, por isso, quase sempre acolhedora das atitudes burras dos “bispos” festivos, cobriu páginas e páginas dos seus jornais e ocupou longos minutos de suas rádios e TVs em deblaterar a decisão do Governo transformando o atrevido em perseguido.

A Imprensa que, segundo Max Weber, é uma das mentiras da civilização, mal intencionada, ocultou a longa paciência do Presidente da República em esperar as providências das autoridades vaticanas. Escondeu, outrossim, informações sobre a legislação dos estrangeiros em outros países da Europa, muito mais severa do que a nossa.

Tão severa que, na França, onde ocorre a campanha eleitoral a culminar nas urnas de maio de 1981, um candidato à Presidência da República, o comunista Mitterand, em sua plataforma de propaganda

promete a expulsão dos estrangeiros, especialmente dos portugueses e norte-americanos.

Que algum brasileiro, na Itália, por exemplo, se afoite a ensinar italianidade e como conseguir a sua independência! Que experimente na França ou na Inglaterra! E nos países socialistas? Expressiva parte de nossa população descende de estrangeiros. Eu mesmo procedo de pais europeus. Eles testificam ser o Brasil uma terra “onde basta desembarcar para se tornar brasileiro”. Garanto que não trocam jamais o Brasil pelo seu país de origem. Mas sabem respeitar a terra acolhedora. Sem críticas atentatórias à soberania nacional, com seu trabalho lutaram em prol de nossa efetiva independência. E aprenderam a amar o Brasil.

Sou brasileiro! Como cristão, submeto-me às Autoridades constituídas. Reconheço os méritos das suas lutas. Admito também as suas limitações humanas. Sei que o Presidente da República não pode fazer tudo o que ele quer pelo bem do Brasil. Sei que há muitos problemas insolúveis.

Com tristeza, contemplo as injustiças praticadas pelos prepotentes. A fome crônica a corroer as entranhas de muitos patrícios. Com amargura, presencio o nosso descalabro moral e o povo a ser estragado pelos vícios.

Como brasileiro respeitador de nossas Autoridades, considero-me credenciado a expender minha opinião sobre o incidente Miracapillo.

Ele se enquadra no contexto da rivalidade existente entre o clero e o Governo, viscerais adversários políticos. O clero católico, envolvido até a raiz numa aventura política, posiciona-se sistematicamente contra o Governo e, em sua ação cotidiana, tudo faz para atingi-lo, a exemplo dos partidos políticos da oposição.

Não interessa, como nunca interessou aos hierarcas romanistas, a permanência do Governo instalado em 1964 por o haver privado de muitos privilégios, sobretudo o de tutelar o Poder Civil. Não perdem eles oportunidade de tratar as Autoridades com um descaso que atinge as raias do deboche.

A atitude idiota de Miracapillo não foi mais do que uma dessas muitas escaramuças dessa clerezia contra o Governo, diante das quais as Autoridades têm, via de regra, silenciado.

Conquanto o Presidente Figueiredo haja aguardado com paciência o pronunciamento dos hierarcas vaticanos ao seu pedido acerca de Miracapillo, considero que essa paciência poderia haver-se estendido por mais tempo e o levado a adotar outras medidas que o guardassem das desconsiderações que o clero lhe impingiu. A CNBB está sempre ávida de incidentes com o Governo, os quais lhe oferecem ricas oportunidades de se confrontar com ele perante a opinião pública

manipulada por uma Imprensa minada de marxismo e sempre disposta a endossar as assuadas da clerezia embandeirada.

Se o Presidente Figueiredo deliberou expulsar o cidadão Miracapillo, por que silenciou diante dos arreganhos dos hierarcas que, revoltados e acintosos, se pronunciaram contra ele? Cobrem-no de doestos e ele simplesmente se cala!

Há “bispos”, como Helder Câmara, que no exterior desmoralizam nossas Autoridades impingindo-lhes infundadas acusações. E o que lhe acontece?

Miracapillo foi expulso não por ser sacerdote, mas como um simples cidadão. E o cidadão espanhol Casaldáliga, lotado como “bispo” estrangeiro em São Félix do Araguaia, que outras coisas não faz senão desafiar as Autoridades? Quando da expulsão de Miracapillo, com todo atrevimento, disse que o Governo não tem coragem de fazer o mesmo com ele. Diante do silêncio, parece que às Autoridades falta coragem, tendo assim razão o Casaldáliga.

Se os Governantes, no caso da expulsão dos clérigos estrangeiros, temem a divulgação no exterior do boato de uma perseguição religiosa no Brasil, deveriam saber que, embora suportem as afrontas de sacerdotes estrangeiros e de brasileiros esquerdistas, lá fora é essa a fama do Brasil. E o incidente Miracapillo contribuiu, como queria a CNBB, muito mais para isso.

Se não são expulsos os insolentes clérigos estrangeiros, que fazem pior que Miracapillo, este também deveria ser tolerado. Expulsando-o, como fez o Governo, favoreceu à CNBB aquela oportunidade que ela sempre quer: o pretexto de desdenhá-lo.

Fato consumado, nada mais resta a fazer! Mantido pela Corte Suprema de Justiça o decreto de sua expulsão, Miracapillo embarcou para a Itália.

Lá tem ele muito que fazer. E, na conformidade com seus pendores políticos, em sua terra, que também não é um paraíso, ele tem seguidos motivos de ingerir na coisa pública inspirada pelo Partido Democrata Cristão, por sinal, do clero.

Roma, se não é a mais, inclui-se entre as mais corrompidas cidades do mundo, onde impera também a miséria material. Em nenhum país do mundo as greves se sucedem como na Itália (até de palhaços de circo), cabal prova da insatisfação social. Ali, nas barbas do sumo pontífice, a imoralidade e a corrupção administrativa revelam a incompetência da clerezia na política.

Miracapillo, se quiser, tem lá muito trabalho no objetivo de moralizar a conduta de engajamento na Democracia Cristã. Ao desembarcar em sua terra, encontrou o escândalo da Italcasa, órgão central de numerosas caixas econômicas italianas. Todos ligados à

Democracia Cristã. Quarenta dos seus diretores foram presos sob a acusação de atos desonestos na concessão de financiamentos sem qualquer garantia a empresários falidos.

Encontrou também o escândalo do antigo Ministro da Marinha Mercante, Franco Evangelisti, demitido por receber vultosos cheques dos irmãos Caltagirone, conhecidos especuladores imobiliários procurados pela polícia. Cheques estes destinados a abastecer a corrente política de Giulio Andreotti no Partido Democrata Cristão que é, recorde-se, o partido político dos “padres” na Itália desde 1945.

Vítima de uma difusa tolerância em relação à corrupção, a Itália assiste, infelizmente sem perspectiva de dias melhores, por inépcia do clero que em tudo manda, e através do Partido Democrata Cristão, ingere na política, a Itália, como que indefesa, assiste a corrupção atingir todos os segmentos de sua sociedade.

Miracapillo encontrou a sua Itália ainda mais depravada do que quando a deixou em 1975, ano de sua vinda para o Brasil.

À corrupção nem escapa o esporte com seus atletas implicados na ladroagem generalizada. E ladroagem grossa!

Lembramos do episódio de dois comerciantes, Álvaro Trinca e Massimo Cruciani, gananciosos por ganhar milhões de liras na grande rede de apostas clandestinas rivais e concorrentes da Totocalcio, a milionária loteria esportiva oficial da Itália.

No empenho de obter liras aos milhões, apostaram alto na rede clandestina e subornaram jogadores de importantes equipes de futebol, como Perugia e Milan. Embora ganhassem muito dinheiro, algumas vezes se descontentaram com a falta de correspondência por parte de alguns jogadores por eles peitados. Os dois desonestos, favorecidos pelo clima geral de corrupção, atingiram o desprazer de recorrer à Justiça para processar 27 jogadores por eles próprios corrompidos. Reclamaram o não cumprimento do contrato feito com eles ao preço das peitas de 500 mil a 1 bilhão e 500 milhões de liras. Só assim os intrigados torcedores italianos se deram conta da razão de tantos resultados inexplicáveis no campeonato de futebol italiano.

A admitir-se a sinceridade de Miracapillo quando se exaspera com as injustiças perpetradas em detrimento do povo, deve estar bufando lá na Itália contra a depravação que, das altas esferas da Democracia Cristã (melhor diria, Vaticana), desce e se generaliza em todas as camadas da sociedade.

.oOo.

ABORTO DO “PADRE”

José Nicolau Nacif, sacerdote, professor e psicólogo, 39 anos de idade, “charmoso” nos seus olhos azuis, reside na cidade de Tiradentes, a 17 quilômetros de São João Del Rei, em Minas Gerais.

Sem qualquer inibição, relata como conheceu uma família classe C, de muitos filhos e com pai falecido, residente também em Tiradentes. Em 1971, conheceu Maria Helena, uma adolescente, sua aluna no Colégio Estadual, que o levou à sua casa para tomar um café, gerando daí amizade com a família à qual passou a freqüentar (MANCHETE, nº 1506, 28/02/81).

Vininha, Ludovina Auxiliadora da Silva, irmã de Maria Helena, morreu de infecção no dia 10 de abril de 1978. Dada a amizade que o prendia à família, cocelebrou missa de corpo presente com o vigário Alberto Ferreira dos Santos.

A ocorrência se assemelharia a qualquer outra do gênero se o clérigo Nacif não fosse o protagonista principal de todo o infausto episódio.

O clima de confiança estabelecido pela frequência do sacerdote na casa da família favoreceu-lhe um relacionamento sexual com Vininha, jovem de 22 anos com problema cardíaco.

Engravida a moça, o clérigo conduziu-a a Barbacena, “onde, a seu pedido, o dr. Otto Carlos Fernandes, médico, procedeu-lhe uma operação para que abortasse. O aborto foi mal feito, provocando reações em Ludovina que, após algum tempo, levaram-na a ser internada em casa de saúde da cidade de São João del Rei. Ao final de algum tempo, sem que houvesse melhoras e constatado que seus males provinham de um aborto mal feito, veio a falecer”, sucintamente relata Amando Amaral, Secretário da Segurança Pública de Minas Gerais, em telex enviado ao Ministério da Justiça.

A casa de saúde aludida é a Santa Casa de Misericórdia de São João del Rei e o médico que cuidou da enferma foi o ginecologista dr. Hélio Bergo, a quem a paciente, antes de morrer, confidenciou ser o “pe.” José Nicolau Nacif o responsável de sua gravidez e quem a conduziu e a levava até Barbacena para abortar. O ginecologista cientificou do fato a enfermeira Maria do Carmo, irmã de Vininha.

Alguns dias após os funerais da desditosa irmã, Maria do Carmo Silva procurou a polícia e apresentou a denúncia que, sem os devidos esclarecimentos, foi posta de lado.

“A partir da morte da irmã, Carminha e Maria Helena não quiseram mais a amizade” do “pe.”, conforme ele mesmo declara (MANCHETE, nº 1506, 28/02/81).

Somente em fevereiro de 1981, quase três anos após a lamentável ocorrência, o episódio voltou à tona, projetando nas manchetes dos grandes jornais o obscuro clérigo. A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, informada dele, mandou instaurar o devido inquérito. E, na tarde de 6 de fevereiro, o “pe.” José Nacif foi intimado a prestar depoimento. “Perante testemunhas idôneas que ouviram e presenciaram suas declarações, prestadas perante autoridade policial, o padre Nacif confirmou que realmente engravidara Ludovina e fora ele mesmo quem providenciara junto ao dr. Otto Carlos Fernandes o aborto”, prossegue a informar o telex ao Ministério da Justiça.

Além do clérigo, foram ouvidos os dois médicos, Otto Carlos Fernandes e Hélio Bergo, e o inquérito de 52 laudas indicia como co-autores do crime o dr. Otto Carlos Fernandes e a enfermeira Geni Andretto Fernandes.

No curso dos trâmites do Judiciário, os autos foram à Promotoria Pública da Comarca de São João del Rei, a quem no prazo de 5 dias, cabe dar parecer e encaminhá-los ao Juiz.

A Promotora Lina Lucas Conceição assegura: “Os testemunhos dos médicos e da irmã da vítima são muito sérios para levantar dúvidas a respeito. Acho que são válidos até que provem o contrário”. E, prevendo a decisão do sacerdote negar seu depoimento na polícia, a Promotora observa: “Mas o réu pode até mentir, é um direito que ele tem. Mentir é da natureza humana também” (MANCHETE, nº 1506, 28/02/81).

Ao orgulho humano, sobretudo quando se tem de arcar com as consequências, é assaz difícil assumir a responsabilidade dos próprios atos. Sempre se lança a culpa sobre os outros. É a velha transferência de culpa. Tão velha como Adão que, ao ser chamado às contas por Deus, quis se eximir da malícia de sua desobediência: **“A mulher que me deste por companheira, ela me deu da árvore, e comi”** (Gênesis 3.12).

Certa ocasião, em Salvador, soube pelos jornais do bárbaro crime de um bandido que, com um tiro de revólver, no interior de um ônibus urbano, assassinara uma moça de 20 anos por lhe resistir ao assalto. E logo à noite ouvi no rádio uma entrevista do homicida: “Não tenho culpa alguma; quem tem toda a culpa é a Sociedade e somente a Sociedade”, justificava-se ele com todo o cinismo.

Apesar de, perante a polícia, haver-se confessado réu, Nacif depois decidiu negar suas próprias declarações. E, no esforço de desviar a atenção de sobre si para a polícia, alegou terem sido suas confissões no inquérito policial “obtidas sob coação psicológica”. O seu advogado, Luiz d’Angelo, sem outro recurso, secunda o seu constituinte a quem instrui: “A confissão no inquérito policial resultou de uma pressão moral

terrível. Vítima de um processo de desintegração moral, ele confessou tudo e falaria qualquer coisa que a polícia quisesse”.

Só não pôde dizer que fora maltratado fisicamente, mesmo porque, dispensado em seguida ao depoimento, não tinha ferimentos e nem hematomas para mostrar e que confirmassem os maus tratos físicos.

Qualquer pessoa o reconhece. Apenas pelo fato de alguém ser intimado a ir à polícia, mesmo convicto de sua inocência, sempre se assusta e se intranqüiliza. E o próprio ambiente da delegacia policial é deprimente. Mas isto não significa coação psicológica.

Ou o clérigo-réu quereria que o Delegado e o Escrivão da Polícia fossem à sua própria residência, oferecendo-lhe pão-de-ló, com uma suave música em surdina, a fazer-lhe perguntas sobre a denúncia?

As tais “coações psicológicas”, decerto não foram lá de tanto coagir, pois o repórter de MANCHETE que o entrevistou, encontrou-o poucas horas após o depoimento “bem-humorado”.

Contudo, “o padre não sabe a que atribuir o fato de só depois de três anos da morte de Ludovina Auxiliadora a polícia ter levantado o caso”. Esquiva-se, no entanto, de fornecer à Imprensa maiores esclarecimentos, limitando-se com evasivas a afirmar: “Minha vida está nas mãos de Deus e eu estou, embora na dor, com tranquilidade, devendo manter discricção sobre os fatos, tendo os meus superiores conhecimento de tudo o que deveria ser relatado a eles” (O ESTADO DE S. PAULO, 12/02/81).

O clero dispõe de uma tremenda capacidade de mistificar. Se, de uma parte, Nacif acusa a polícia de “coação psicológica”, como se ele fosse um inexperiente adolescente, espalhou-se na maré montante da boataria, nas duas cidades, Tiradentes e São João del Rei, a atoarda de haver a maçonaria tramado um plano no intuito de desmoralizar o sacerdote. Corre ainda o boato de que o Juiz de Menores Jackson Mariz, maçom e protestante, foi quem denunciou o caso do aborto de Vininha à Secretaria da Segurança, e, se isso for verdade, o Juiz de Menores simplesmente cumpriu seu dever para com o homicídio de um menor, um nascituro.

Apesar de toda a boataria “parece claro que no inquérito há mais provas de que o padre tenha-se envolvido com a moça do que nas manifestações em sua solidariedade, de que haja intenções políticas ou anti-religiosas na apuração de um crime de homicídio na lei dos homens e de rompimento de votos das leis de Deus”, imparcial e sensata, analisa a revista VEJA (nº 650, 18/02/81).

A clerezia, por seu turno, na fabulosa capacidade de mistificar, com o interesse de invalidar as confissões do réu diante do Delegado de Polícia e pressionar as Autoridades no sentido de que se suavize a situação de Nacif, engendra os ardis mais diabólicos. Juvenal Roriz,

arcebispo de Juiz de Fora, incrimina a intimação do réu-sacerdote como “sequestro” pela polícia. O “bispo” de São João del Rei, Delfim Ribeiro Guedes, solidário com ele, admite-o inocente e imputa a acusação à “onda de desmoralização da Igreja”.

E, como era inevitável, a CNBB trepou nos tamancos. Por intermédio do seu secretário-geral, Luciano Mendes de Almeida, defendeu José Nicolau Nacif.

O Pasquim O S. PAULO, de Evaristo Arns, que enviou um telegrama de apoio ao “padre”, em seu exemplar nº 1.299, de 13-19/02/81, repete a notícia estapafúrdia do “sequestro” engendrada pelo arcebispo de Juiz de Fora. Se o réu alegou “coação psicológica”, o jornaleco de Arns carregou nas cores do seu noticiário: “O padre sofreu tremendas agressões psicológicas e está transtornado”. Tão transtornado, coitadinho, que recebe “bem-humorado” o representante de MANCHETE!

O pasquim paulopolitano mente outra vez quando diz: “O padre Nacif apenas socorreu uma jovem, atendendo a um apelo de caridade, levando-a para Barbacena, sem mesmo saber quem era a moça”.

O próprio réu-clérigo notifica ser íntimo da família, que assiduamente frequentava, e O S. PAULO, no ímpeto de defendê-lo, nega a sua própria informação.

A conceituada revista VEJA (nº 650, 18/02/81) observa que “o padre tem-se marcado, no entanto, por um quase completo silêncio, só quebrado em uma ou outra declaração, por uma auto-defesa à qual parece faltar convicção”.

Examinando-se fatos semelhantes, emoldurados pela burlaria dos hierarcas da CNBB, é que se observa como eles são manhosos e cínicos.

.oOo.

A FAMÍLIA DOS FRADES POBRES

A clerezia romanista se agrupa em clero secular e clero regular.

O primeiro são os sacerdotes diretamente ligados a uma diocese, sob o mando imediato do “bispo”. Cada um pode residir com os familiares ou sozinho e possuir bens, em seu próprio nome.

Os clérigos regulares vivem em comunidades destinadas a fins específicos sob a autoridade de um sacerdote superior. Em decorrência

do voto de pobreza, nada possuem de sua propriedade pessoal. Tudo quanto ganham vai para a ordem ou congregação. Dividem-se, outrossim, em incontável número de comunidades cognominadas ordens ou congregações religiosas. Há os jesuítas, os salesianos, os carmelitas, os beneditinos, os camilianos, os barnabitas, os franciscanos... Uma infinidade...

Os franciscanos fundou-os Francisco de Assis, o *Povorello* (pobrezinho), que viveu no século XIII, apogeu da Idade Média. Filho de família de abastado comerciante, segundo a lenda, tudo abandonou para servir os pobres. De tanta humildade, nem quis ordenar-se sacerdote. A ele juntaram-se alguns rapazes fascinados pelo mesmo ideal, com os quais Francisco criou, sob o signo da pobreza e em função dela, uma comunidade chamada Ordem dos Frades Menores.

Recebido Francisco em audiência pelo “papa” Inocêncio III, conta-se, um cardeal, com fina perspicácia política, teria recomendado: “Tratem bem deste homem, porque ele poderá trazer os pobres de volta à Igreja”.

Já naquela época da Alta Idade Média, de domínio absoluto da hierarquia episcopal na Europa, a “igreja” havia perdido os pobres. Aliás, seria o caso de se indagar quando ela os teve. Leão XIII, pontífice romano dos fins do século XIX também se queixava de haver, na Idade Moderna, o catolicismo perdido a massa operária e alvitrou publicar sua encíclica social *Rerum Novarum* no anelo de tê-los de retorno ao seio da “santa madre”. Este documento, tornado o primeiro de uma série, foi objeto de muitos estudos e debates. Saiu logo após o manifesto de 1848 de Karl Marx.

Conta-se que, quando Lenine concluiu a leitura da *Rerum Novarum*, desabafou: “Estamos liquidados. Esta encíclica de Leão XIII acabou com o comunismo”. Ao que, ouvindo-o um circunstante, tranqüilizou-o: “Não se preocupe! Isso tudo, essas belas orientações estão no papel e só no papel ficarão. Os católicos jamais os colocarão em prática”.

E, de fato, nem os próprios “padres” as executam...

À teórica e utópica *Rerum Novarum* enfileiram-se muitas outras encíclicas, compaginadas, em idêntico cunho social. A *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, as muitas alocuções de Pio XII sobre igual teor, a *Mater et Magistra* de João XXIII, a *Populorum Progressio* de Paulo VI. João Paulo II também já tem a sua: a *Redemptor Hominis*.

Todas repletas de diretrizes em vista da solução dos problemas sociais no objetivo de trazer de retorno ao catolicismo as massas pobres que jamais lhe pertenceram por se pautar ele pela filosofia capitalista em sendo a encarnação do mais exacerbado supercapitalismo.

São todas encíclicas inoperantes ao ponto de nem os funcionários do próprio Vaticano serem atendidos de acordo com seus conselhos e orientações, porquanto sempre se encontram eles em alto crédito de Justiça Social e, quando a opressão da injustiça se torna insuportável, ameaçam reivindicar seus mais fundamentais direitos com greves.

Conquanto houvessem transformado Francisco num mito, os seus frades não lograram levar os pobres de regresso à “santa madre”. Os seus mútuos desentendimentos cindiram a ordem. Uma facção reagiu contra os rigores do ideal de pobreza e se organizou na Ordem dos Frades Menores Conventuais. Posteriormente, desta um grupo se rebelou contra a excessiva liberalização e, ao invés de retornar ao bloco primitivo, esgalhou-se na Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.

Francisco de Assis ainda instalou para os leigos impossibilitados de se agregarem à sua comunidade conventual, a Venerável Ordem Terceira à qual se uniram os leigos com ele concordes na “evangelização” dos pobres.

Francisco de Assis demonstrou rara sensibilidade tática ao criar essa Ordem Terceira, constituída em ponta-de-lança de sua congregação de “padres” e o mundo secular.

Ainda hoje, num anonimato calculado, despida de qualquer aparato exterior que publicamente a identifique, como é dos seus estatutos e de sua filosofia, a Ordem Terceira de São Francisco se compõe sobretudo de pessoas de influência política e econômica na sociedade.

E todas as três ordens dos frades franciscanos se beneficiam com a atuação dos seus co-irmãos leigos, os terceiros franciscanos.

Os frades menores capuchinhos que, até pouco tempo, se distinguiram pela longa barba, se descuidam de estudos teológicos mais profundos por considerarem a cultura um óbice à aproximação com os pobres.

Sua ignorância tornou-se mesmo proverbial.

Nos círculos clericais correm pilhérias sobre essa ignorância dos capuchinhos. Por exemplo esta: Deus realmente é Onisciente, ou seja, conhece tudo, todas as coisas do passado, do presente e do futuro. Na Sua Onisciência perscruta o mais secreto íntimo dos homens. Há três coisas que Deus Onisciente, contudo, não sabe. São elas: o número exato de freiras espalhadas pelo mundo (há tantas...), o que um jesuíta está pensando (é tão hipócrita...) e até onde vai a ignorância do capuchinho...

Da facção liberal e liberalizante, a Ordem dos Frades Menores Conventuais, ou simplesmente franciscanos, têm-se destacado alguns elementos na carreira política do clero. Hoje a CNBB é por eles dominada. Ivo Lorscheider, seu presidente; Aloísio Lorscheider, seu

anterior presidente e arcebispo em Fortaleza, no Ceará; e Evaristo Arns, arcebispo em São Paulo, que comanda a ala socialista do episcopado, são os mandarins da CNBB.

A admitir-se a sinceridade da filosofia franciscana do ideal de vivência da pobreza em função dos pobres, considerável massa de pobres, ao longo dos oito séculos de atuação franciscana, teria voltado ao seio da “santa madre”.

Os primeiros missionários católicos vindos para o Brasil, cinquenta anos antes dos jesuítas, foram exatamente os franciscanos. Aliás, franciscano era frei Henrique de Coimbra, o celebrante da primeira missa no Brasil, que, com outros “irmãos”, compunha a tripulação clerical de Pedro Álvares Cabral. E, no decurso da história religiosa do nosso País, os franciscanos vêm-se distinguindo como pregadores das “santas missões” de saliente marca popular. No Nordeste, nestes derradeiros 30 anos, sobressai-se o frei Damião, crido pelo povo da região como o “pe.” Cícero reencarnado.

Formados numa comunidade franciscana iluminada pelo ideal da pobreza e com as atividades religiosas em função dela, os franciscanos optimates (vocábulo bonito que se pode traduzir por “cartolas”) da CNBB, atrelados à embandeirada carruagem socialista, servem, isto sim, ao supercapitalismo vaticano.

Com efeito, o signo da pobreza sub cuja égide deveriam atuar as ordens franciscanas, incluindo os terceiros, sempre só constou no papel dos estatutos, nas palavras e em certas exterioridades, como o andarem os frades sem meias, calçados de alpercatas ou de chinelos.

O Concílio Ecumênico Vaticano II superou essas exterioridades de pobreza e fez os franciscanos, para serem coerentes com sua conduta de ricos, mudar seu conceito de pobreza, encurralando-o apenas nos domínios espirituais. Ou seja, as ordens franciscanas são pela pobreza espiritual. Não pela material.

E explico: O frade pode ter um relógio de ouro, mas não se apega a ele. Esquecem-se os frades de Francisco de Assis que quem possui uma jóia, invencivelmente a ela se apega.

A voluntária pobreza material decorre da pobreza espiritual ou espírito de pobreza. Quem é desapegado dos bens deste mundo simplesmente não os quer possuir. Os franciscanos mandarins da CNBB pós-conciliar, filhos da ordem franciscana divorciada dos seus pretensos ideais primitivos e enquadrados na mentalidade da capciosa “pobreza espiritual”, agem de acordo com sua formação e mentalidade franciscanas no servir a “igreja” supercapitalista, cujo poderio econômico no Brasil ultrapassa qualquer estimativa. E, no complexo desta potência econômico-financeira, se inclui a fabulosa riqueza dos pobres (?) frades franciscanos, filhos do *poverello* de Assis.

Estes geram negócios de diversificação e crescimento notáveis, dos quais destaco somente alguns para exemplificar.

O Santuário de São Francisco das Chagas, em Canindé, Ceará, o maior santuário franciscano do mundo, recebe além de 300 mil peregrinos por ano, que lhe asseguram incalculável renda a lhe reforçar o montante de aforamento pago pelos 2 mil imóveis da cidade, construída em cima da terra do *Poverello*.

Em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, está a sede da Editora Vozes, fundada em 1939. É a maior empresa católica do ramo em toda a América Latina, com um patrimônio de trilhões.

No Rio Grande do Sul, os franciscanos se aplicam no campo das comunicações. Possuem a TV Difusora de Porto Alegre, 3 jornais semanais, 8 emissoras radiofônicas, uma editora com parque gráfico, um centro editorial e um centro de preparação de programas de rádio. Se instaladas as emissoras para “acabar com a propaganda protestante”, não revelam maiores preocupações religiosas.

Nelas há alguns programas católicos, como na Rádio Difusora de Porto Alegre, o do cardeal Vicente Scherer intitulado A Voz do Pastor, programas católicos, junto com os horóscopos e previsões astrológicas. Só não admitem programação evangélica. Não excluem, outrossim, propaganda de cigarros, bebidas alcoólicas e nem se furtam à promoção do modismo feminino.

No Rio de Janeiro, os frades franciscanos incursionam em diversos ramos de negócio: o hoteleiro, o hospitalar, o financeiro, o industrial (até uma fábrica de ladrilhos), a importação, o de agências de turismo, e o de diversões, como bares, salões de boliche, etc.

A preocupação de assistir aos pobres sufocou-se sob a ganância de crescentes lucros. Destarte, o Hospital da Penitência, no bairro da Tijuca, substituiu o serviço de assistência gratuita aos pobres por um convênio com o INPS. E os enfermos desprovidos desse amparo previdenciário que se lixem...

O Cine Pax, em Ipanema, é uma de suas casas de diversão. No afã das rendas altas (caramba!, cinema é pra isso!), submete-se ao gosto popular sem excluir filmes “da pesada”, como “Confissões de uma viúva virgem”, “Bonitinha, mas ordinária”, “Quando elas querem eles não querem”, “As massagistas profissionais”, “A ilha das virgens”...

O seu negócio de maior vulto, porém, é o dos vultosos investimentos imobiliários. Somente ao longo da Avenida das Américas, no Rio de Janeiro, possuem os frades cerca de 200 mil metros quadrados de terrenos.

Deu-lhes recentemente vigoroso incremento o frei Leovigildo Balestiere dotado de invejável visão empresarial, capaz de estender as

propriedades de sua ordem até Londrina, no Paraná, com a exploração de uma pedreira.

A firma imobiliária João Fortes Engenharia, uma das maiores e bem sucedidas empresas construtoras do Rio e das que mais contribuiu na recente transformação da paisagem carioca é de propriedade de João Machado Fortes, católico fervorosamente praticante e, de há muito, membro ativista da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência.

A ele se aliou o frei Leovigildo. Fortes, empenhou-se em elevar a Ordem Franciscana na condição de empresa imobiliária mais poderosa do Rio de Janeiro e uma das maiores do Brasil. Além de um edifício recém inaugurado de 23 andares, em plena Avenida Rio Branco, a franciscana ganância imobiliária açulou e concretizou o plano de demolição de um templo em Copacabana e, no terreno de 11 mil metros quadrados, a construção de 3 espigões de 11 andares.

São estes apenas dois ou três exemplos do extraordinário incremento dos negócios imobiliários dos franciscanos no Rio.

Na Capital de São Paulo, a riqueza imobiliária deles não se concentra somente nos seus grandes templos centrais, como o da Igreja de São Francisco com o convento anexo no Largo de São Francisco, a Igreja de Santo Antonio na Praça do Patriarca, a Igreja da Imaculada Conceição também com o convento anexo na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, a Igreja de Santo Antonio do Pari no bairro do Pari, dentre tantos outros. Na área posterior ao Convento da Imaculada Conceição alugam e exploram os franciscanos muitas lojas comerciais, incluindo-se um super-mercado.

Na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, em 1976, adquiriram um complexo de faculdades, já agora com mais de 10 mil alunos que lhes pagam elevadas anuidades. E experimentem uma vaga para um rapaz pobrezinho... *Poverello!!!*

Pelo fato de crescerem desmedidamente suas empresas, os frades franciscanos, filhos do *Poverello* de Assis (Pobrezinho!!!) instalaram entidades jurídicas para administrar seus empreendimentos em ritmo galopante de crescimento, sem quaisquer limitações, nem as geográficas.

À falta deliberada dos pobres que lhes consumam os recursos financeiros, os incalculáveis lucros gerados são, indefinidamente, reinvestidos.

Os luminares da CNBB, Ivo Lorscheider, Aloísio Lorscheider, Evaristo Arns são franciscanos. São dessa escola! Nem há necessidade de incomum capacidade de observação para se averiguar a causa do enorme crescimento das riquezas franciscanas nestes últimos anos...

Se inspirados por um sincero ideal de servir os pobres em sua elevação social e econômica, ao invés de investirem contra o Poder Civil e os leigos poderosos do dinheiro, bem que poderiam, no embalo da “opção preferencial pelos pobres”, levar a “supérrima” capitalista Ordem distribuir suas propriedades aos deserdados da fortuna. Decerto, à sua imitação, os ricos membros da Ordem Terceira fariam o mesmo.

E, se restassem pobres no Rio, São Paulo, Porto Alegre e Recife, seriam bem poucos. E estes poucos poderiam ser aquinhoados com os bens de outras ordens religiosas católicas. Transformar-se-ia o Brasil num legítimo paraíso.

Em consequência, a CNBB sairia prejudicada porque perderia o pretexto de aparecer...

.oOo.

O QUE ESTÃO FAZENDO OS “PADRES”?

Páginas e páginas cobriríamos se quiséssemos prosseguir a enfileirar fatos que respondem a pergunta do título deste livro.

Os episódios de fácil comprovação aqui registrados são além de suficientes no objetivo de demonstrar que os “padres” somente fazem:

Iludir,
Espoliar,
Mentir,
Desrespeitar,
Oprimir,
Assassinar,
Caluniar,
Subverter,
Corromper,
Vilipendiar,
Politicar,
Destruir,
Explorar,
Mistificar,
Sublevar,
e

PIOR AINDA, MUITO PIOR:

Rasurar as Sagradas Escrituras,
Adulterá-las,
Escamotear a Verdade do Evangelho!

.oOo.

